



A visita a Portugal
a convite do PCP
da delegação do MPLA/PT
chefiada
pelo camarada Lúcio Lara
decorreu
num caloroso ambiente
que testemunhou
as fraternas relações
entre os dois Partidos
e contribuiu para o reforço
da amizade entre
os povos português e angolano

Pág. 7

**PCP propõe
às forças
democráticas
esforços
conjuntos
para vencer
a crise**
● *PS recusa*

Pág. 3

Álvaro Cunhal na Festa do Mar

O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, desloca-se no próximo domingo a Matosinhos, onde intervirá no comício da Festa do Mar, iniciativa de convívio popular organizada pela Comissão Concelhia do PCP.

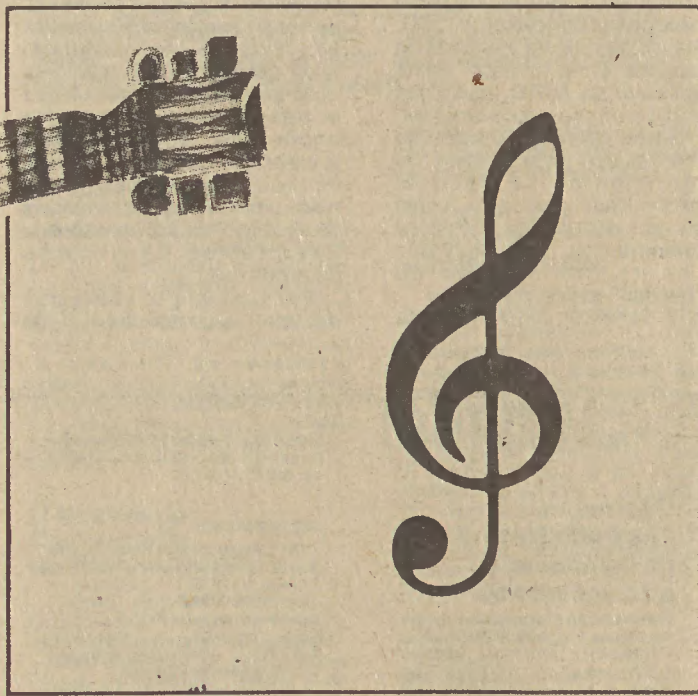
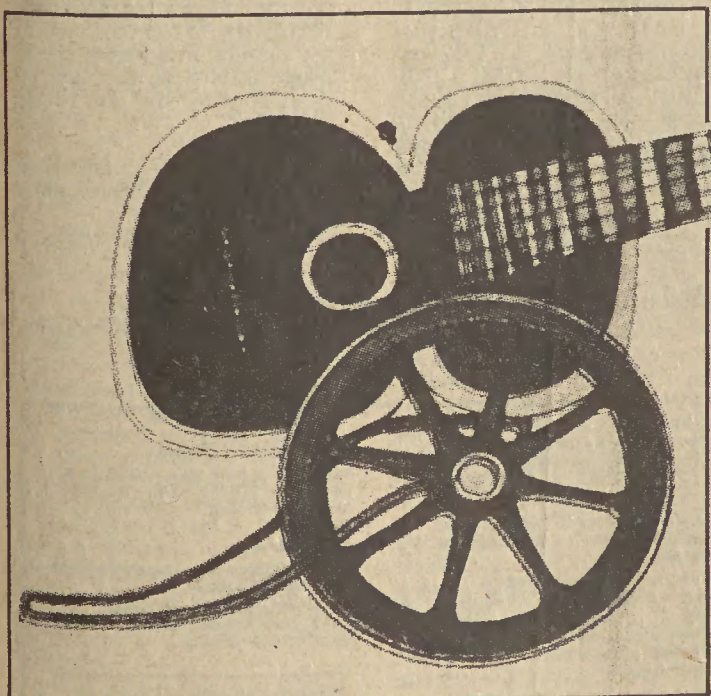
A Festa do Mar realiza-se sábado e domingo, no Palácio Visconde de Trevões (antigo liceu) e do seu programa destacamos:

Sábado - baile animado pelo conjunto «Watts», a partir das 21 e 30.

Domingo - Manhã infantil com início às 10 horas; à tarde, espectáculo com o Rancho de Custóias, Samuel, Helena Isabel, Nuno Gomes dos Santos e Manuel Albuquerque; às 18 horas, comício de encerramento da Festa com a participação do camarada Álvaro Cunhal.

(A partir das 17 horas de domingo a entrada na Festa do Mar é livre).

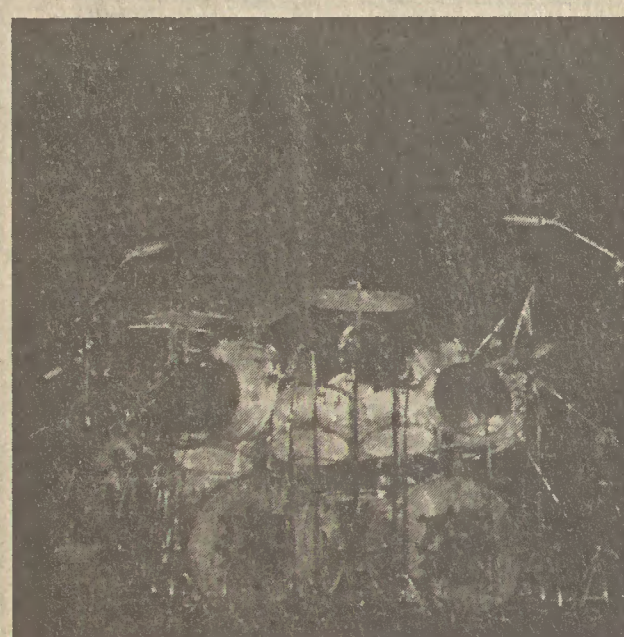
Pág. 7



**Os artistas
da Festa
do «Avante!»**

2.º

Pág. 12



SEMANA Nacional

22

Quarta-feira



Lock-out explosivo

Prossegue a ofensiva contra a Reforma Agrária. A UCP "Catarina Eufémia", de Portel, é despojada de 556 hectares de terra, 388 cabeças de gado, mais de 100 toneladas de produtos agrícolas vivos, nove mil arrobas de couça. Mais, de dois mil hectares de terra são arrancados pelo MAP à Reforma Agrária nos distritos de Évora e Setúbal. A administração das minas da Panasqueira decreta o lock-out, fechando as instalações enquanto dura a greve, com o pretexto de haver cargas explosivas não deflagradas no seu interior. Os mineiros decidem, em plenário realizado na rua, deslocarem-se na próxima semana a Lisboa, protestando contra o lock-out decidido pelos administradores da firma Beralt, Tin & Wolfram, a principal proprietária das minas, que ameaçaram instaurar processos disciplinares a quem tente entrar nas instalações encerradas. O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa alerta, em Conferência de Imprensa, para o perigo de ruptura que se espera verificar-se no próximo ano lectivo nas escolas da região, considerando que a respectiva rede escolar se encontra em situação catastrófica, superlotada de alunos. Na Universidade, para 38 mil inscrições, existem apenas 12 mil vagas.

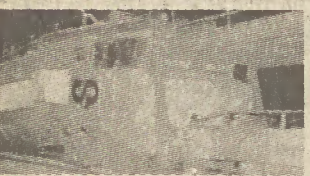
23

Quinta-feira

A Comissão Política do CC do PCP divulga aos órgãos de informação, um "apelo solene a todas as forças, organizações e individualidades democráticas, para a elaboração de uma proposta conjunta viável, visando uma saída para a crise actual, na linha dos interesses superiores do Povo e do País". Representantes da Federação das Ligas e Unões de Agricultores do Baixo Mondego, juntamente com uma delegação de produtores de leite, carne e ervilha, apresentam ao MAP as suas reivindicações, após o que declaram que vão apresentar aos seus companheiros de trabalho "as dúvidas, reticências e hesitações" do Ministério perante as questões apresentadas. Dois indivíduos não identificados ferem a tiro o administrador-delegado da "Standard Elétrica" e o seu motorista, durante um atentado que tem lugar junto aos portões de acesso à empresa, em Cascais. O atentado é a seguir reivindicado pelas autodenominadas "FP-25" e é repudiado pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas e pela Comissão dos Trabalhadores da empresa que se encontram em luta em favor da reintegração de 212 despedidos.

24

Sexta-feira



Acidente ferroviário

Do acidente ferroviário que envolve o comboio-foguete que circula na direcção de Lisboa-Porto e o "Sud" que segue em sentido contrário, chocando as composições a cerca de cinco quilómetros de Pombal, resultam cerca de 250 feridos, alguns dos quais em estado grave. O grupo parlamentar do Partido Socialista elege o seu novo secretariado, à frente do qual se encontra de novo Salgado Zenha e cuja composição, segundo o comunicado final "respeita as várias sensibilidades existentes entre os deputados socialistas". O Presidente da República desloca-se a Tróia, a convite da administração da Torralta, onde faz algumas declarações sobre o papel dos empresários e se inteira de alguns dos problemas da empresa.

25

Sábado



Lúcio Lara

Chega a Lisboa, a convite do PCP, uma delegação do MPLA/Partido do Trabalho, à frente da qual se encontra Lúcio Lara e que é composta também por António Van-Dunen (M'Binda), Secretário para as Relações Exteriores do Comité Central do MPLA/PT. Reune-se em Lisboa a Comissão Nacional do Partido Socialista que, no final dos trabalhos, divulga um comunicado no qual recusa as propostas lançadas dias antes pela Comissão Política do CC do PCP no sentido de se proceder a esforços comuns para resolver a actual crise política. Comemora-se o dia do Exército com uma cerimónia no RALIS onde o Presidente da República toma a palavra e afirma nomeadamente que a consulta popular é sempre um meio disponível e afirmativo de resolver democraticamente as crises, quaisquer que elas sejam.

26

Domingo

Reúne em Lisboa a Comissão Central da Juventude Comunista Portuguesa, tendo como objectivo principal o debate sobre a actual situação política e as implicações para a juventude da actuação do Governo AD/Balsemão. Realizam-se em Duas Igrejas (Penafiel) eleições para a Assembleia de Freguesia, às quais concorrem apenas as listas do PS e da APU, registando-se a vitória da primeira. O PS avertiu muitos votos que em anteriores eleições e a APU subiu para o dobro a sua votação.

27

Segunda-feira

O Presidente da República recebe durante cerca de uma hora o Secretário para a Organização do CC do MPLA/PT, Lúcio Lara, que se encontrava acompanhado de Afonso Van-Dunen, Secretário para as Relações Exteriores e de Adriano Sebastião, embaixador da RPA em Portugal. Carlos Macedo, Ministro dos Assuntos Sociais, apresenta a Balsemão a sua demissão, ficando assumindo o 1.º ministro, interinamente a pasta vaga. O Ministro da Administração Interna reconhece que "Portugal está a arder", referindo-se aos inúmeros incêndios que têm devastado as florestas em vários pontos do território nacional. O 2.º Tribunal Militar Territorial condena a penas já expiadas os réus do caso Delgado, de cuja sentença, lida hoje, interpõe recurso o advogado da família, Abranches Ferrão. Realiza-se, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, a estreia Mundial do "Requiem pelas vítimas do fascismo em Portugal", da autoria de Fernando Lopes Graça, interpretada pela Orquestra Filarmónica de Kosice, da Checoslováquia, sob a direcção de Bystrík Rezuca.

28

Terça-feira

A Coordenadora da FRS reúne-se na sede da ASDI para discutir as possibilidades de apresentação de uma lista de coligação às eleições autárquicas de Loures. O PS tem-se mostrado desfavorável a tal coligação enquanto que outras componentes da FRS insistem nesse sentido. A Comissão Política Permanente de Beja do PSD exige a destituição imediata do lado o MAP pela sua inoperacionalidade técnica e desvio de orientação política imprimida por Sá Carneiro. O Presidente da República, General Ramalho Eanes, parte para Londres onde assistir às cerimónias do casamento do príncipe Carlos com "lady" Diana. No decorrer da viagem, encontrar-se-á com o Presidente da França, François Mitterrand. Realiza-se no Pavilhão dos Desportos de Lisboa o início do movimento de uma delegação angolana ao nosso país, a convite do CC do PCP. No comité usaram da palavra, entre outros, Lúcio Lara e Álvaro Cunhal.

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 22 de Julho de 1968 morre na URSS Manuel Rodrigues da Silva, operário metalúrgico, destacado dirigente da classe operária e do Partido Comunista Português de cujo Secretariado do Comité Central fazia parte. Tinha 59 anos. A saúde fora irremediavelmente abalada por mais de 23 anos de prisão, nove dos quais passados no Tarrafal.

Editorial

O PS E A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA

A questão de uma alternativa democrática ao Governo «AD» e ao projecto político e prática fascistas da Aliança reacçãoária assume particular agudeza no quadro de uma solução nacional da crise em que o País se debate.

Uma saída democrática para a crise toma-se imperiosa.

A gravidade da situação actual a ninguém passa despercebida.

Nem ao observador atento, isento, minimamente informado, nem ao simples cidadão ou cidadã comum que vê com inquietação cerrarem-se os horizontes de liberdade que abriu rasgou e se vê diariamente na obrigação de apertar o cinto e reduzir a dieta da família.

Ainda menos às forças democráticas a quem cabe um papel responsável e determinante no superar da crise.

Acumulam-se factores de deterioração cujas origens estão na natureza de classe e no carácter antipopular, antidemocrático e antinacional da política do Governo «AD» e da sua base parlamentar ainda maioritária. A corrupção em departamentos governamentais é uma chaga pestilenta no aparelho de Estado.

É um processo que atinge as próprias estruturas partidárias da coligação governante e vai minando a sua coesão interna, acirrando conflitos de tendências, contradições e rivalidades pessoais e de grupo não só dos partidos da «AD» entre si como no seio de cada um deles.

A recente demissão do ministro Carlos Macedo — um dos ambiciosos aspirantes à chefia do Governo e do próprio partido do PM — tão pouco tempo após a primeira remodelação do Governo Pinto Balsemão é um novo sintoma da doença incurável que rói as entranhas da Aliança reacçãoária.

As previsões do PCP estão a ser confirmadas pela prática. O «Governo para 4 anos» é um mito que interesses inconfessados procuram manter de pé e que a verdade dos acontecimentos e da vida vai reduzindo à sua verdadeira dimensão no tempo — e o «tempo» da «AD» chega visivelmente ao fim.

Como o PCP tem afirmado, as condições para uma viragem democrática estão maduras. Importa tirar daí todas as consequências para uma acertada e concertada iniciativa política das forças democráticas.

As propostas da Comissão Política do CC do PCP aos partidos, organizações e individualidades democráticas, patrióticas e antifascistas para um exame conjunto da situação actual sem condições prévias nem ideais preconcebidos com vistas a encontrar-se uma saída para a crise assentam numa base realista e responsável e na seriedade política que os comunistas portugueses costumam pôr em todos os seus actos e posições públicas.

As propostas do PCP encontraram um profundo eco entre os democratas que com os comunistas partilham as preocupações do momento presente e se mostram dispostos a defender e consolidar a liberdade, a democracia, as conquistas de Abril.

Lamentavelmente a Comissão Nacional do PS não só rejeitou as propostas do PCP como reeditou velhos e gratuitos clichés e diatribes anticomunistas sem base.

A resposta do PS deforma além disso a natureza da crise, remete-a à pura esfera governamental e partidária, exclui explicitamente as incidências institucionais da política antidemocrática da «AD», estende de novo uma tábua salvadora aos naufragos da «AD».

Como classifica o PS os renovados ataques do Governo Balsemão às nacionalizações e a guerrilha institucional contra o CR e o PR a propósito da nova rejeição da velha «lei dos limites» entre os sectores público e privado?

Não é isto um atentado às instituições? Como classifica os ataques da «AD», do próprio PM e de outros destacados dirigentes da «AD» ao CR considerando-o «órgão não eleito» ao vetar decisões

de um governo e de um «órgão legislativo eleito» pelo Povo português?

Não tem isto «Incidências Institucionais»?

Como considera o PS as sucessivas violações da legalidade democrática e o desrespeito contumaz pelas decisões judiciais favoráveis às UCP's e a violenta ofensiva de destruição da Reforma Agrária conduzida pelo MAP e pela «AD»?

Não é isto um atentado contra as instituições democráticas?

Como entende o PS classificar as sucessivas manifestações de desrespeito pela Assembleia da República que marcam as imposições de silêncio à oposição pela maioria parlamentar da «AD»?

Não é isto um manifesto desrespeito a um órgão de soberania dos mais significativos?

Finalmente, como considera o PS a proposta de revisão constitucional da «AD» que, na sua essência, a ser aprovada — e só o poderia ser com os votos do PS — representaria a efectiva destruição do regime democrático, a aberta violação dos limites materiais da revisão constitucional?

Não é isto uma tentativa de subverter a ordem institucional?

Precisemos: a crise não é das instituições. Estas funcionam, têm assegurado o desbloqueamento de situações que a «AD» tem querido meter num beco sem saída. Mesmo postas em cheque pela «AD», continuam a evidenciar a sua vitalidade.

Mas a ofensiva dos Governos «AD» e da sua maioria parlamentar, a acção de sectores determinados do aparelho de Estado contra a legalidade democrática e as instituições são o pão nosso de cada dia na política política da Aliança reacçãoária.

Negar a natureza antidemocrática destes e outros actos do Governo «AD», em particular contra os direitos e liberdades dos trabalhadores, é tentar envergar aos que fazem da violação das leis a sua «lei» uma falsa roupagem democrática que a direcção do PS chama pudicamente de «conservadorismo governamental».

Uma calúnia gratuita contra o PCP ressalta deste bocado de prosa do comunicado da Comissão Nacional do PS: «o PS não pode reconhecer como realistas e aceitáveis quaisquer propostas publicitárias de negociação política como as formuladas pela direcção do PCP, que não assentam nos princípios democráticos e nos pressupostos constitucionais...»

... A contradição revelada pelo PCP entre a oposição verbal ao Governo e a sua colagem indirecta aos respectivos sustentáculos políticos atesta, mais uma vez, a ambiguidade de um partido que prefere o ataque sistemático e irracional ao PS e descarta o empenhamento da esquerda no combate ao conservadorismo governamental.

O menos que se pode dizer desta grosseira deformação das intenções e da inequívoca posição política do PCP contra a política antidemocrática da Aliança reacçãoária é que ela é um verdadeiro fariseísmo dos dirigentes do PS que escreveram e aprovaram uma tal enormidade anticomunista.

Que «princípios democráticos» são violados pelas propostas do PCP, quais os «pressupostos constitucionais» que não respeita?

Não basta atirar palavreado altissonante — é preciso provar as acusações.

É «oposição verbal» a decidida acção dos comunistas na dinamização do movimento popular de massas contra a política da «AD» e dos seus governos em todas as frentes onde os interesses profundos dos trabalhadores e do Povo em geral são rudemente afectados?

É «oposição verbal» a intemerata luta que os deputados comunistas têm travado na Assembleia da República contra as leis inconstitucionais, antipopulares e antipopulares do Governo «AD»?

É «ambiguidade» votar firmemente na AR contra o escandaloso «estatuto dos deputados» aprovado pela maioria da «AD» e com a abstenção do PS?

Não será ao contrário uma verdadeira «ambi-

Delegação do PCF em Portugal

O camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP recebeu na passada segunda-feira os camaradas Maxime Gremetz, membro da Comissão Política e do Secretariado do Partido Comunista Francês e Jean Claude Lefort, membro do Comité Central.

Foi efectuada uma troca de informações e de opiniões sobre a evolução da recente situação política em França e em Portugal e sobre a actividade dos dois partidos e abordaram-se questões da actualidade da situação internacional.

Os representantes do Partido Comunista Português e do Partido Comunista Francês reafirmaram a solidariedade recíproca para com a luta travada pelos comunistas franceses e pelos comunistas portugueses e expressaram a vontade de continuar a agir no sentido do reforço dos laços de amizade, cooperação e solidariedade fraternais que unem os dois partidos.

Delegação do PCP visita a Checoslováquia

Problemas de desporto no programa

A convite do Partido Comunista da Checoslováquia, um grupo de estudo do Partido Comunista Português sobre questões da Cultura Física e do Desporto visitou entre 17 e 24 de Julho a República Socialista da Checoslováquia. Compunham o grupo de estudo do PCP João Galacho, Rogério Mota, António Cunhal, Jorge Miguel Araújo e Francisco Saragat, todos membros de diversas Comissões de Trabalho do PCP para a Cultura Física e o Desporto.

O grupo de estudo do PCP visitou nomeadamente os Centros Desportivos de Alta Competição de Nymburk, perto de Praga, especializado em Ginástica Desportiva, Atletismo (saltos), Remo e Canoagem, e de Topolnik, em Dunajská Sredá, perto de Bratislava, especializado em Andebol Feminino e adstrito a uma Cooperativa de Produção Agrícola. Foi recebido no Estádio Strahov e nos Complexos Desportivos do Clube Slavia, em Praga, e do Instituto Estrela Vermelha de Bratislava, hoje com o nome de Inter, clube adstrito à Empresa Petroquímica Blvovnit.

A delegação de comunistas portugueses teve diversos outros encontros de trabalho com técnicos e dirigentes desportivos, das Unões Checoslovaca

e Eslovaca de Cultura Física e Desporto, da Federação Checoslovaca de Basquetebol e da Organização Central das Esparataquias da Checoslováquia. Foi ainda recebida pelo responsável do Departamento das Organizações Sociais e do Poder Local junto do Comité Central do PC da Checoslováquia.

Através das diversas visitas e encontros efectuados durante a sua estadia na Checoslováquia, que teve lugar no quadro das relações de tradicional amizade e cooperação fraternal existentes entre o PCP e o PC da Checoslováquia, foi possível ao grupo de estudo do PCP tomar contacto com a realidade socialista da Checoslováquia e constatar o empenho da classe operária, dos trabalhadores e dos povos checo e eslovaco na aplicação pacífica e criadora das resoluções do recente XVI Congresso do PC da Checoslováquia. O grupo de comunistas portugueses teve sobretudo ainda oportunidade de constatar e se informar sobre os êxitos alcançados no campo da cultura física e do desporto e muito em particular sobre os diversos aspectos e fases da preparação, organização e finalização das maiores manifestações desportivas de massas na Checoslováquia, as tradicionais Esparataquias.

O PCP saúda Congresso do PCE

Jorge Araújo, membro do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, partiu a 27 de Julho para Madrid, a fim de aí representar o PCP no X Congresso do Partido Comunista de Espanha.

O X Congresso do PCE decorre naquela capital de 28 a 31 de Julho. O Comité Central do PCP enviou ao PCE a seguinte saudação:

Queridos Camaradas,

Por ocasião do X Congresso do Partido Comunista de Espanha, o Comité Central do Partido Comunista Português transmite ao Comité Central do PCE, aos delegados ao Congresso, aos comunistas e à classe operária de Espanha, as saudações fraternais dos comunistas portugueses.

São bem conhecidos em Portugal os sacrifícios heróicos consentidos no passado pelos comunistas e os trabalhadores do nosso país na luta contra o fascismo e pela liberdade.

Espanha, quando se assiste em Espanha ao reconhecimento do terrorismo e do golpismo fascista, quando a classe operária e as massas trabalhadoras são duramente atingidas pela política reacçãoária do governo da UCD, quando se prepara a entrada da Espanha para o bloco militar agressivo da NATO, queremos reafirmar aos comunistas, à classe operária, a todos os povos do nosso país os sentimentos de fraternal solidariedade para com a sua luta em defesa das liberdades democráticas, pelo progresso social, em defesa da independência nacional.

A derrota definitiva das

tentativas fascistas assim como a defesa, consolidação e alargamento das liberdades democráticas e dos direitos dos trabalhadores, não são apenas do interesse dos povos de Espanha, servem a causa da paz e do progresso social na Europa e no mundo.

O imperialismo norte-americano e os círculos mais belicistas da NATO, tentando a todo o custo opor-se ao desenvolvimento impetuoso do processo revolucionário e impor a sua hegemonia nos assuntos mundiais, desencadeou uma perigosa contra-ofensiva agressiva que ameaça a paz e a segurança dos povos; é necessário fazer-lhe frente com energia, determinação e confiança.

A situação internacional, porém, continua a caracterizar-se no fundamental, pela consolidação e fortalecimento dos países socialistas em contraste com a profunda e generalizada crise em que o capitalismo se debate, pelo alargamento da luta dos trabalhadores nos países capitalistas contra a política dos monopólios e pela paz, pelos êxitos dos povos da Ásia, África e América Latina na sua luta de libertação nacional e social. Na Europa, cresce o peso das propostas da URSS e dos outros países da comunidade socialista em favor do desarmamento e do desarmamento, alargando o campo dos defensores da paz e desenvolvem-se grandes acções de massas contra a instalação dos novos mísseis norte-americanos, torna-se mais nítida uma inversão de tendência de evolução política num sentido favorável às forças democráticas.

Para travar e finalmente derrotar a contra-ofensiva do

guldade» a forma como os deputados do PS se comportaram na discussão e votação deste «estatuto» «AD»?

A Comissão Nacional do PS apoda de «publicitárias» as propostas realistas do PCP e reage a elas de maneira farisaica — mas quando Capucho, do PSD, avança a ideia de uma coligação com o PS para desalojar os comunistas e a APU das autarquias locais é o próprio Dr. Mário Soares que imediatamente considera tais propostas como «muito interessantes».

Os democratas portugueses têm toda a razão para considerarem que na raiz da resposta do comunicado do PS às propostas da Comissão Política do PCP está a intenção oculta da criação do chamado «bloco central» através do qual a direita espera encontrar uma tábua de salvação para o seu inevitável naufrágio.

O secretário-geral do PS, Mário Soares, mais Gonetinha — o da Trilateral — e outros dirigentes da ala conservadora do PS trabalham activamente para a formação do chamado «bloco central» entre o PS e o PSD liderado por Mário Soares para retomar de novo nas condições actuais a celerada política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista que caracterizou os governos PS sozinho e PS/CDS no Verão de 77.

A falhada «alternativa FRS» das eleições de 80 pode ser substituída no entender de alguns dirigentes socialistas pela «alternativa PS/PSD» que implicaria certamente a desapareição e desarticulação da FRS e a sua substituição pelo «bloco central».

É neste sentido que deve entender-se os novos ataques da direcção do PS aos seus parceiros da FRS — a UEDS e a ASDI — a propósito das eleições para as autarquias.

É evidente que uma tal «alternativa», se acabasse por ser essa a opção do PS, poderia conduzir a novas derrotas dos que jogam nessa carta com incalculáveis consequências para a democracia portuguesa.

O «bloco central» seria uma «alternativa» de direita à direita no Poder, nunca uma alternativa verdadeiramente democrática ao Governo e à política da Aliança reacçãoária.

Uma alternativa democrática é a única que pode repor a legalidade, defender e prestigiar as instituições democráticas, assegurar a defesa e consolidação do 25 de Abril e das suas conquistas fundamentais.

E uma alternativa democrática implica diálogo e negociação, um clima de abertura e de serenidade entre os partidos e organizações democráticas e um verdadeiro «empenhamento de esquerda», designadamente de socialistas e comunistas para uma política de convergência e de unidade que garanta a sobrevivência da Revolução de Abril.

Uma alternativa democrática implica subordinar aquilo que é secundário ao que é fundamental, implica um compromisso democrático para uma política democrática, uma saída para a crise que crie as condições para a necessária elevação das condições de vida do Povo português, para a recuperação económica e financeira do País, gravemente comprometida pela submissão servil às ordens do FMI, do Banco Mundial e aos monopólios da CEE, para a defesa intransigente da independência nacional, da segurança e da paz dos portugueses, contra a subordinação da nossa política aos interesses e objectivos económicos e estratégicos do imperialismo.

Uma proposta de conversações informais, sem condições prévias nem ideais preconcebidos como a que foi feita pela Comissão Política do PCP abriu o caminho para uma autêntica e necessária alternativa democrática à «AD» e ao seu Governo. Nesse sentido, as propostas do PCP mantêm toda a sua vitalidade e actualidade.

Garantir a defesa da democracia, da liberdade, das conquistas de Abril são, no momento actual, os supremos objectivos dos comunistas portugueses.

imperialismo, é de importância fundamental a coesão do movimento comunista e operário internacional, fundamento mais sólido da unidade das forças revolucionárias da nossa época: os países socialistas, os países progressistas, a classe operária dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional.

Camaradas,

Sete anos após o histórico levantamento popular e militar do 25 de Abril, a Revolução portuguesa, apesar dos violentos ataques de que tem sido alvo e dos golpes profundos que tem sofrido, continua viva nas nacionalizações, na Reforma Agrária e noutras conquistas democráticas, bem como na firme determinação do nosso povo em defendê-las.

As forças reacçãoárias, que hoje dispõem do Governo e da maioria na Assembleia da República, insistem no seu plano subversivo, procuram liquidar a Constituição e restaurar o domínio dos monopólios e dos latifúndios. Para isso contam com o apoio do imperialismo norte-americano e dos monopólios da CEE. Encontram porém pela frente um poderoso movimento de massas populares.

Combatendo firmemente a política antipopular e antinacional do Governo reacçãoário da «AD», o PCP orienta constantemente a sua acção para a mobilização da classe operária e das massas populares e para a unidade das forças democráticas, designadamente de comunistas e socialistas, apesar da persistente recusa dos dirigentes do PS. Com o estreitamento da base social e política de apoio do Governo da «AD» e a crise

profunda que grassa na Aliança reacçãoária, estão a criar-se as condições para a destituição do Governo actual, para uma alternativa democrática que corresponda aos interesses dos trabalhadores e do povo.

O PCP, orientando-se pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, continua a alargar as suas fileiras e a reforçar a sua influência social e política, apresentando-se hoje, com 187 mil militantes, como uma força indispensável para a defesa da democracia e para a resolução dos problemas do povo e do País. E neste contexto difícil e complexo que os comunistas portugueses encontram motivos reais de confiança na defesa e no prosseguimento vitorioso da Revolução de Abril.

Queridos Camaradas,

Fazendo votos pelo êxito dos trabalhos do vosso X Congresso virados para a defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores do vosso país, reafirmamos-vos a nossa vontade de continuar a agir para o desenvolvimento das relações de amizade e solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista de Espanha, no interesse dos nossos dois povos e países, da unidade do movimento comunista internacional, da causa comum da liberdade, do progresso, da paz e do socialismo.

Viva a amizade fraternal entre os comunistas de Espanha e de Portugal!

Viva o internacionalismo proletário!

O Comité Central do Partido Comunista Português

Avante!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes — 1695 Lisboa CODEx Tel. 768345. ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. — 1000 Lisboa Tel. 769 744/769 751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1695 Lisboa CODEx Tel. 768345/768322.

DISTRIBUIÇÃO: CCL, Central Distribuidora Livraria, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. — 1000 Lisboa Tel. 779828/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-CV — 1000 Lisboa Tel. 769705. «Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal».

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 — 1200 Lisboa Tel. 372236.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 5/8 — 4000 Porto Tel. 28038.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedreira — 3000 Coimbra Tel. 31265.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcazar de Baxo, 13 — 7000 Évora Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro Tel. 24417. ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. — 1000 Lisboa Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto Tel. 381057.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora Tel. 900044.

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Junho: 59900

Nacional

PCP propõe às forças democráticas esforços conjuntos para vencer a crise

• PS recusa e não explica porquê

O PCP divulgou um apelo a todos os partidos e organizações democráticas alertando para a gravidade da situação actual, convidando-os para a elaboração de uma proposta conjunta viável, visando uma saída para a crise na linha dos interesses superiores do Povo e do País. O PCP considera que as condições são favoráveis a uma mudança democrática e que ela é possível

É o seguinte o teor do comunicado da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, distribuído ao fim da tarde de quinta-feira passada aos órgãos de informação:

1. Tendo analisado atentamente a situação política, económica e social, a Comissão Política do Comité Central do PCP entende necessário alertar todos os partidos e organizações democráticas para a gravidade da situação actual.

Aprofunda-se a crise. O Governo AD/Balsemão, do PPD e do CDS, na prossecução do plano subversivo da «AD» contra o povo, contra a Democracia e contra a Pátria, multiplica os atentados à legalidade e às instituições democráticas, às conquistas de Abril, aos direitos e liberdades dos trabalhadores, aos interesses das camadas mais vastas da população portuguesa.

Fiel servidor dos monopólios, o Governo AD/Balsemão abre as portas ao grande capital privado português e estrangeiro violando a Constituição, tenta por todas as vias restabelecer o poder económico e político dos grandes capitalistas e latifundiários, submete o País aos interesses e objectivos económicos e estratégicos do imperialismo, compromete gravemente a nossa independência e soberania, põe em risco a segurança, a tranquilidade e a paz dos portugueses.

Nesta política antidemocrática, antipovo e antinacional a «AD» e o seu Governo choca-se cada vez mais com a resistência do Povo português cioso das suas conquistas políticas, económicas e sociais, com a firme luta dos trabalhadores, com os energéticos protestos dos pequenos e médios agricultores, com a oposição das forças democráticas e patrióticas do País.

A deterioração da crise e a crescente resistência popular e patriótica à política do Governo da «AD» põem na ordem do dia a sua substituição por um Governo democrático e uma viragem política que restabeleça os valores e as conquistas essenciais do 25 de Abril.

2. A gravidade da situação actual está patente nos actos e nas medidas do Governo AD/Balsemão dos últimos dias.

Com a nova tentativa de imposição da lei Inconstitucional de delimitação dos sectores público e privado — que

uma vez mais o Conselho da Revolução não aprovou — o Governo AD/Balsemão tentou de novo impor uma base jurídica anticonstitucional para a destruição das Nacionalizações e para devolver ao capital privado os sectores básicos da economia nacional.

O reordenamento jurídico que o Governo AD/Balsemão tentou impor seria o coroamento de uma vasta ofensiva do desmantelamento e desincorporação das empresas públicas e nacionalizadas mais rentáveis visando o restabelecer o controlo monopolista sobre as principais actividades produtivas da Nação.

Com as recentes medidas económicas gravemente lesivas dos interesses nacionais, apresentadas pelo Governo como forma de retaliação contra a declaração de inconstitucionalidade da sua lei de delimitação dos sectores, o Governo AD/Balsemão ameaça cortes de investimentos no sector público e novas facilidades às sociedades de investimento, demonstrando uma vez mais o seu empenho aberto na defesa dos interesses de uma minoria de privilegiados, à custa de sérios golpes contra o sector nacionalizado e a economia nacional.

Com o recrudescimento da ofensiva contra a Reforma Agrária e a promulgação de leis estranguladoras contra as UCP's — como a nova lei da cortiça — o Governo AD/Balsemão quer consumir a sinistra obra de destruição iniciada pelo governo PS em 1976 da mais bela conquista da Revolução de Abril que um MAP inundado pelos «fumos» e pelas labaredas da corrupção — de que os casos Goulão, EPAC e AGA são os mais conhecidos — leva implacavelmente à prática.

Com a escandalosa manipulação e instrumentalização dos grandes meios de comunicação social estatizados, designadamente da TV e da Rádio, a «AD» e o seu Governo estabeleceram sobre eles, de facto, o monopólio antidemocrático dos partidos reaccionários.

Com a ofensiva contra o Poder Local democrático o Governo AD/Balsemão e a sua maioria parlamentar tentam tor-

nar impossível a solvabilidade e a capacidade financeira dos órgãos autárquicos com o roubo de mais de 36 milhões de contos e com medidas que afectam a autonomia administrativa das autarquias locais.

Com a cedência de bases e novas concessões e compromissos com os círculos belicistas e armamentistas dos Estados Unidos — designadamente na questão da instalação de mísseis e armas nucleares em Portugal e do estacionamento de tropas e barcos de guerra atómicos no território nacional — o Governo AD/Balsemão põe em grave risco o território nacional e a paz dos portugueses.

A demissão do Governo Balsemão e a sua substituição por um Governo democrático será um passo essencial para a defesa e consolidação das conquistas democráticas do Povo português e da própria independência nacional.

3. A rápida deterioração da «AD», o agravamento das suas lutas e contradições internas são o produto do conflito entre o Governo e o seu projecto político subversivo e a vontade e a resistência do Povo português.

O Governo AD/Balsemão está levando a expressões inadmissíveis a guerrilha institucional contra os órgãos de soberania que não controla, designadamente o PR e o CR.

A «AD» não tem legitimidade para impor a destruição da legalidade e das instituições democráticas. Os votos que em 5 de Outubro deram à «AD» a maioria parlamentar e lhe deram legitimidade para governar foram expressos por menos de metade dos eleitores.

Esta legitimidade foi fortemente contestada e negada nas eleições de 7 de Dezembro. Daí para cá a prossecução de um plano «AD» subversivo contra a democracia portuguesa e o seu próprio projecto de «revisão» da Constituição que é sobretudo um projecto de destruição da Constituição democrática de 1976, retiraram-lhe em definitivo toda a legitimidade.

O Governo para quatro anos não tem o direito de continuar a gerir o País e deve ser removido como necessidade elementar de defesa do regime democrático.

4. A necessidade de uma alternativa democrática de Go-

verno e de política à «AD» e ao seu Governo é um imperativo nacional que se impõe a todas as forças, organizações e individualidades interessadas em defender o património de liberdade e as conquistas de Abril.

O Governo AD/Balsemão deve ser demitido no quadro dos mecanismos constitucionais adequados.

A dissolução da Assembleia da República, a convocação de eleições antecipadas e a formação de um governo de gestão podem ser um dos recursos institucionais para substituir num breve prazo o Governo AD/Balsemão e encontrar uma saída para os graves problemas que o País defronta.

A continuação deste Governo e da sua maioria parlamentar agrava os sofrimentos do Povo português, põe em sério perigo o regime democrático e o 25 de Abril, a sua supressão é um passo necessário para a defesa das liberdades e das outras grandes conquistas da Revolução e para restabelecer a legalidade democrática.

5. As condições são favoráveis a uma mudança democrática — ela é possível se os partidos e organizações democráticas, se todos os patriotas, democratas e antifascistas com filiação partidária ou independentes convergirem nos seus esforços para se encontrar uma solução para a crise actual.

A Comissão Política do Comité Central realinha que o PCP se mantém pronto a examinar todas as ideias preconcebidas com outras forças políticas — nomeadamente com o PS, a UEDS, a ASDI, componentes da FRS, com o MDP/CDE, seu aliado na APU, e outros agrupamentos democráticos — as possibilidades conjuntas de uma alternativa democrática de Governo e de política ao Governo Balsemão e à política da «AD».

A Comissão Política do Comité Central do PCP dirige um apelo solene a todas as forças, organizações e individualidades democráticas para a elaboração de uma proposta conjunta viável, visando uma saída para a crise actual na linha dos interesses superiores da democracia, do Povo e do País.

Lisboa, 23 de Julho de 1981

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

Apenas um dirigente partidário — Tomás Pinto, da UEDS, que no entanto falara em nome pessoal — reagiria favoravelmente à divulgação do documento da Comissão Política do Comité Central do PCP, ao afirmar que não excluía a hipótese de o seu partido vir a aprofundar e a debater alternativas com outras forças políticas, nomeadamente com o PCP e com o MDP/CDE. As reacções dos outros quadranes democráticos, a crer na imprensa diária, foram ou o silêncio ou a recusa das propostas comunistas.

Foi assim que António Rebelo de Sousa, da ASDI — outra das componentes da FRS —, falando também em nome pessoal, considerou «inoportuna» a proposta do PCP, sublinhando que a prática do Partido Comunista Português «não é de molde a inspirar confiança quanto à possibilidade de convergência futura quanto ao projecto de sociedade», não esclarecendo porém se é o projecto de sociedade que torna «inoportuna» a proposta dos comunistas ou se se trata de desacordo quanto à necessidade de criar uma alternativa concreta ao actual Governo e à actual política da «AD».

O Partido Socialista, por seu lado, demoraria mais tempo a reagir ao apelo do PCP que, recordemos, propõe a elaboração com «todas as forças, organizações e individualidades democráticas» de «uma proposta conjunta viável, visando uma saída para a crise actual na linha dos interesses superiores da democracia, do Povo e do País».

Como se a crise não ameaçasse as próprias instituições democráticas, através da prática verdadeiramente subversiva, anticonstitucional, antipovo e antinacional do Governo AD/Balsemão e da maioria parlamentar que o apoia, os dirigentes do PS, em comunicado divulgado pela sua Comissão Nacional que reuniu no passado sábado em Lisboa, preferiram entender que «a crise não se coloca no plano institucional, mas tão-só na esfera governamental e partidária, revelando a falência do actual Governo e a erosão profunda do projecto AD».

O documento socialista, sublinhando o seu antagonismo ao projecto «AD» — apesar de assinalar a sua erosão (!) — e suas decorrentes opções governamentais, e espreitando o PS como alternativa global, procura fazer esquecer que, mesmo sendo o maior partido da oposição em termos de representação parlamentar, não pode, sozinho, fazer valer qualquer alternativa.

É assim que afirma não poder «reconhecer como realistas e aceitáveis quaisquer propostas de negociação política como as formuladas pela direcção do PCP», classificando-as de «publicitárias» e acusando-as de não assentar «nos princípios democráticos e nos pressupostos constitucionais», e, ainda, de terem «em vista a repetição monocórdica de slogans».

A Comissão Nacional do PS acusa ainda o apelo dos comunistas de revelar «contradição» do PCP entre a sua «oposição verbal ao Governo e a sua colagem indirecta aos respectivos sustentáculos políticos» e de atestar «mais uma vez, a ambiguidade de um partido que prefere o ataque sistemático e irracional ao PS e descarta o empenhamento da esquerda no combate ao conservadorismo governamental».

Aquele órgão dirigente do Partido Socialista não procurou de nenhum modo adiantar explicações às suas acusações ao PCP. Acusações por detrás das quais tentou disfarçar uma recusa para a qual é difícil encontrar razões válidas e coerentes, tal como é difícil encontrar razões coerentes para afirmar, como alguns dirigentes do PS o têm feito, que a «AD» continua a ter legitimidade para governar.

Reuniu-se a Comissão Central da JCP

A falência da política reaccionária para resolver os problemas juvenis

«Dois anos de 'AD' no Governo testemunharam a falência da política da reacção para resolver os problemas juvenis e evidenciaram a sua natureza profundamente anti-juvenil», sublinha o documento aprovado pela Comissão Central da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), na sua última reunião, que decorreu no dia 26, em Lisboa.

O documento foi apresentado aos órgãos da Comunicação Social (a maior parte dos quais fez orelhas moucas à convocatória da JCP) numa conferência de imprensa realizada na sede da organização, com a presença dos camaradas J. Pina Moura, do Secretariado e da Comissão Executiva da Comissão Central da JCP e membro do Comité Central do PCP; Góis de Carvalho, do Secretariado da CC; Francisco Pereira, da Comissão Executiva da CC; e Madalena Santos, da CC e da Direcção Central do Ensino Superior.

Ao longo das suas 12 páginas, o documento da Comissão Central da JCP, sintetizado no encontro com os jornalistas pelo camarada Pina Moura, aborda os seguintes temas: 1. «O Governo Balsemão caminha para a derrota. É urgente construir uma alternativa democrática, no espírito da Constituição»; 2. «Dois anos de 'AD', dois anos de política contra os jovens»; 3. «Movimento da Juventude»; 4. «A Juventude Comunista Portuguesa» (onde se faz o balanço das principais iniciativas da JCP no 1.º semestre de 1981 e se anunciam as próximas jornadas de relevo na actividade da organização). A parte, publicamos algumas passagens significativas deste último ponto do documento.

Depois duma breve panorâmica sobre as consequências negativas da política «AD» no contexto geral da sociedade portuguesa, a Comissão Central da JCP sublinha:

«Na situação de crise e desprestígio em que se encontra o seu próprio Governo, a «AD» procura fazer crer que

o mal reside, não na sua política, mas nalguns dos figurantes que a executam».

Ao denunciar «as manobras das forças reaccionárias, que procuram criar condições para que, derrotado o Governo Balsemão/AD, prossiga e até se agrave a política por ele realizada», a JCP garante que «luta e lutará, juntamente com todos os jovens democratas, «AD»/Balsemão seja também a derrota da «AD» e da sua política, conduzindo ao afastamento das forças reaccionárias do Governo e abrindo caminho a uma alternativa democrática».

E mais adiante:

«O encontrar de uma alternativa democrática ao actual Governo reaccionário exige entendimento e a cooperação entre todos os sectores democráticos, com especial relevo para os comunistas e socialistas. A CC da JCP saúda e apoia o «Apelo do PCP a todas as forças, organizações e personalidades democráticas» para vista a coordenar acções e iniciativas com o objectivo de viabilizar uma alternativa democrática ao Governo Balsemão/AD. A CC da JCP registou como contributo positivo para o alcançar deste objectivo o reforço da cooperação da JCP com a JS em diversas frentes de acção.

«O entendimento entre democratas é necessário não só para produzir uma viragem democrática no Governo de Portugal, mas também para a defesa do regime democrático no seu conjunto, nomeadamente em torno da revisão constitucional.

«A CC da JCP dá o seu apoio às propostas do PCP sobre

a revisão constitucional que garantem a consolidação do regime democrático e as conquistas e direitos essenciais da juventude».

Serviço Militar

Antes de se referir ao «plano subversivo de destruição do Portugal de Abril através da revisão inconstitucional da Constituição», a JCP «sublinha a posição já assumida de ser favorável à manutenção da consagração na Constituição da República do Serviço Militar Obrigatório bem como do Direito

à Objeção de Consciência, que deve ser rapidamente regulamentado pela Assembleia da República, através de um estatuto de Objectores de Consciência que desanime a fraude e a contestação à prestação do Serviço Militar Obrigatório».

Já no segundo capítulo do documento, a JCP faz o balanço das consequências da política da «AD» nestes dois anos dos seus governos, detendo-se em particular nos jovens trabalhadores, jovens agricultores, estudantes do Secundário, estudantes universi-

tários e trabalhadores-estudantes, concluindo:

Dois anos de «AD» no Governo são para a Juventude portugueses:

«Dois anos de ataques e ultrajes à Constituição, de ataques às nacionalizações, à Reforma Agrária, ao controlo de gestão.

«São dois anos de instabilidade e ameaças à democracia.

«Dois anos de Governo «AD» são dois anos de submissão aos interesses estrangeiros e o desinteresse pelos interesses nacionais com a grande abertura

à instalação de armas nucleares em Portugal e a possibilidade de homens da CIA virem a Portugal dar aulas.

«No campo das relações económicas contrariando os interesses nacionais de diversificação com mais países vê-se o fechar cada vez mais destas relações com um leque cada vez menor de países.

«A anunciada entrada de Portugal no Mercado Comum, aparece aos jovens como mais uma medida que junto da inevitável ruína de milhares de pequenas e médias empresas levaria ao agravamento do já

elevadíssimo número de jovens desempregados.

«Dois anos de Governo «AD», ao contrário das promessas eleitorais, agravaram ainda mais a falta de habitação, sendo de assinalar o roubo de verbas destinadas às autarquias que dificultou ainda mais a criação de condições para a ocupação dos tempos livres dos jovens.

E mais adiante:

«Dois anos de Governo «AD» são dois anos de abuso do Poder para proteger e enriquecer os membros do Governo, seus familiares, os seus adeptos e aqueles que representa: a grande burguesia e os latifundiários. Exemplos vivos desta política são o estatuto de deputado (não promulgado pelo PR), a lei de limitação dos sectores público e privado (vetado pelo CR), a lei-roubo da cortiça, o caso da EPAC, os fogos criminosos que por todo o país se têm propagado, pondo em causa a riqueza florestal do País que são um exemplo catastrófico da impunidade com que os incendiários se movimentam hoje em Portugal e da passividade do Governo perante estas acções criminosas nomeadamente com a falta de apoio estatal às corporações de bombeiros».

«No seguimento desta actividade, a CC da JCP apela aos seus militantes e à juventude para que participem activamente na preparação e realização da «Conferência Nacional da Juventude Trabalhadora» e na «Marcha da Juventude contra o desemprego», iniciativas que a CGTP-IN irá promover, as quais serão pontos altos da mobilização e luta da juventude trabalhadora».

As lutas no Secundário, no 12.º ano e no Superior são igualmente salientadas pela JCP, que, no quadro das importantes linhas de trabalho para o movimento unitário da juventude, destaca, entre outros aspectos, o papel da cooperação com as autarquias; a luta contra a instalação de armas nucleares em Portugal; a luta em defesa da Natureza; o desenvolvimento de acções de esclarecimento sobre as graves repercussões que a adesão de Portugal à CEE terá na situação e na vida dos jovens portugueses.

No decurso da sua reunião, a Comissão Central da JCP discutiu ainda alguns aspectos do trabalho de Organização. A CC apela para a necessidade de empenhamento constante e persistente de todas as organizações, colectivos e membros da JCP, no sentido de recrutar mais e mais jovens para as nossas fileiras e de antes do fim do ano dar um forte impulso à redução dos não contactados e à entrega dos cartões.

«Ganha novo dinamismo e revitalização o movimento da juventude trabalhadora», sublinha no seu terceiro ponto o documento da CC da JCP, que acrescenta:

«São exemplo disto a realização do Encontro da Juventude no Distrito de Setúbal com cerca de 1500 jovens; o Encontro da Juventude no Porto, organizado pela CGTP, que denunciou os contratos a prazo, a repressão patronal e a descriminação salarial; a semana de luta desenvolvida em Lisboa sob o lema «É preciso que isto mude, trabalho certo para a juventude», que mobilizou centenas de jovens; a grande participação da

As grandes iniciativas do 1.º semestre deste ano

● Seminário Internacional sobre desemprego em Dezembro

A capacidade de ir ao encontro dos anseios e aspirações dos jovens, de com eles discutir os seus problemas contribuindo para o encontrar de soluções, esteve patente num conjunto de iniciativas de âmbito nacional que a JCP levou a efeito.

A Conferência Nacional do Ensino Superior

A Conferência Nacional do Ensino Superior, que teve lugar nos fins de Março, aprofundou questões de organização e definiu os objectivos da acção da JCP no movimento estudantil universitário. Discutiu profundamente o problema da Autonomia Universitária contribuindo para o debate que sobre esta matéria se travará na Assembleia da República. Elegueu ainda a Direcção Central do Ensino Superior.

O Movimento dos Festivais da Canção Juvenil

Lançado pelo jornal «Juventude», órgão central da JCP, demonstrou ser uma importante contribuição para o desenvolvimento da canção como veículo de expressão cultural e de convívio entre os jovens, para o aparecimento de novos valores. Note participaram 280 concorrentes

entre grupos e solistas totalizando 853 o número de jovens em palco nos 41 festivais locais realizados.

Tribunal Estudantil Acusa o 12.º Ano

Iniciativa nacional sobre os problemas do 12.º ano que denunciou o seu funcionamento, traçou perspectivas para dinamizar a luta reivindicativa dos estudantes deste ano, com a campanha nacional de denúncia, e definiu a posição da JCP sobre o 12.º ano, a sua inserção no sistema de ensino, o acesso à Universidade e as saídas profissionais do Ensino Secundário. A justiça da análise então feita ficou provada pelos resultados finais deste ano burocraticamente inventado pela «AD» para substituir o Propedéutico.

Campanha Nacional de Fundos

Muito embora, em algumas das organizações da JCP, tenham sido

encontradas algumas dificuldades no seu desenrolar, a campanha atingiu os 1 250 contos encontrando-se a um passo de alcançar a meta proposta: 1 500 contos.

Concurso da Juventude

Muito embora se encontre ainda a decorrer, contribui já para uma maior divulgação do órgão central da JCP entre a juventude.

A CC da JCP, saúda todos os jovens comunistas que com o seu empenhamento e dedicação tomaram possível a realização deste importante conjunto de iniciativas.

A CC da JCP, parvoleta para tornar público um novo conjunto de realizações em que empenhara os seus esforços nos próximos meses.

A Festa do Avante!

Constitui em todos os sentidos a maior realização cultural no nosso País com participação entusiástica de milhares e milhares de jovens. Tal como em anos anteriores também este ano, particularmente através da «Cidade da Juventude», a JCP estará presente.

com a energia, o entusiasmo e espírito criador próprios da juventude.

Os Acampamentos

Têm lugar este ano no Porto (Madalena), Beira Litoral (Furadouro), Leiria (S. Pedro de Moel), favorecendo a mobilização de campestres, melhorando as condições de vida e os programas daremos um importante contributo ao êxito e prestígio dos nossos Acampamentos, que constituem uma forma de passar férias económicas e de bom convívio e camaradagem para muitos milhares de jovens das mais diversas opções políticas.

O Seminário Internacional sobre o Desemprego Juvenil

Tal como o Tribunal de Opinião Pública são iniciativas internacionais que realizaremos em Dezembro em conjunto com a Federação Mundial da Juventude Democrática. A CC está certa de que constituirão grandes jornadas de luta da juventude e serão um importante contributo para o reforço das relações de amizade e cooperação das diferentes organizações participantes.



Terra

Há aí um negócio onde se ganha 1625%!!!

Acredita o leitor que seja possível um produto, no caso a batata, ser vendida pelo produtor a 80 centavos (repetimos: oitenta centavos) é o consumidor pagá-la, por exemplo em Lisboa, a cerca de 13\$00 o kg?

Pois tem mesmo que acreditar porque é verdade. O caso passou-se no Nordeste Transmontano onde os agricultores se viram obrigados a vender 40 mil sacos de batata (2400 toneladas), ao preço caricato (não tem outro nome, embora não dê para rir) de oito tostões o quilo, visto que não conseguiram compradores e a batata começava a deteriorar-se.

Este caso, num momento em que os produtores de batata reclamam justamente por todo o País a urgência de medidas por parte do Governo que ponham cobro à crise existente, só pode ser classificado no mínimo como escandaloso e demonstra de forma clara o desprezo e a própria incompetência do MAP pela resolução dos problemas da lavoura.

Os produtores acusam a Junta Nacional das Frutas (JNF) de não ter escoado em devido tempo a batata de consumo recebida em Maio pelo preço de 8\$50, quantia esta que aliás ainda não pagou, provocando assim uma situação verdadeiramente aflitiva para os agricultores.

A somar a isto mais de 15 vagões de batata de semente estrangeira - 180 toneladas - pertencentes a particulares, acabaram por apodrecer nas instalações da JNF em Bragança, elevando-se o prejuízo causado por este desmazelo a 4800 contos.

Adicionando este valor ao prejuízo provocado pela batata de consumo já deteriorada no decorrer da presente campanha chega-se à dolorosa conclusão de que já vão em 15 mil contos os danos sofridos pelos agricultores.

É necessário pôr cobro ao saque e ilegalidades do MAP

Em declarações recentemente proferidas, o ministro da Agricultura e Pescas, senhor Cardoso e Cunha, afirmou que o processo de entrega de reservas tinha parado porque já estava tudo entregue. Dois dias depois contrariando as próprias palavras do titular do ministério, o MAP desencadeou uma vasta operação em toda a zona da Reforma Agrária que se traduziu só no distrito de Évora, e em apenas três dias, no roubo de seis mil hectares correspondentes a 41 reservas.

Tal só é possível porque este "não é um Governo e um ministério do Portugal de Abril, é antes do mais um pequeno bando organizado, de assaltantes, que se apoderou transitoriamente dos comandos do Poder e do Estado", assim classificou o Secretariado das UCP's e Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora, em comunicado distribuído à imprensa, o comportamento do MAP.

Concluem ainda os subscritores daquele documento que com a sua lengalenga "o senhor ministro Cardoso e Cunha mentiu ao país".

Na verdade desde o início da passada semana, muito provavelmente para satisfazer as pressões da sua clientela e os desejos dos grandes latifundiários que controlam a política do ministério, o MAP intensificou o roubo de terras, gados e máquinas das UCP's Cooperativas, numa acção repleta de ilegalidades.

"A par com a lei da cortiça esta é outra frente da brutal e ilegal ofensiva que o Governo AD continua a desencadear contra a Reforma Agrária com o objectivo de a destruir completamente a curto prazo, envolvendo forças de segurança, como a GNR, em autênticas operações banditescas de assalto e roubo às terras e bens das cooperativas e dos trabalhadores", salienta o referido comunicado.

Depois de reafirmar que os trabalhadores e as suas organizações face a esta acção do Governo baseada na mais completa ilegalidade e corrupção "têm resistido e lutado nas herdades e nas ruas", o documento apela para os "órgãos de soberania, garantes da Constituição", designadamente o Conselho da Revolução e o Presidente da República, para que no âmbito da sua competência se "pronunciem e intervenham contra a brutalidade do que está a acontecer".

Já na parte final do documento do Secretariado das UCP's/Cooperativas Agrícolas do distrito de Évora, sublinha a urgência de "pôr cobro à situação de fora-da-lei e de instabilidade permanente que se vive na zona da Reforma Agrária, provocada pela política do Governo AD e do MAP da CAP", adiantando ao mesmo tempo a necessidade da sua substituição por um Governo democrático, "única solução para o prosseguimento do Portugal de Abril".

Autênticos roubos!

● Na UCP «Unidade de Trabalhadores» de S. Manços, concelho de Évora, o MAP entregou 335,7 hectares na herdade Cerro do Boi a dois indivíduos retornados, residentes em Santarém, Alfredo Coelho e José Depadato Nunes, totalmente desconhecidos na região, onde nunca exerceram qualquer actividade. Entretanto, o funcionário do MAP que procedeu à entrega da reserva, José do Nascimento Nunes, afirmou que quem vai gerir a terra é ele próprio, facto que ajuda a compreender melhor toda esta operação.

● Na UCP das Corticadas, o MAP entendeu atribuir o título de pequeno agricultor a Flávio Virgílio Maltês entregando-lhe 132 ha, esquecendo-se que este indivíduo é comerciante, proprietário de uma drogaria no Bairro da Cruz da Picada, em Évora, não vivendo da agricultura, como aliás ele próprio reconhece.

● Na UCP S. Braz do Regedouro foi entregue uma reserva de 700 hectares e 109 344 pontos aos herdeiros da agrária Ana Maria de Sousa Holstein Beck, que são proprietários para efeitos da própria lei Barrelo, de 724 ha de terra e 168 344 pontos no pinhal das Formas, em Palmela.

● Na UCP Bento Gonçalves, em Montemor-o-Novo, através de uma autêntica operação de assalto organizada pelo MAP, foi invadida a Cooperativa donde roubaram 365 cabeças de gado ovino num valor superior a dois mil contos que foram entregues ao agrário Manuel António Padeira Júnior. Este indivíduo já recebera outra reserva na herdade do Vale do Nobre, onde foram assassinados os cooperantes Casquinha e Caravela.

● Na UCP Catarina Eufémia, em Portel, outro saque foi efectuado a mando do MAP. Na herdade da Chaminé, aproveitando uma entrega de reserva com 55,6 ha, aos agrários Gil Borge Meneses e Toscano Rico, a equipa de assaltantes roubou 109 cabeças de gado bovino, 279 cabeças de gado suíno, 100 mil kg de aveia, cevada, milho, grão, grasseol, tremoços, 900 arrobas de cortiça, uma grade de discos e duas mil telhas. Todos estes bens foram adquiridos pelos trabalhadores.

● Na UCP Salvador Joaquim de Pomar, Escoural, os funcionários do MAP entregaram ao agrário Joaquim José Capoula 12 bodes que não figuravam no inventário e ainda 515 ovinos, 259 caprinos, 29 suínos, uma cefleira, um tractor e um reboque.

● Registraram-se também acções do tipo das que acabámos de referir nas UCP's 6 de Agosto, Torre de Coelhoos, Cabrela, Bento de Jesus Caraca, Estrela do Sul, José Adelino dos Santos, Vasco Gonçalves, 1 de Setembro, Terra Livre, etc. etc.

Poder local

Não se exige do Governo que faça chover mas medidas contra a seca

Em Portugal, onde apenas o Governo «AD» mete água por todos os lados, a seca é um problema que alastra a zonas cada vez maiores sem que medidas de fundo sejam tomadas, em mais uma demonstração da manifesta incapacidade dos que (des)governam o País.

Após um Inverno particularmente seco, seguido de uma Primavera onde a temperatura foi subindo até este Verão escaldante, era óbvio que os recursos de água iriam ser afectados. Nem foi preciso, aliás, chegar ao Verão para tirar semelhante conclusão uma vez que as reservas estavam já no início do ano muito abaixo do normal. As primeiras falhas no abastecimento de algumas zonas no centro do País já há alguns meses foram o sinal de alerta da gravidade que o problema viria a assumir noutras regiões onde deficiências de estruturas dificultam o normal fornecimento de água às populações, mesmo em condições normais, como é o caso do Alentejo e Algarve.

Sinal de alerta a que apenas as autarquias deram a importância devida e em devido tempo, o que dada a gravidade da situação não chega.

Recorde-se, por exemplo, que já em Março a Assembleia Distrital de Évora alertava os órgãos de soberania para que «o abastecimento de água ao domicílio corre o risco de falhar em quase todos os concelhos».

Serão necessários - avisava aquele órgão autárquico - novos furos e captações de reforço dos existentes e obter autotankers. Será necessário fazer a reserva de água excedentária dos recursos naturais que se podem inutilmente, porque não houve, nem

há uma política de aproveitamento da riqueza hídrica.

As consequências da seca na produção agrícola foram também tomadas públicas, salientando-se a necessidade da concessão de subsídios às UCP's e agricultores, a fundo perdido, para fazer face aos inevitáveis prejuízos, pelo que o Governo deveria desde logo providenciar nesse sentido.

Não o fez. Como também nada fez para responder às preocupações dos responsáveis autárquicos do Alentejo.

O mesmo se pode dizer em relação ao Algarve, onde apenas sete meses depois da criação da Comissão de Saneamento Básico do Algarve foi assinado um protocolo para financiamento de obras de saneamento básico, através de um crédito de três milhões de contos repartidos por quatro anos.

Embora importante - a renovação de redes de abastecimento de água e conduta de esgotos é uma necessidade premente no Algarve - o empréstimo chega tarde e é insuficiente, para além de lançar para as autarquias uma obra que pelo seu interesse nacional deveria ser suportada pelo Governo.

Outro tanto se pode dizer em relação a outras zonas, como por exemplo o concelho de Castelo Branco, onde sessenta mil habitantes dispõem apenas de quatro horas de água canalizada por dia, o que, segundo opiniões de técnicos, teria sido evitado se as obras de emergência agora em curso - captação de água na ribeira da Ocreza - tivessem sido feitas em Fevereiro, o que só não aconteceu «graças» à intervenção desastrosa da Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hídricos (DGRAH).

Situação de calamidade pública

O levantamento da situação no Alentejo, efectuado já no corrente mês, mostrou um panorama alarmante:

— Viana do Castelo, com 6 500 habitantes, está a ser abastecida por um furo que fornece 25 metros cúbicos de água por hora quando o normal é de 120 metros cúbicos. Se o novo furo em construção não resultar a população pode ficar sem água;

— Vila Viçosa, com 9 500 habitantes, esgotou as suas fontes habituais de água e está a ser abastecida pelo concelho de Borba;

— Almodôvar, com 11 630 habitantes, há três meses que está a ser abastecida por autotankers;

— Castro Verde, com 8 652 habitantes, não tem abastecimento de água entre as 7 e as 21 horas, sendo de prever o agravamento da situação uma vez que a represa construída o ano passado não chegou a encher;

— Albardeiras, no concelho de Arraiolos, com duzentos habitantes, está a ser abastecida pelos bombeiros;

— Borba tem o nível das águas muito abaixo do normal e algumas aldeias estão já sem água, sendo abastecidas por autotankers;

— Portel, com 8 654 habitantes, está igualmente a ser abastecida pelos bombeiros, e S. Bartolomeu do Outeiro está também sem água. De assinalar que a barragem do Alvão está pronta faltando-lhe no entanto a água que lhe deveria ser fornecida através da barragem do Alqueva, cuja construção se encontra paralisada;

— Mourão tem água mas não pode abastecer a população por não ter verbas para instalar uma estação de tratamento de água;

— Redondo enfrenta também problemas graves no abastecimento às populações, nomeadamente desde que a SOCEL plantou na área das nascentes onze milhões de eucaliptos que «bebem» toda a água disponível. O abastecimento feito a partir da rede da Candeeira é manifestamente insuficiente, estando agora em construção uma nova barragem na Vigia;

— Alandroal terá os seus problemas resolvidos quando se construírem as estações elevatórias e de tratamento de água na barragem do Lucitell, ou seja, quando houver verbas. O rol poderia continuar, com casos mais ou menos graves, tudo apontando para uma única conclusão - a situação é de calamidade e o Governo não tomou ainda medidas nem se decidiu a atribuir os subsídios previstos na Lei das Finanças Locais para casos como estes.

Não se exige do Governo que faça chover, mas há meios para enfrentar os anos de seca que ao Governo compete utilizar. A barragem do Alqueva, para além das muitas outras pequenas barragens que urge construir, uma vez em funcionamento não só produzirá energia e regará milhares de hectares de terra, como resolverá o problema do abastecimento da água no Alentejo e no Algarve.

A confirmar-se as previsões de que o próximo Inverno vai ser tão seco como o que passou, os problemas no abastecimento de água tornar-se-ão ainda mais graves. Há que tomar medidas. Há que exigir que o Governo tome medidas.

A propósito dos 3 milhões para o Algarve

A grave situação do abastecimento de água às populações e à agricultura algarvias mereceu do Governo a iniciativa de criar uma Comissão de Saneamento Básico do Algarve (CSBA) e prolongada reflexão sobre o que a mesma deveria fazer.

Ao fim de sete meses (quando em Vila Real de St. António a água só com dificuldade chega ao 1.º andar de qualquer casa, em Castro Marim o abastecimento se faz com grandes dificuldades, em Tavira os cortes são frequentes e a água que sai das torneiras tem já um elevado teor de sal, em Loulé só há água dois dias por semana e durante quatro horas e em Portimão a situação não é mais famosa), ao fim de sete meses, repete-se, a reflexão do Governo deu os seus frutos: a concessão de um crédito de 3 milhões de contos para obras de saneamento básico que, no entanto, continua a não dar resposta à questão central do aproveitamento de águas de superfície do Algarve, cujo orçamento se calcula em 5 milhões de contos.

Como se faz notar num comunicado divulgado a propósito pela Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP, o empréstimo agora anunciado, importante apesar de tardio, suscita algumas interrogações: quem vai administrar os três milhões de contos? Quais são as obras previstas, quem as define e decide? Qual o papel reservado às autarquias locais e populações interessadas na discussão da atribuição de verbas e de obras a executar?

A estas interrogações, motivadas pela mais que demonstrada incapacidade do Governo e da sua CSBA, outras não menos importantes se juntam. Como por exemplo, se as autarquias locais que meteram ombros a resolver problemas prementes - caso da Câmara de Vila Real de St.º António - no reforço ao abastecimento de água à população do concelho e na adjudicação por dezenas de milhares de contos para obras de saneamento básico da freguesia de Vila Nova de Cacela serão tidas em conta na atribuição de verbas.

Ou se pelo contrário a opção se dirigirá para apoiar financeiramente a incapacidade política e técnica das Câmaras «AD», como a de Loulé onde só falta fazer um furo de captação de água no Gabinete do Presidente...

De referir, a propósito, que o conhecimento dos responsáveis autárquicos daquele concelho é tamanho que não puderam esconder o seu espanto quando nos furos que fizeram por toda a parte, indiscriminadamente, encontraram sal. É caso para perguntar o que esperarão

encontrar numa terra construída sobre uma mina de sal-gema!!!

O comunicado da DORA do PCP pergunta ainda ao Governo se o empréstimo se destina apenas à resolução dos problemas das zonas turísticas ou de todo o Algarve, bem como se os 3 milhões se destinam a obras que permitam a resolução dos problemas até à entrada em funcionamento das projectadas barragens na serra algarvia que há muito deviam estar concluídas e sem as quais os problemas de abastecimento de água às populações e à agricultura permanecerão no Algarve.

Perguntas a exigir uma resposta que ainda não chegou.

Interrogações plenamente justificadas quando o que está em causa - sublinha o documento - é a intrinseca abusiva e usurpadora deste Governo na autonomia do Poder Local na região e no País, tendente a combater o carácter do Poder Local democrático tal como a Constituição o define.

Interrogações que são simultaneamente um alerta aos trabalhadores e ao povo algarvio dado que se a vigilância abrandar, na ideia de que os problemas irão ser resolvidos, correr-se-á certamente sério risco de desaparecerem 3 milhões de contos sem que um só dos problemas mais imediatos e fundamentais seja resolvido.

O problema não é só a seca

O documento da DORA refere-se ainda às recentes declarações do sr. Secretário de Estado do Turismo sobre a quebra na afluência turística ao Algarve, responsabilizando por isso os alertas públicos para a grave situação do abastecimento de água.

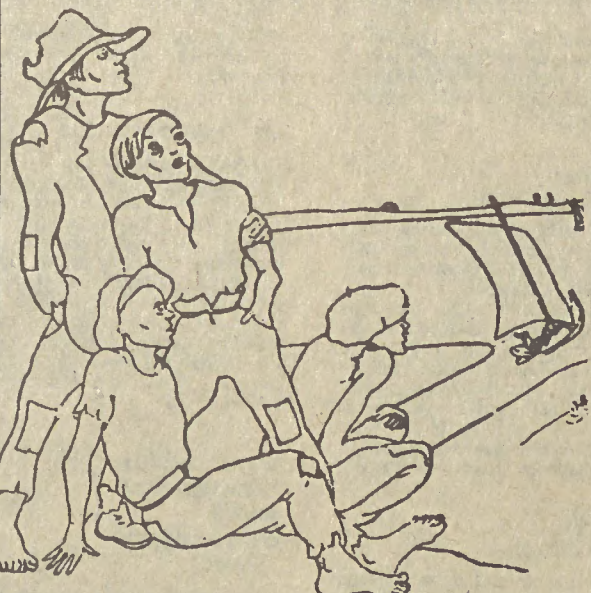
Essa quebra - salienta o comunicado - acontece porque o poder de compra da maioria do povo português se encontra particularmente diminuído e porque naturalmente sofremos as consequências da grave crise económica que abala os regimes capitalistas.

Tais factos são uma realidade indesmentível e a eles poderíamos juntar a ganância do lucro de muitos industriais de hotelaria e a errada política que procura transformar o Algarve num grande centro de turismo de luxo.

Para uma melhor compreensão do facto refira-se que uma diária num hotel de cinco estrelas custa a módica quantia de 10 contos, enquanto uma vivenda em Vale de Lobo - com piscina privativa com água, claro! - se consegue pela insignificância de 500 ou 600 contos por mês.

Como se vê, nem só de seca sofre o Algarve.

OBRAS COMPLETAS DE SOEIRO PEREIRA GOMES



“A vida e a obra de Soeiro Pereira Gomes reflectem as grandes linhas da realidade político-social em que se caldearam dias melhores para o povo Português”

edições Avante!

VENDAS NAS FEIRAS DO LIVRO, DE LISBOA STAND N.º 80, NO PORTO STAND N.º 33

Subida da APU em Duas Igrejas

Realizaram-se no passado domingo eleições para a Assembleia de Freguesia de Duas Igrejas, concelho de Penafiel.

Apresentaram-se duas listas, APU e outra do PS. A «AD» anterior, força majoritária na freguesia, não concorreu devido a irregularidades processuais na apresentação da lista.

O PS, apesar de ter recolhido menos 17 votos que em 79, venceu as eleições com 235 votos.

A APU obteve 74 votos, ou seja, o dobro do

que obtivera em 79.

De salientar que o PS, apostando nas conhecidas teses do «bloco central» incluiu na sua lista 9 elementos conotados com o PPD e o CDS. Tal facto criou mal-estar entre conhecidos socialistas da freguesia e certamente ao contrário do que esperavam os «estrategas» não contribuiu para o reforço das posições do PS.

A nova Assembleia de Freguesia é composta por 10 elementos da lista do PS e 3 da APU.



CDL a distribuição

NENHUM HOMEM É ESTRANGEIRO

Quasi duas décadas de experiências de um jornalista norte-americano que num livro de memórias descreve e faz reviver factos, acontecimentos e figuras de um período decisivo da história do mundo.

Joseph North

A guerra civil de Espanha, o encontro com Charlie Chaplin, a visita ao recém-libertado campo de concentração de Buchenwald, o retrato de Hemingway, a vida em Cuba antes da revolução.

edições Avante!

Memórias de um jornalista americano

Trabalhadores

Sinistrados do trabalho

● 5.º aniversário

A Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados do Trabalho, a cujo elevadíssimo número nos referimos no «Avante!» da semana passada, acaba de comemorar 5 anos de actividade. Na sede da Associação, no Porto, foram inauguradas novas instalações. Em representação do grupo parlamentar do PCP, esteve presente António Mota. Além do PCP e do MDP CDE, mais nenhum grupo parlamentar se fez representar na comemoração do 5.º aniversário da Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados do Trabalho, que decorreu no Ano Internacional do Deficiente.

Um jogo de basquetebol entre deficientes motores assinalou a presença do desporto nesta iniciativa da Associação.

Corfam's: repúdio sindical

A Central dos trabalhadores portugueses, CGTP-IN, através da União do Porto (USP) repudiando a falência da firma Corfam's, o encerramento da empresa e o desemprego para 630 trabalhadores — assunto que aqui referimos largamente na semana passada — acusa de inoperância a Secretária de Estado da População e Emprego, o Ministério de Trabalho e a Banca.

Há muito que essas "autoridades" sabiam de fonte segura o que se passava na empresa e o fim que iria ter. Mas, em vez de atenderem à situação dos trabalhadores (na maioria trabalhadoras como se sabe) e à defesa da própria economia do País, esses responsáveis limitaram-se a seguir "as directrizes políticas do Governo AD Balsemão, que convergem sempre no sentido de encher os já repletos bolsos do patronato explorador", acusa a USP que relaciona a falência da Corfam's, como parte de um todo, com uma operação recente na Bolsa do Porto, que se destina a "entregar novamente aos grandes capitalistas as empresas nacionalizadas ou intervencionadas" pelo Estado português.

Férias sob ameaça nos Têxteis

A famigerada «lei quadro» para o sector têxtil, da qual não se fala há cerca de um mês, estará guardada para Agosto, quando a maioria dos trabalhadores está de férias? É a altura de lembrar que essa «lei», preparada pelo Governo «AD» Balsemão com base num relatório da empresa Werner dos Estados Unidos prevê o despedimento de mais de 60 mil trabalhadores.

Setúbal: sindicatos e tempos livres

O departamento de tempos livres da União dos Sindicatos de Setúbal, que anuncia para o 2.º semestre do ano em curso, várias actividades desportivas e outras, publica o relatório do 1.º semestre de 1981 no campo recreativo e reconhece, de caminho, "a necessidade de aprofundar e alargar a organização dos tempos livres dos trabalhadores no seio do movimento sindical". Do relatório da USS, que reivindica a gestão do Inatel pelo movimento sindical e publica uma extensa lista das actividades desportivas e culturais desenvolvidas no 1.º semestre, destacamos a II Taça de Futebol de 11; um torneio de xadrez, uma ida ao teatro de 5 mil trabalhadores (peça "Que Farei com Este Livro", iniciativa que contou com a colaboração da Câmara Municipal de Almada, o Grupo de Teatro de Campolide e diversos Sindicatos do distrito) e um torneio de atletismo de pista em que participaram 200 atletas e ao qual assistiram cerca de 1000 espectadores.

Para o 2.º semestre estão anunciadas várias iniciativas: estafeta Almada-Setúbal; pesca desportiva; torneio de damas; participação nos campeonatos nacionais CGTP-IN de ténis de mesa; festas do Natal e concurso de fotografia da CGTP-IN.



O preço do «pacto» também vai subir?

Longe de nós a ideia de querer estragar as férias seja a quem for. Mas recordemos pelo menos (pois há tanta matéria para meditar em repouso (?) este Verão) que as principais associações do grande patronato (CIP, CCP e Conselho Nacional das Actividades Empresariais) defenderam, ou deixaram aprovar, no 2.º Congresso das Actividades Económicas, entre outras propostas, a redução do subsídio de férias; uma maior penalização das faltas por motivos familiares; a não obrigatoriedade de admissão dos trabalhadores, cujo despedimento tenha sido considerado nulo pelos tribunais; a modificação da Lei da Greve no sentido de ser considerada ilícita a greve de solidariedade e permitida a "paralisação técnica da empresa" por parte dos empresários; a redução dos direitos das CTs no que respeita à possibilidade de se coordenarem entre elas; a liberalização dos despedimentos de membros de CTs, delegados e dirigentes sindicais.

Este "pacote" de propostas, cujo destinatário é naturalmente o Governo, vem no "Tome Nota" do boletim "Proposta" editado pela célula do PCP na Companhia de Seguros Bonança, EP. Mas poderia vir noutro qualquer porque a ameaça é dirigida, bem se vê, a todos os trabalhadores.

E já que vimos lembrar ameaças e perigos para continuar a combatê-los, incluimos entre as declarações recentes do grande patronato as proferidas por um elemento responsável da Associação Industrial Portuguesa (AIP), o sr. Jorge Rocha de Matos, que, em nome dos seus colegas de direcção, sublinhou que aceitava o "desafio" lançado pelo primeiro-ministro — o qual "desafio" era, pelo menos naquela hora, o de ser "parceiro social" do pacto desafiante, em princípio tripartido com UGT, "AD" e patrões.

Mas o grande patronato quer mais. Não lhe chega o "pacote" do 2.º Congresso e tudo o que lhe oferece na prática, o Governo dele. Por exemplo, o sr. Alves Barata — fala desta vez a Confederação do Comércio (CCP) — disse e vem nos jornais de 8 de Julho que, sem dúvida, "pacto social" sim senhor, mas "temos o nosso preço".

— E até onde iria o "preço" do grande patronato e dos grupos financeiros?

— Para já e segundo o sr. Barata nada do que existe lhe serve em

matéria de legislação laboral, de política de preços, de Conselho Nacional do Plano. Queriam tudo ainda pior.

Isso disse ou deixou entender claramente Alves Barata. Se se esqueceu de incluir outras parcelas na conta, não sabemos. Mas é fácil imaginar que sim. Bem contadas já passaram 3 semanas desde que a CCP disse o seu "preço" e hoje ao que parece nem a UGT o quer.

Função Pública: das palavras aos actos

Ouvido por um jornal diário após declarações recentes do secretário de Estado da Reforma Administrativa, que substituiu o ex-ministro Eusébio de Carvalho, um dirigente sindical dos trabalhadores da Função Pública frisou a dado passo que, embora aquele membro do Governo tivesse manifestado alguma abertura ao diálogo, impossível com o seu antecessor, é preciso que passe «das palavras aos actos» — não só para que os trabalhadores da Função Pública possam acreditar nas suas declarações, mas ainda para que revele por actos concretos, «uma real vontade de chegar a acordo com os sindicatos». Depois da substituição do ex-ministro Eusébio de Carvalho e da transformação daquela pasta em Secretaria de Estado só houve uma reunião do novo secretário, Robin de Andrade, com os representantes sindicais da Função Pública, cujas reivindicações incluem alíneas tão fundamentais como o direito à contratação colectiva e a outros direitos constitucionais, comuns a todos os trabalhadores.



A par da banca e dos seguros nacionalizados iria o resto: os transportes, a pesca, os cimentos, a indústria química, a cerveja, os adubos — toda a economia nacional

Quem ganha com a «privada» —o Governo que explique

Quatro coordenadores de comissões de trabalhadores do sul do País (Bancários, Indústria Naval, e Cinturas Industriais de Lisboa e Setúbal), representando centenas de milhares de trabalhadores, desafiaram antontem o ministro das Finanças, Morais Leitão (CDS), o Governo «AD» Balsemão, ou quem este entender, para um debate público na Televisão e na Rádio sobre a delimitação dos sectores e sobre o que seria melhor para o Povo português, se a manutenção das empresas públicas, designadamente a banca e os seguros no sector empresarial do Estado, se nas mãos do grande capital ligado aos grupos financeiros internacionais. Até ao fecho do «Avante!» ninguém ainda respondera ao desafio daquelas organizações de trabalhadores, que também já fora lançado pela Organização de Seguros de Lisboa do PCP.

«Figura grada do Grémio dos Seguradores»

Designadamente depois do «frente a frente» na TV sobre a delimitação dos sectores, várias organizações de trabalhadores tomaram posição contra determinadas declarações do ministro «AD» das Finanças e do Plano. A Organização dos Seguros de Lisboa do PCP lembrou, entre outros «antagonismos inultrapassáveis» naquele debate televisivo, que «o ministro (Morais Leitão) tinha desempenhado o lugar de administrador de uma seguradora, privada, vivente, do qual meio onde prosperava a especulação bolsista» e era «figura grada do Grémio dos Seguradores» no tempo do fascismo, tempo esse «em que mexia livremente os seus cordelinhos por conta de um importante banqueiro, cimenteiro, siderúrgico e empresário segurador».

Perguntando por que caminham menos bem os seguros nacionalizados a Organização comunista dos Seguros acrescenta:

«Porque grande parte dos membros dos conselhos de gestão, a cujos presidentes o ministro (Morais Leitão) tem manifestado confiança, se comportam como completamente inaptos para gerir as empresas e se virar para o futuro e para o progresso. Não será com gente que jocosamente se intitula de gestores em «banho nua» que as empresas podem avançar. Não existindo políticas de pessoal, de investimento, de controlo de

despesas, de gestão técnica equilibrada, como poderá o sector nacionalizado avançar?».

Ainda na mesma linha da pergunta directa e da resposta-sintese, o comunicado da Organização salienta que quem iria beneficiar com a abertura dos sectores à iniciativa privada seriam «os capitalistas privados, suportes deste Governo (o Governo «AD») que anseiam por recuperar o que perderam com as nacionalizações. O ministro, sem querer, divulgou que existem 900 milhões de contos em depósitos a prazo. Que rica fonte de investimento — sublinha o comunicado — que a iniciativa privada iria ter para desenvolver e repor em funcionamento os grupos económicos dos Mellos, dos Quirias, dos Champallimauds, etc.».

Podemos dizer que o Governo «AD» procura actuar em duas linhas distintas, a saber:

Tentando «devolver, utilizando elementos falsos para influenciar o público, as empresas aos antigos capitalistas, passando-lhes para as mãos as avançadas do desenvolvimento económico do País, que viriam a ser utilizadas em seu próprio proveito» e não em proveito do País;

Fazendo «incidir sobre os trabalhadores uma forte repressão económica (aliás também expressa pelo ministro na AR) que limite os salários, agrave as condições de vida e leve mais riquezas aos exploradores».

A Organização de Seguros, que desafia, por sua vez, o ministro das Finanças para um debate público, recorda aos trabalhadores que, pela sua parte, está na disposição de «não abdicar da defesa dos direitos dos trabalhadores», deservindo as acções necessárias à defesa dos postos de trabalho e dos direitos alcançados.

Em risco a estabilidade do emprego

Outra das tomadas de posição a destacar é a do secretário da secção de empresa do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas do Banco Português do Atlântico que analisa muito cla-



ramente as «repercussões negativas» sobre a estabilidade do emprego que teria a criação de bancos privados. Saudando «a coerência do Conselho da Revolução» e manifestando «o seu apoio à declaração de inconstitucionalidade», aquele secretário, numa moção aprovada por maioria (2 votos contra da «tendência PPD(Teires)» lembra que os órgãos estatutários do sindicato (Sul e Ilhas), designadamente o Congresso e o Conselho Geral «sempre se manifestaram democraticamente — sublinha — contra a criação de bancos privados» perigosos para a estabilidade do emprego «dada a previsível transferência de capitais para estes (mesmo em circunstâncias idênticas ou piores) que propositadamente seria levada a cabo pelos grandes grupos económicos e financeiros na tentativa de recuperação do seu poderio económico e político e também a de outros depositantes, embora esta fosse efectuada por efeitos da demagogia propagandística de que é exemplo o que se passava antes do 25 de Abril».

Na perspectiva da defesa intransigente do sector público, a CGTP-IN afirma, por seu turno, que considera um acto premeditado de verdadeiro terrorismo político e económico a decisão do Conselho de Ministros de suspender o plano de investimentos do sector público empresarial os investimentos produtivos que ele próprio entenda.

Anteontem, em conferência de imprensa, a Central anunciou uma série de iniciativas aprovadas pelo seu Conselho Geral, designadamente uma marcha contra o desemprego, a várias reivindicações relacionadas como seu caderno reivindicativo, designadamente o aumento do salário mínimo nacional (11 200 escudos — indústria e 9600 escudos-rurais) e o aumento das pensões.

Terrorismo político

De acordo com o Decreto-Lei 31/78, o referido Conselho deve pronunciar-se sobre uma notícia falsa publicada por aquele semanário. Com forte eco na Imprensa diária, até pelo insólito do caso, «O Tempo», dirigido por Nuno Rocha fez, na sua edição de 16 de Julho findo, largo e pormenorizado relato de uma reunião do Conselho da Revolução que não chegou a realizar-se e cujo adiamento era anunciado pelo próprio número do jornal onde vinha o «lapso».

O Conselho Técnico e de Deontologia do Sindicato dos Jornalistas, depois de

CTT/TLP Um pequeno passo evitaria a greve

A greve do CTT, iniciada 48 horas antes, era suspensa às zero horas de ontem com uma adesão claramente demonstrada pela impressionante acumulação de cartas e outros objectos postais por expedir. De âmbito nacional a luta dos trabalhadores dos Correios vai certamente continuar porque a paralisação total de dois dias não bastou para que a administração dos CTT/TLP desse um pequeno passo para resolver o conflito pela negociação. Até à madrugada de ontem esse pequeno passo rondava os 2,5 por cento, no fundamental pelo menos, visto que há outras questões por resolver além da revisão da tabela salarial. A greve às horas extras e acumulações, entretanto, continuará.

Os trabalhadores dos Correios são cerca de 30 mil em todo o País. Com variações naturalmente impossíveis de contabilizar em cima da suspensão da greve e contando com as telecomunicações fortemente afectadas sobretudo pelo grande número de avarias por reparar, poder-se-ia concluir provisoriamente que o factor adesão pesaria a sério nas negociações e que a administração da empresa pública dos Correios e dos Telefones teria outra noção do serviço público diferente daquela que veio a demonstrar. Estas 48 horas de greve e os mais de 2 milhões de cartas e objectos postais por expedir (o número foi ouvido no Telegiornal de terça-feira) poderiam chegar e sobrar para demover qualquer administração, conselho de gestão, ministério, ou governo se estas entidades soubessem com quem lidam, qual a força que puseram em andamento e que à viva força querem esconder atrás de percentagens falsas, que não convenceram ninguém.

De resto, não foi por acaso que a administração dos CTT/TLP subiu a sua primeira proposta de 19 para 22 por cento. Foi a capacidade de mobilização sindical e a forma de luta adoptada que obrigaram a administração a aproximar-se do nível de aumentos pretendidos pela grande massa dos trabalhadores, a qual nada tem a ver com organizações fantoches criadas à pressa para fazerem favores políticos ao Governo «AD», concretamente uma «coi-

sa» designada por «Sindetelco» a qual o Governo, incluindo o Ministério das Finanças, pretendia jogar, para maior segurança, em casa da UGT.

Para a tarde de ontem, coincidindo com a entrada do «Avante!» na máquina, estavam anunciadas uma reunião e um plenário talvez decisivos para a solução do conflito ou a continuação da luta. Trata-se de um plenário convocado pela Federação Sindical do sector para o Pavilhão dos Desportos em Lisboa e um encontro no Ministério do Trabalho entre administradores e representantes daquela Federação.

Depois da greve de segunda e terça-feira, que pela sua importância mereceu alguma divulgação da parte de órgãos normalmente pouco afectos ou alheios ao esclarecimento das posições dos trabalhadores e dos dirigentes sindicais, como seja a TV, não será despropositado esperar que a administração dos CTT/TLP mostre um pouco de senso comum e deixe pelo menos das quater aplicar o «acordo-sindetelco» a 30 mil trabalhadores. Aquela organização divisionista, apesar de dizer que tem 800 filiados, não representa, para este caso, absolutamente ninguém.

Um encontro faz-se entre organizações representativas e com legitimidade. De outro modo, não vale nada, ou só serve como tentativa (falhada, como se viu) para iludir trabalhadores que não fazem as suas contas pela tabuada CDS do Ministério das Finanças.

O «Tempo» acusado pelo SJ

● «Grave abuso da boa fé dos leitores»

O «Tempo», vai ser objecto de uma participação do Sindicato dos Jornalistas ao Conselho de Imprensa.

De acordo com o Decreto-Lei 31/78, o referido Conselho deve pronunciar-se sobre uma notícia falsa publicada por aquele semanário. Com forte eco na Imprensa diária, até pelo insólito do caso, «O Tempo», dirigido por Nuno Rocha fez, na sua edição de 16 de Julho findo, largo e pormenorizado relato de uma reunião do Conselho da Revolução que não chegou a realizar-se e cujo adiamento era anunciado pelo próprio número do jornal onde vinha o «lapso».

O Conselho Técnico e de Deontologia do Sindicato dos Jornalistas, depois de

referir que atitudes como a do «Tempo» afectam o prestígio e a credibilidade pública da profissão, constituindo um grave abuso da boa fé dos leitores, inclui na natural «preocupação» dos jornalistas, perante casos como este, «a generalidade da redacção do próprio semanário «Tempo».

Aquele Conselho, que emite para o efeito um comunicado, após citar várias alíneas do Código Deontológico dos Jornalistas e que a falsa notícia claramente despreza, decidiu ainda «proceder a um inquérito para averiguar eventuais responsabilidades de jornalistas na violação das normas que regem a actividade profissional».

Concentrações e outras lutas

Várias empresas e trabalhadores dispersos por diferentes actividades e representados pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Escritórios de Lisboa (SITSE) têm vindo a reclamar os seus direitos através de formas de luta que incluem concentrações em frente a ministérios e ao Palácio da Justiça. Neste último caso estão os cerca de 600 trabalhadores da fábrica de confecções Simões & C., de Lisboa, ameaçada de falência. Além das diligências empreendidas pelos Sindicatos, normalmente com as dificuldades inerentes ao confronto que nunca deixou de caracterizar a chamada política laboral dos governos «AD», os trabalhadores da ICESA e das Malhas Ameal (Porto) concentraram-se, os primeiros junto do Ministério das Finanças, os segundos em plenário à porta da empresa. Questões salariais, contratos a prazo, defesa dos postos de trabalho e luta contra a repressão estão entre as principais reivindicações que englobam ainda (apenas para tratar aqui dessas formas de luta) além das empresas citadas, a Casa Hipólito, de Torres Vedras e a Algot, grande fábrica de vestuário da Póvoa do Varzim.

Os cerca de 900 trabalhadores que não têm associações patronais com quem negociar convenções colectivas e são representados pelo SITSE anunciavam várias concentrações em frente ao Ministério do Trabalho, na Praça de Londres, em Lisboa. Estes trabalhadores dependem em termos de contratação colectiva de uma Portaria de Regulamentação de Trabalho (PRL). Os salários e outras remunerações estão sujeitos à via administrativa. A proposta sindical de aumento era de 28 por cento. O Governo contrapôs 15 por cento e o patronato cerca de 13,5 por cento. Os trabalhadores abrangidos estão normalmente incluídos nas «rubricas» ... e correlativas.

Nas Simões & C. é a ameaça de falência que faz perigar cerca de 700 empregos. A fábrica de vestuário, antiga e com prestígio, tem um património valioso. Os trabalhadores reivindicam a viabilização da empresa.

Na ICESA são os salários em atraso e a garantia dos postos de trabalho. Ligada à construção civil, a empresa é bem conhecida e empresa centenas de trabalhadores.

Na Algot da Póvoa é mais uma vez o desemprego que ameaça os agora cerca de 1000 trabalhadores, mulheres na sua maior parte. A Parempresa «está a estudar» a viabilização.

Em fins de Julho só estavam pagos os salários de Maio.

Nas Malhas Ameal do Porto, o departamento do Ministério do Trabalho, apesar de solicitado, não se dignou comparecer para pôr termo à prepotência da administração e à ilegalidade da atitude patronal que não permitiu a realização de um plenário na empresa.

Trabalhadores e representantes sindicais reuniram-se junto da fábrica.

Na Casa Hipólito de Torres Vedras, também uma empresa de vulto, processos disciplinares para despedimentos obrigam os trabalhadores, as suas organizações representativas na empresa e os respectivos sindicatos a opor-se a manobras intimidatórias que têm aumentado desde que regressou à casa um ex-assessor de Maldonado Gonalves para se encarregar novamente do serviço de pessoal.

Com um total de 1200 trabalhadores, que há cerca de 3 semanas recorreram à paralisação, há 200 contratados a prazo.

Entre outras situações de repressão e de arbitrariedade contra a actividade sindical registem-se ainda os casos recentes da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, e da Betaprebal, empresa de produtos de cimento na zona de Pombal.

Delegação do MPLA/PT chefiada por Lúcio Lara visitou o nos

Testemunho da amizade entre dois povos dois países dois partidos

Regressou esta madrugada à República Popular de Angola a delegação do MPLA/Partido do Trabalho, chefiada pelo camarada Lúcio Lara, membro do Bureau Político do Comité Central deste Partido, que durante cinco dias esteve em Portugal a convite do Comité Central do PCP.

Integravam a delegação do MPLA/Partido do Trabalho, para além do camarada Lúcio Lara, os camaradas Afonso Van-Dunen, Secretário do Comité Central do MPLA/PT para as Relações Exteriores, Pedro António Malaquias, do Departamento de Organização e Luís Afonso Bonfim, do Departamento de Relações Exteriores — Secção Europa. Durante a sua visita ao nosso país, os camaradas angolanos tiveram oportunidade de visitar, na manhã de domingo passado as instalações da Festa do "Avante!", deslocando-se à tarde à sede da Associação de Amizade Portugal-Angola.

Na segunda-feira, a delegação do MPLA/PT avistou-se na sede central do PCP com uma delegação do Partido Comunista Português. Nesse mesmo dia, à tarde, após um encontro informal com militantes comunistas presentes na sede central do PCP, a delegação do MPLA/PT avistou-se com o Presidente da República, general Ramalho Eanes. E, à noite, assistiram à estreia da obra de Lopes Graça "Requiem às Vítimas do Fascismo", na Aula Magna da Reitoria da Cidade Universitária.

A delegação do MPLA/PT visitou na terça-feira, de manhã as instalações da Quimigal, no Barreiro e ainda o Centro de Trabalho do PCP naquela cidade, seguindo depois para Almada, onde foi recebida nas instalações da Câmara Municipal. Na tarde desse mesmo dia realizou-se uma conferência de Imprensa, no Centro de Trabalho Vitória. À noite, participou num comício no Pavilhão dos Desportos, a que fazemos referência noutra local. Quarta-feira, último dia da visita da delegação do MPLA/PT, o programa da visita levou os camaradas angolanos à vila alentejana de Avis, onde tiveram oportunidade de contactar com a realidade da Reforma Agrária. Aqui, percorreram as instalações da Cooperativa 1.ª de Maio, onde lhes foi oferecido um almoço. A delegação regressou a Luanda cerca das duas da manhã de hoje.

"Há forças que se opõem"

Tendo chegado cerca das 19 horas de sábado a Lisboa, o camarada Lúcio Lara foi recebido no aeroporto de Lisboa pelo camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e pelos camaradas Rogério de Carvalho, membro do Comité Central, e Domingos Lopes, da Secção Internacional do PCP e membro da direcção da Associação de Amizade Portugal-Angola. Aguardava também a chegada do camarada Lúcio Lara o embaixador da República Popular de Angola em Lisboa, Adriano Sebastião, que, aliás acompanharia a delegação durante toda a estadia.

Nas breves declarações que prestou aos órgãos de informação, o dirigente angolano fez questão de frisar que se encontrava em Portugal, em visita particular, a convite do Partido Comunista Português. No respeitante às relações entre os dois países sublinhou que há desejo de as estreitar. Os nossos presidentes têm boas relações — acrescentou — os nossos povos desejam isso, mas parece que há forças que se opõem.

E abordou ainda outras questões, nomeadamente o incremento dos ataques dos racistas sul-africanos ao sul de Angola e o apoio que o governo daquele país fornece ao grupo fantoche "unita", que na realidade se trata de mais uma força sul-africana, sem qualquer implantação tanto no território como entre a população angolana.

Frisou ainda, relativamente a esta questão, que com a administração Reagan no governo dos EUA coincidiu um aumento das provocações dos racistas sul-africanos. A guerra tomou um novo aspecto — elucidou — tornou-se mais agressiva, destruidora, mais intensa. Pode falar-se de uma escalada maior.

Focou ainda aspectos de cooperação entre os dois países, nomeadamente nos aspectos empresariais, cooperação que, como afirmou, tem merecido interesse por parte dos dirigentes angolanos.

Por seu turno, no final do encontro com os órgãos de informação, interrogado o camarada Alvaro Cunhal sobre o porquê desta visita, este

recordaria apenas as boas relações e a fraternal amizade que sempre existiram entre os dois partidos.

Entretanto, já na manhã de sábado tinham chegado os restantes membros da delegação do MPLA/PT, camaradas Afonso Van-Dunen, Pedro António Malaquias e Luís Afonso Bonfim, que foram recebidos no aeroporto pelos camaradas Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, Rogério de Carvalho e Albano Nunes, ambos do Comité Central e o último da Secção Internacional do Partido.

Visita à Festa do "Avante!"

Acompanhados pelos camaradas Carlos Costa e Rogério de Carvalho os membros da delegação do MPLA/PT visitaram no domingo de manhã as instalações da Festa do "Avante!", no Alto da Ajuda, onde os trabalhos prosseguem.

Recebidos pelos camaradas Dias Lourenço, membro da Comissão Política e director do "Avante!" e Jaime Félix, membro do Secretariado do Comité Central, e ainda por camaradas responsáveis pela implantação da Festa, os elementos da delegação tiveram oportunidade de visitar o terreno após lhes ter sido dada uma panorâmica, frente à planta geral da Festa, das iniciativas que ali se vão realizar durante três dias de Setembro.

Os aspectos organizativos da Festa foram amplamente focados pelo camarada Jaime Félix, tendo sido salientado, por outro lado, a importância do trabalho militante numa iniciativa daquela amplitude. Ainda sobre o trabalho militante foi referido que a Festa é hoje — assim se pode considerar — uma escola de formação profissional, pois muitos camaradas há que após todos estes anos consecutivos a trabalharem na Festa são já especialistas tanto em electricidade, como na montagem de tubos, ou mesmo em canalizações, isto apesar de no seu dia-a-dia terem outra profissão completamente diferente.

Corroborando esta ideia, o camarada Lúcio Lara disse:

Sim, ainda há pouco encontrei um camarada que conheço de longa data e que é engenheiro de máquinas. Pois esse camarada explicou-me aqui — topógrafos! E logo alguém fez questão de acrescentar: E ali na carpintaria está um camarada que é advogado. Todos os anos ele ali está, naquela frente de trabalho.

Durante a visita e após as explicações que lhe foram dadas ("aqui fica a Cidade Internacional, ali em cima o palco principal, mais daquele lado o local da Juventude") o camarada Lúcio Lara manifestou a sua admiração por todo o trabalho desenvolvido para afinal tudo ser desmontado após a Festa terminar.

Por todos os locais por onde passaram, os camaradas angolanos foram recebidos com amizade e alegria "por terem vindo", como dizia um militante comunista já idoso quando a delegação passou pelo seu local de trabalho.

Na Associação de Amizade

A meio da tarde de domingo, a delegação do MPLA/PT teve uma recepção na Associação de Amizade Portugal-Angola, situada na Rua Portas de Santo Antão, em Lisboa.

Na saudação proferida pelo presidente da Associação este disse, já a terminar, que as forças da amizade continuam a ser mais poderosas do que as forças da inimizade". Uma recordação foi depois oferecida ao camarada Lúcio Lara.

Esteve presente na recepção o brigadeiro Pizarra Correia, membro do Conselho da Revolução.

Por seu turno, ao retribuir a saudação proferida, o camarada Lúcio Lara manifestou-lhe sinceramente comovido pela recepção, que teve o condão de mostrar que são os amigos que aqui se dão ao trabalho de repor o bom nome de Angola.

Autenticando o facto de nem sempre terem dado o maior apoio à Associação de Amizade Portugal-Angola, recordou as dificuldades que Angola enfrenta, que fazem sempre adiar os problemas que estão mais longe. Por último, destacou o facto de ali ter encontrado muitos amigos antigos — o que é uma alegria e uma alegria muito maior quando verificamos que os amigos não se desviaram da sua luta.

Encontro em Belém

Segunda-feira de manhã realizou-se na sede do PCP, na Rua Soares Pereira Gomes, um encontro entre a delegação do MPLA/PT e uma delegação do Partido Comunista Português, constituída esta pelos camaradas Alvaro Cunhal, Carlos Costa, Rogério de Carvalho e Albano Nunes. O comunicado conjunto do encontro é publicado integralmente noutra local.

Nesse mesmo dia, a meio da tarde, registou-se na sede do PCP, um encontro dos militantes deste Centro de Trabalho com os camaradas angolanos, encontro este que foi aproveitado pelo camarada Lúcio Lara para fazer uma exposição da situação política no seu país e responder a diversas questões, relacionadas com a RPA, que lhe foram colocadas.

Ao fim da tarde, pelas 18 e 30, os camaradas Lúcio Lara, Afonso Van-Dunen e o embaixador da RPA em Lisboa, Adriano Sebastião encontraram-se com o Presidente da República, general Ramalho Eanes. O encontro terminou cerca das 20 horas.

Ainda nessa noite, os camaradas angolanos assistiram na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa à estreia do "Requiem pelas vítimas do fascismo em Portugal", da autoria do compositor Fernando Lopes Graça e interpretada pela Orquestra Filarmónica de Kosice, da Checoslováquia.

Não foi só o facto de o povo angolano ter sido vítima do fascismo em Portugal que levou ali o camarada Lúcio Lara e os restantes membros da delegação do MPLA/PT, mas ainda o passado da camarada Lúcio Lara como aluno de Lopes Graça no coro da Academia dos Amadores de Música.

Na Quimigal e em Almada

Terça-feira de manhã a delegação angolana, acompanhada pelo camarada Rogério de Carvalho e Domingos Lopes visitou as instalações da Quimigal, no Barreiro.

Recebidos naquele importante centro industrial pelos representantes da Comissão de Trabalhadores e do Conselho de Gerência daquela empresa nacionalizada, foi prestada pelo responsável das relações públicas naquele local uma explicação detalhada das vocações produtivas da empresa.

Após este intróito seguiu-se uma visita a um importante sector — o fabrico de rações — fábrica totalmente automatizada e que em grande parte abastece o país.

Após várias explicações técnicas os visitantes prosseguiram a visita pelas restantes instalações da empresa, tendo sido saudados por muitos trabalhadores, nomeadamente do sector têxtil que para o efeito se concentraram no caminho.

Seguiu-se um breve encontro nas instalações da Comissão de Trabalhadores e da Comissão Intersindical da empresa, após o que os camaradas angolanos seguiram para o Centro de Trabalho do PCP, no Barreiro, onde dezenas de militantes comunistas os aguardavam.

A delegação do MPLA/PT chegou depois à Câmara Municipal de Almada, onde era aguardada por todos os vereadores da APU, à excepção do camarada João Vieira, presidente da autarquia, ausente por motivos de saúde. Presente também um vereador do Partido Socialista. Por seu turno os vereadores do PSD fizeram-se notar pela ausência.

O vereador Carlos Brito, presidente interino, após uma saudação breve, apresentou alguns dados do concelho, recordando igualmente a sua forte implantação operária, facto este que o camarada Lúcio Lara comentaria durante a resposta de agradecimento. Seguiu-se uma visita à Oficina de Cultura onde está patente a exposição "Almada um concelho para o povo de Abril".

Conferência de Imprensa

Perante numerosos representantes dos órgãos de informação nacionais e estrangeiros realizou-se na tarde de terça-feira uma conferência de Imprensa nas instalações do Centro de Trabalho Vitória.

O camarada Lúcio Lara, acompanhado pelos camaradas Afonso Van-Dunen e Adriano Sebastião e ainda pelo camarada Aurélio Santos, membro do CC e da SIP do PCP, começou por fazer um resumo da situação actual na República Popular de Angola, respondendo no final às diversas e insistentes questões que lhe foram colocadas.

Começando por manifestar a preocupação pelo facto de que nem sempre em Portugal se interpretaram correctamente os acontecimentos que ali se desenvolvem aproveitou a ocasião para apelar aos que escrevem sobre Angola para se procurarem obter destes elementos concretos.

Passando depois à situação interna do país referiu que esta se tem agravado de há três anos para cá, devido, em parte, à guerra da Namíbia. Frisou, contudo, que a este facto não podiam ser associadas todas as responsabilidades e mais adiante voltaria a dizer:

Não descarregamos para cima da guerra da Namíbia algumas insuficiências que existem no país, mas esta

guerra prejudica enormemente o progresso social e económico de Angola.

Falando do programa aprovado pelo seu Partido e que está a ser seguido para resolver os problemas do povo focou a necessidade de fortalecer o aparelho de Estado e, disse, de experiência em experiência têm-lo conseguido.

Falando depois do sistema de administração colonial que herdaram fez notar que têm procurado a pouco e pouco, transformar a burocracia colonial num sistema de administração que sirva a nossa população.

Mas a situação no sul da República Popular de Angola e os constantes ataques dos racistas sul-africanos ocupariam grande parte tanto da exposição feita por Lúcio Lara como as perguntas que se seguiram.

Reafirmando que o MPLA/PT não recua no apoio à SWAPO e à ANC, Lúcio Lara passaria a descrever a política de guerra seguida pelo governo racista da África do Sul, que redobrou quando a administração Reagan começou a dirigir os EUA.

Recordando que anteriormente as fronteiras da RPA eram diariamente violadas por aviões de reconhecimento e o território por vezes alvo de bombardeamentos, acrescentou que nos últimos tempos os bombardeamentos são constantes — tanto de dia como de noite. Todos os alvos servem para a fúria sangüinária dos racistas sul-africanos. Até simples bicicletas isoladas são metralhadas e bombardeadas pelos aviões inimigos.

Ao mesmo tempo o governo da África do Sul apoia e promove grupos fantoches para incursões no interior da faixa fronteiriça do sul de Angola, transportando-os de helicóptero ou de avião para aí realizarem as suas obras de sabotagem.

O esforço pesado da defesa

Considerando a defesa do país como o primeiro grau de prioridade, o camarada Lúcio Lara fez notar que isso implica grandes esforços que, noutra situação, poderiam ser canalizados para outros sectores.

Recordou a proposta que muito do melhor equipamento de que hoje dispõem é desviado para a defesa. Tractores, camiões e outros meios de transporte são utilizados para este fim. Sucede que quando ascenderam à independência grande parte do parque de transportes existentes foi destruído ou desviado para a Namíbia ou mesmo para Portugal. Essa existência de máquinas teve de ser reposta.

Uma parte excessivamente pesada do orçamento é gasto com a defesa. Muita da juventude não chega a terminar os seus cursos em virtude de, hoje em dia, o sofisticado material de guerra exigir homens com conhecimentos técnicos e científicos. E os jovens mais preparados são chamados a essas tarefas.

Apesar das dificuldades afirmou mais adiante o dirigente angolano — o país tem avançado em termos de organização.

Apesar da falta de escolas, que a administração colonial não fez, a maioria esmagadora das nossas crianças têm acesso ao ensino.

Para exemplificar o importante passo dado neste sector salientaria que nos últimos anos quadruplicaram as crianças a frequentarem a escola face ao último ano da administração colonial.

No entanto, disse, a falta de escolas é ainda hoje uma realidade. Nas províncias do Bié, Cunene e mesmo em Luanda podem ver-se grupos de crianças agrupadas em redor de uma árvore. A escola é a copa da árvore que os protege do calor ou da chuva.

Também no sector da saúde, segundo revelou, existem avanços relativos. Hoje, os serviços de assistência são gratuitos e embora se faça notar uma certa carência de médicos a sua falta é compensada, em

parte, pela cooperação de países estrangeiros neste sector.

Frisou igualmente os investimentos que têm estado a ser feitos na agricultura e que começam a dar frutos, dando-se agora primordial importância às obras de irrigação, de molde a não permitir que a agricultura esteja ao sabor das condições climáticas.

Referindo-se ainda ao sector industrial precisou que caiu nos braços do Governo angolano, embora sem qualquer culpa deste, todo um parque industrial, nalguns casos de elevado valor tecnológico, e que têm aguentado nalguns casos com grandes prejuízos.

O Caminho de Ferro de Benguela

Voltando novamente ao problema da Namíbia recordou que a África do Sul utiliza vários processos para agredir Angola.

Um deles, segundo afirmou, é o reforço e enquadramento dos fantoches sul-africanos situados na Namíbia e que actuam no Cuando-Cubango em acções precisas.

Uma delas — prosseguiu — é a tentativa de destruição e inoperabilidade do Caminho de Ferro de Benguela.

Esta acção tem em vista que países como o Zaire, Zâmbia e Zimbabwe sejam obrigados a escoar os seus produtos, nomeadamente minerais, através dos caminhos-de-ferro sul-africanos. Reforçando esta ideia, o camarada Lúcio Lara fez notar que ultimamente também elementos preparados pelos racistas sul-africanos se entregaram a actos de sabotagem na linha de caminho-de-ferro da Beira, na República Popular de Moçambique. Cortando estas duas importantes vias de transportes os referidos países são obrigados a recorrer aos préstimos dos sul-africanos.

Contudo, já no período das respostas, o dirigente angolano acrescentaria que apesar de constantemente sabotado, sempre o caminho-de-ferro tem funcionado. Por vezes, toneladas de explosivos são encontrados à beira da linha, para ali transportados em helicópteros e aviões sul-africanos.

A uma pergunta que focou as próximas manobras norte-americanas no Atlântico Sul, o camarada Lúcio Lara manifestaria a sua preocupação, considerando inoportuno que elas se realizem, pois poderão constituir um reforço e um encorajamento da agressividade da África do Sul.

No aspecto da cooperação com Portugal, a outra pergunta que surgiu, o dirigente do MPLA/PT disse que a RPA está aberta a todos os países que queiram cooperar conosco de igual para igual.

Salientando que após o encontro entre o Presidente Agostinho Neto e o Presidente Ramalho Eanes se abriu um caminho que parece visível para essa cooperação fez notar que ela depende apenas de um garante, garante que existe com qualquer outro país que se apresente como parceiro na cooperação. Não seria pois um caso isolado para Portugal, como frisou.

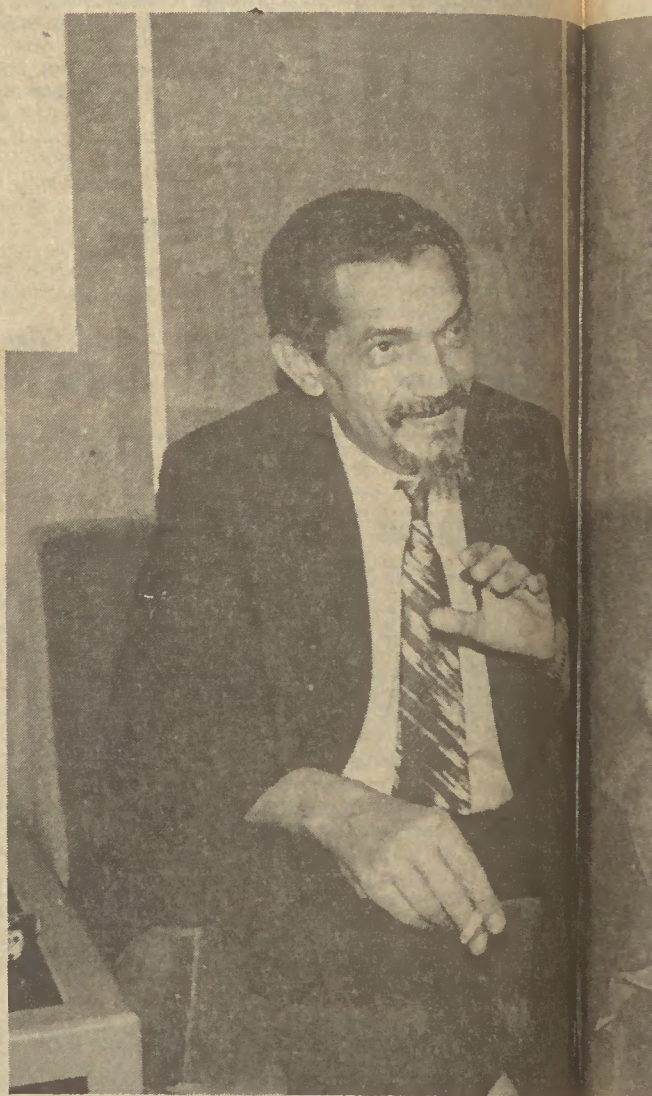
Entretanto, à noite, realizou-se o comício de amizade no Pavilhão dos Desportos e que noutra local descrevemos.

Em Avis

Ontem, a delegação do MPLA/PT passou grande parte do dia na vila alentejana de Avis. Aí contactaram como uma das importantes conquistas da Revolução Portuguesa — a Reforma Agrária.

Recebidos pelo camarada José Luis, membro do CC do PCP e presidente da Câmara daquela localidade, visitaram depois as instalações da Cooperativa 1.ª de Maio, importante trabalho colectivo de grande parte dos trabalhadores agrícolas daquela região.

Na madrugada de hoje, os camaradas do MPLA/PT regressaram ao seu país.



Lúcio Lara e Alvaro Cunhal



O Presidente Ramalho Eanes recebe a delegação do MPLA/PT chefiada por



A delegação do MPLA/PT encontra-se com os representantes

do país

«A luta do Povo de Angola, a luta do MPLA, foi uma contribuição de primeiro plano dada ao Povo Português na sua vitória contra a ditadura fascista» — afirmou o camarada Álvaro Cunhal



Camarada Lúcio Lara
Camarada Afonso Van Dunen e outros
camaradas da Delegação do MPLA Partido do Trabalho

Camaradas e amigos:

Depois de tantos e tantos anos de luta comum contra o fascismo e o colonialismo, para nós, comunistas portugueses, é uma honra e motivo de profunda alegria recebermos como hóspedes no Portugal democrático libertado da ditadura fascista a delegação do MPLA-Partido do Trabalho, altos representantes do povo angolano libertado do colonialismo, representantes da República Popular de Angola que, conquistada a independência, caminha firmemente na via do progresso social, tendo no horizonte o socialismo.

Em nome do Comité Central e de todos os membros do Partido Comunista Português, e certos de traduzir os sentimentos profundos e sinceros dos trabalhadores e do Povo de Portugal, nós aqui repetimos o que já tivemos ocasião de dizer aos nossos hóspedes:

«Bem-vindos seja a Portugal! Bem-vindos seja a um país onde outrora partiam contra o vosso povo a exploração, a opressão e a guerra e onde hoje vindes como irmãos e como irmãos sois recebidos! Tal como no passado, os nossos dois povos têm interesses comuns, aspirações comuns, amigos e inimigos comuns. Estamos absolutamente certos de que esta vossa visita constitui um novo grande passo para o reforço da amizade e da cooperação entre os nossos dois partidos, entre os nossos dois povos e entre os nossos dois países.

Amizade de hoje, amizade de sempre

A amizade fraternal existente entre o PCP e o MPLA é de hoje e foi de sempre, ela data do momento da própria fundação do MPLA.

Baseou-se na identidade de interesses fundamentais do Povo português e do Povo angolano em luta simultânea, coincidente e convergente pela libertação do fascismo e do colonialismo.

Comprovou-se na franqueza e lealdade nas relações entre os dois partidos, na solidariedade fraternal e recíproca demonstrada ano após ano e dia após dia em demonstrações de ordem política e de ordem prática, concretas e indimentáveis.

Cimentou-se na luta comum, nos sacrifícios comuns, na liberdade perdida e no sangue vertido dos militantes dos nossos dois partidos.

Os inimigos do povo de Angola eram os mesmos inimigos do Povo português. Eram os grandes monopólios que dominavam a economia portuguesa e a economia angolana. Que exploravam o Povo angolano e o Povo português.

Era o governo fascista de Portugal que impunha aos dois povos a repressão, a violência e a guerra, mandando a juventude portuguesa para defender as fortunas e os lucros de colonialistas multimilionários, matar irmãos e morrer as armas de irmãos.

A solidariedade recíproca inspirou-se em profundos sentimentos internacionalistas. Mas correspondeu também a posições de firme patriotismo.

No que nos diz respeito, o reconhecimento, por parte do PCP, do direito dos povos submetidos ao colonialismo português à completa e imediata independência não correspondeu apenas aos interesses vitais desses povos. Correspondeu também aos interesses vitais do Povo português. A sua aspiração e objectivo de liberdade e democracia, uma vez que o colonialismo era uma fonte de recursos e de energia do fascismo para a sua opressão interna. A sua aspiração e objectivo de uma verdadeira independência nacional, uma vez que o colonialismo português estava indissolúvelmente ligado à crescente posição dominante em Portugal do imperialismo estrangeiro.

Raras vezes na história dos povos os ideais do internacionalismo proletário estiveram tão profundamente identificados com o verdadeiro patriotismo.

Vergonha para Portugal foi a história do fascismo e do colonialismo, das suas injustiças, das suas violências e dos seus crimes.

Nesses anos difíceis em que a revolta contra a opressão e a injustiça e a coerência de atitudes se pagava com a liberdade e a vida, a atitude do PCP em relação ao colonialismo e à guerra colonial traduzia não só os sentimentos de solidariedade e humanismo do nosso povo, mas a consciência, a dignidade e a honra da Nação portuguesa.

Povo português e Povo angolano, revolucionários portugueses e angolanos estiveram unidos num mesmo combate.

O mesmo inimigo fascista e colonialista perseguiu os patriotas angolanos e os patriotas portugueses. O mesmo inimigo fascista e colonialista lançava a repressão mais feroz contra o MPLA em Angola e contra o PCP e outras forças antifascistas em Portugal. PIDE em Portugal e PIDE em Angola. Prisões e condenações em Portugal, prisões e condenações em Angola. Torturas em Portugal, torturas em Angola. Campos de concentração em Portugal, campos de concentração em Angola. Assassinatos políticos em Portugal, assassinatos políticos em Angola.

Ainda que em condições diversas e por formas diversas, irmanados num mesmo combate contra inimigos comuns, revolucionários angolanos e revolucionários portugueses, patriotas angolanos e patriotas portugueses, MPLA e PCP, percorremos um mesmo e duro caminho de luta que veio finalmente a conduzir a derrota do fascismo e do colonialismo, ao fim de uma guerra críminosa, à conquista da independência pelo Povo angolano e à conquista da liberdade pelo Povo português.

Estas duas vitórias históricas do Povo português e do Povo angolano criaram condições ainda mais favoráveis para o estreitamento das relações de amizade entre os dois povos e entre os dois partidos.

Assim sucedeu de facto.

A cooperação reforçou-se ainda mais.

Esta visita da delegação do MPLA-PT a Portugal é um novo marco na brilhante história das relações fraternais existentes entre os dois partidos, relações que constituem, nas condições existentes, a mais elevada expressão de amizade existente entre os dois povos.

Seria certamente desnecessário. Mas com risco de repetir verdades conhecidas, quero aqui certificar aos camaradas do MPLA-PT, que a nossa amizade de hoje, foi e será a amizade de sempre.

Estou inteiramente certo de que estes sentimentos são partilhados não apenas pelos presentes a este comício de amizade mas pelos trabalhadores, pelo povo, por todos os verdadeiros democratas e patriotas portugueses.

A evasão de Agostinho Neto

No dia 6 de Julho completaram-se 19 anos do dia em que Agostinho Neto se evadiu de Portugal, então submetido ao terror

fascista, para ir retomar em África, à frente do MPLA e do Povo angolano, o seu posto de combate.

Dado o secretismo indispensável que rodeou a execução dessa evasão, os inimigos dos movimentos de libertação fizeram na altura muitas especulações. Desenvolveram campanhas. Lançaram intrigas, calúnias e insinuações. Chegaram a dizer que Agostinho Neto tinha sido posto em África por tal ou tal serviço de tal ou tal país ocidental.

E todo este barulho, porque, na situação existente e considerando as características e as condições em que se desenvolvia a luta de libertação, o MPLA entendeu, a nosso ver correctamente e de acordo com o nosso Partido, dar como única informação pública acerca da evasão, que esta se tinha realizado com a ajuda de antifascistas portugueses.

E até hoje, nada mais foi divulgado.

O momento chegou de tornar conhecidos certos factos. Nenhuma razão seria a isso agora se opõe.

Parece-nos oportuno, por ocasião desta visita a Portugal da delegação do MPLA, lado a lado com os seus heróicos dirigentes, diante dos nossos militantes, do povo de Lisboa, esclarecer o fundamental dessa histórica evasão.

E parece oportuno porque a preparação e a execução da evasão de Agostinho Neto, Presidente do MPLA e futuro primeiro Presidente da República Popular de Angola, constitui um dos momentos mais altos nas relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o MPLA.

O plano de evasão começou a ser estudado quando, depois de uma diligência do MPLA junto do nosso Partido, em fins de 1961, princípios de 1962, Agostinho Neto se encontrava deportado em Cabo Verde.

O MPLA e o nosso Partido começaram a trabalhar. Foram enviados a Cabo Verde militantes para estudarem a situação e as possibilidades da fuga. Como o camarada Lúcio Lara já referiu neste comício admitiu-se que um barco após a evasão, pudesse transportar Agostinho Neto para a costa africana. Mas quando este trabalho estava apenas no início, A. Neto, foi transferido pela PIDE para Portugal e internado na cadeia no Forte de Caxias.

Em ligação com o MPLA e na nova situação, um novo plano foi encarádo em duas fases.

A primeira fase: A saída de A. Neto da prisão seja pela sua libertação, como resultado da grande campanha política em curso, na qual a opinião antifascista e anticolonialista estava empenhada, seja organizando a sua evasão do Forte, utilizando para tal a rica experiência do nosso Partido.

A segunda fase: A viagem de A. Neto de Portugal para África, partindo da ideia que, mesmo que fosse libertado, o governo fascista não o deixaria sair de Portugal.

Libertado Agostinho Neto em resultado da grande campanha política e sendo-lhe fixada (conforme o previsto) residência em Portugal sob vigilância, pôs-se em termos práticos a organização da sua viagem para África.

O nosso Partido tinha então dois aparelhos de fronteira. Um aparelho de fronteira terrestre. E um aparelho de ligações marítimas, pertencendo a este, entre outros meios técnicos, um barco a motor, tipo lancha.

Dado o facto de Agostinho Neto poder ser facilmente referenciável e ser por isso demasiado arriscado passar a fronteira terrestre, seja a salto, seja com passaporte falso, o nosso Partido pronunciou-se abertamente pela viagem marítima, elaborando o plano respectivo. Agostinho Neto expressou plena confiança no nosso Partido, esteve de acordo com o plano e este foi realizado.

No dia 6 de Julho de 1962, ao fim da tarde, Agostinho Neto, sua esposa e seus dois filhos embarcaram na doca de Pedrogos. À noite o barco saiu do porto de Lisboa, fez rumo a África, contornou a costa portuguesa e a costa espanhola, atravessou o estreito de Gibraltar, seguiu a costa marroquina, e, depois de defrontar violenta tempestade, entrou na baía de Tánger. O camarada Agostinho Neto e a sua família foram desembarcados numa das praias dessa baía.

Agostinho Neto regressou assim a África, para à frente do MPLA e do Povo angolano, retomar a batalha até à libertação da sua pátria.

No cumprimento dos novos deveres para com o nosso próprio povo e no quadro da solidariedade fraternal para com o MPLA e o Povo de Angola, esta missão do PCP estava cumprida.

Na execução de todo este plano, além do Secretariado e da Comissão Executiva do CC do PCP, participaram directamente, na parte final da execução, no embarque e na viagem, os camaradas Dias Lourenço, Blanqui Teixeira e Jaime Serra, todos eles já então da direcção do nosso Partido e actualmente membros da Comissão Política e ainda José Nogueira, 1.º tenente da Marinha, que pilotava e em cujo nome estava registado o barco do nosso Partido.

Não desvendamos ainda aqui hoje todos os pormenores desta evasão. Alguns dados serão ainda na altura própria tornados públicos.

Mas pareceu à direcção do nosso Partido, não se dever deixar passar mais tempo sem repor a verdade histórica sobre tão importante acontecimento. E repor essa verdade histórica, aqui, lado a lado com os destacados dirigentes do MPLA e da RPA agora de vista a Portugal, aqui diante dos nossos militantes e do nosso povo, aqui neste comício de amizade fraternal.

E não apenas para falarmos do passado e para lembrarmos um exemplo grande e vivo da nossa amizade fraternal. Mas para dizermos também aqui aos nossos camaradas do MPLA, diante dos nossos militantes e do nosso povo: **Tal como no passado nas horas mais difíceis e duras — poderéis hoje, amanhã, sempre e sempre, contar com a amizade fraternal e a solidariedade activa do Partido Comunista Português.**

A Revolução portuguesa e a luta de libertação

Os anos de 1974 e 1975 foram marcados por grandes e históricas vitórias do Povo português e do Povo angolano. O Povo português pela sua luta heróica libertou-se da ditadura fascista. O Povo angolano pela sua luta heróica libertou-se do domínio colonialista.

Cada povo se libertou à si próprio. Cada povo deve a si próprio a sua própria libertação.

Errado seria porém ignorar ou esquecer a íntima relação e influência recíproca da luta do Povo português e da luta do Povo angolano (assim como da luta dos outros povos submetidos ao colonialismo português).

Foram lutas dirigidas contra duas faces de um mesmo inimigo. Foram lutas que, embora com objectivos específicos próprios de carácter nacional, coincidiam em alguns objectivos comuns fundamentais. Foram lutas que se inseriram num mesmo processo onde as repercussões recíprocas tiveram consequências históricas para os dois povos.

O próprio fim da guerra colonial no momento em que se verificou foi resultado tanto dos sucessos crescentes da luta armada do Povo angolano, como da luta revolucionária vitoriosa do Povo português.

A luta de libertação do Povo de Angola (assim como a luta dos povos de Moçambique, da Guiné-Bissau e dos outros povos submetidos ao colonialismo português) assestou profundos golpes não só no colonialismo, como também na ditadura fascista, contribuiu para o enfraquecimento do seu aparelho de domínio e repressão e constituiu assim um factor de grande relevo na criação das condições que permitiram o derubamento da ditadura fascista e o processo da Revolução portuguesa.

E justo por isso aqui insistir em que a luta do Povo de Angola, a luta do MPLA, foi uma contribuição de primeiro plano dada ao Povo português na sua luta e na sua vitória contra a ditadura fascista.

A luta de libertação do Povo português, por sua vez, assestou profundos golpes, não só no fascismo, mas também no colonialismo, contribuiu para o enfraquecimento do sistema colonial e do seu aparelho de domínio e de guerra, e constituiu assim um factor de grande relevo na criação das condições que permitiram a derrota do colonialismo e a conquista da independência nacional pelo Povo angolano.

E justo por isso aqui lembrar que a luta do Povo português, a luta do PCP e de outras forças antifascistas, foi uma contribuição dada ao Povo de Angola na sua luta e na sua vitória contra o colonialismo.

Assim como a luta do Povo de Angola se deve em parte o 25 de Abril de 1974, assim a luta do Povo português se deve em parte o 11 de Novembro de 1975.

Povo de Angola e Povo português contribuíram reciprocamente para as vitórias históricas respectivas. Unidos na luta, unidos estiveram na vitória.

O simples facto de estarmos hoje aqui PCP e MPLA-Partido do Trabalho, juntos, em Lisboa, neste comício de amizade, é um testemunho eloquente da mudança radical da situação nos dois países, das vitórias históricas alcançadas pelo Povo angolano e pelo Povo português nos anos 74/75.

O processo da Revolução angolana foi poderoso dinamizador da Revolução portuguesa. E o processo da Revolução portuguesa, pode também dizer-se, foi dinamizador da Revolução angolana.

Independentes e autónomas, as duas revoluções convergiram e juntaram-se em 1974/1975 nas profundas mudanças históricas verificadas na vida dos dois povos.

Esta factio criou condições verdadeiramente únicas para que as relações entre os dois países, estabelecidas nas novas bases criadas pelas revoluções, pudessem desenvolver-se rapidamente e atingir um nível superior, num exemplo, que a luta e a solidariedade recíproca dos povos tornou possível e que não são frequentes na História.

Se isso se não deu, a causa não está nem na Revolução portuguesa, nem na Revolução angolana. A causa não está na orientação e na política das forças progressistas dos dois países.

A causa está no facto de que em Portugal, ao nível do Poder, pesaram nas decisões e na orientação da política africana, forças sociais e políticas que não quiseram aceitar o facto irreversível da libertação do Povo angolano do colonialismo, da instauração da verdadeira independência nacional, da opção progressista e socialista do MPLA e do Povo angolano.

Estas verdades históricas devem ser lembradas, porque só a sua análise e a compreensão do que significaram e significam pode permitir que em Portugal sejam totais e definitivamente eliminados as tendências, projectos e ambições neocolonialistas e revanchistas e que venha a ser adoptada finalmente uma política de amizade e cooperação com a RPA dentro dos princípios essenciais correspondentes à situação inteiramente nova criada pelas vitórias históricas dos dois povos.

Verdadeiros e falsos amigos

Falando da contribuição da Revolução portuguesa para a pressão a libertação dos povos submetidos ao colonialismo português, não podemos deixar de sublinhar que essa contribuição se verificou apesar dos esforços persistentes e desesperados das forças reacçãoárias, colonialistas, neocolonialistas e oportunistas para impedirem após o 25 de Abril que esses povos conquistassem a sua total independência.

Mesmo após o 25 de Abril, no próprio sistema do Poder político, na Junta de Salvação Nacional, no governo, no aparelho militar, participaram partidos (como o PPD) e manifestaram-se fortes correntes, que pretendiam fazer sobreviver o colonialismo, voltando-se muito para a criação de uma «Federação Portuguesa de Estados» com um governo central ou «federal».

Outros partidos (como o PS) e correntes diversas reconheciam o direito à independência formal, mas recusavam-se a aceitar o acesso ao Poder dos movimentos revolucionários que haviam conduzido a luta de libertação (o PAIGC, o MPLA, a FRELIMO, o MLSTP).

Finalmente o nosso Partido, o movimento operário, sectores importantes nas Forças Armadas do heróico MFA e outras forças progressistas pronunciaram-se pelo reconhecimento do direito à imediata e completa independência. Não me cabe aqui lembrar os nomes de muitos que tiveram a coragem de defender o direito de Angola à imediata independência. Mas é justo referir que muitos desses nomes estão neste momento presentes no nosso espírito e no nosso coração.

Estas próprias posições indicam desde logo os verdadeiros e os falsos amigos.

As verdadeiras posições, objectivos e sentimentos das forças políticas portuguesas em relação à libertação de Angola, revelaram-se com inextinguível clareza num momento histórico crucial: o momento da conquista da independência pelo Povo angolano.

Todos nos recordamos como, ao aproximar-se a data marcada para a declaração da independência (11 de Novembro de 1975), ao verem que o MPLA reforçava as suas posições na capital, o imperialismo, os colonialistas e os neocolonialistas desencadearam uma grande ofensiva militar com vistas ao esmagamento militar do MPLA.

A 23 de Outubro dá-se a invasão de Angola pelo norte e pelo sul. Pelo norte são as tropas da FNLA apoiadas por americanos, dispostas de blindados e contando com efectivos de fascistas e mercenários portugueses. Pelo sul é a invasão e o avanço dos blindados e tropas sul-africanas apoiados por aviação juntamente com unidades de pides e mercenários portugueses e destacamentos da UNITA.

O objectivo era ocupar Luanda antes do dia 11 e esmagar militarmente o MPLA antes do dia da proclamação da independência, para impedir que o MPLA fosse governo e dirigisse a política do novo país independente.

Qual foi a atitude dos diversos partidos portugueses? Respeitar a situação que se tinha criado em Luanda? Não. Tanto o PPD como o PS (coadjuvados pelo CDS e por grupos esquerdistas de tendência maquista), reclamaram a formação de um go-



Recepção na Associação de Amizade Portugal-Angola



Recepção dos trabalhadores na Quimigal



Dialogando com a CT da Quimigal



Nos terrenos da Festa do "Avante!"



verno angolano com representantes não só do MPLA, como da FNLA e da UNITA.

Nos dias 8 e 10 de Novembro de 1975 reuniu o Conselho de Ministros do VI Governo Provisório para decidir sobre a questão. Foram convidados a participar na reunião, os secretários-gerais dos partidos com assento no governo: eu próprio do PCP, Sá Carneiro do PPD e Mário Soares do PS.

A Comissão de Descolonização, também presente na reunião, propôs o reconhecimento no dia 11 do governo que se formasse em Luanda. Mas Sá Carneiro e Mário Soares opuseram-se energicamente a tal solução. Entravam e saíam da sala. Interrompiam a reunião para «informarem» que as tropas sul-africanas pelo sul e da FNLA pelo norte estariam em Luanda dentro de poucas horas. Diziam que Luanda estava já a ser bombardeada. Com toda a evidência Mário Soares e Sá Carneiro jogaram em cheio na invasão de Angola pelas tropas sul-africanas, pelos mercenários, pela FNLA e no esmagamento militar do MPLA.

O facto é que impediram assim que Portugal reconhecesse a RPA e o primeiro governo angolano na altura própria: o dia da proclamação da independência.

Ainda continuavam a veicular para o Conselho de Ministros notícias falsas para impedir e sabotar a decisão do reconhecimento da RPA e já em Luanda Agostinho Neto proclamava solenemente a independência.

Logo a seguir, no debate realizado no dia 13 na Assembleia Constituinte, os partidos reacçãoários continuaram a contrariar o reconhecimento da RPA. Mário Soares colocando no mesmo pé a República Popular de Angola que acabava de ser formada e os fantoches da UNITA e FNLA que então declararam a formação fictícia de uma «República Popular e Democrática de Angola», e propunha que Portugal viesse a ser «o negociador da paz em Angola».

O camarada Octávio Pato, deputado comunista propôs que a Assembleia Constituinte enviasse uma saudação à RPA e ao seu Presidente Agostinho Neto. A proposta foi rejeitada pelos votos do PPD, do CDS e da grande maioria de deputados do PS. É também bom lembrá-lo.

Aqui está o que significava já então o «Bloco Central» — neste caso nas relações com os novos Estados africanos.

Num momento histórico único em que se abriam possibilidades reais de um rápido desenvolvimento das relações de amizade e cooperação de Portugal com Angola, essa posição do governo português, imposta pelo PPD e pelo PS (mais concretamente por Sá Carneiro e Mário Soares) foi um erro crasso que envenenou logo à partida as relações com o novo Estado independente e causou imensos prejuízos a Portugal.

Tal como ao longo dos anos da opressão colonialista e da guerra colonial tinha lutado, lado a lado com o MPLA, pelo reconhecimento do direito à completa e imediata independência do Povo angolano, assim também, no momento da proclamação da independência, nos orgulhamos de termos sido o único grande partido que, na acção política, no governo e na Assembleia constituinte esteve no lugar político em que sempre estivera: ao lado do MPLA, ao lado do Povo angolano.

A mesma hora em que Sá Carneiro e Mário Soares levavam ao Conselho de Ministros em São Bento notícias falsas para impedir o reconhecimento da RPA e do governo de Agostinho Neto, o nosso camarada Sérgio Vilarigues apresentava em Luanda ao primeiro Chefe de Estado de Angola independente as saudações calorosas e fraternais do Partido Comunista Português.

Nas situações difíceis é que se conhecem melhor os verdadeiros e falsos amigos.

E os trabalhadores e os povos do mundo têm aprendido, com a sua longa e rica experiência, que os inimigos são o imperialismo e as forças reacçãoárias, e os amigos verdadeiros são as grandes forças revolucionárias do mundo contemporâneo: a URSS e os outros países socialistas, os países progressistas, o movimento operário dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.

Entre estas forças nos inserimos. A nossa amizade é firme e inquebrantável.

A sombra do fascismo e do colonialismo

Como portugueses, gostaríamos de poder dizer aos nossos hóspedes que em Portugal tudo corre bem, que os problemas nacionais estão a ser resolvidos, que o bem estar do povo aumenta, que as liberdades, as conquistas da Revolução e a democracia são respeitadas, que a independência e a dignidade nacionais estão asseguradas, e que temos um bom governo, um governo que serve o Povo português e serve Portugal.

Não o podemos porém dizer. Temos de falar verdade e a verdade obriga-nos a dizer que em Portugal há muita coisa que corre mal, que os problemas nacionais se agravam dia a dia, que o nível de vida do povo piora, sem cessar, que as liberdades e as outras grandes conquistas da Revolução são diariamente violadas, que a independência e a dignidade nacionais são comprometidas e que temos um mau Governo, um Governo reacçãoário, um Governo que não presta, e que por isso tudo fazemos e tudo faremos para que vá para a rua o mais depressa possível, e seja substituído por um governo democrático com uma política democrática.

Como portugueses, gostaríamos também de poder aqui dizer aos nossos hóspedes, não só que o PCP, outras forças progressistas, os trabalhadores e o Povo português estão ao lado do MPLA-PT e da RPA contra as agressões do imperialismo e dos racistas sul-africanos, mas que o Estado português e o Governo português teriam idêntica atitude.

Infelizmente não o podemos dizer. Naturalmente não ajuzamos nem ajuzaremos de forma negativa, atitudes, decisões, diligências e iniciativas do Governo português e de círculos dos partidos governantes que contribuam para o melhoramento e desenvolvimento das relações entre os dois países.

Não deve porém haver ilusões. A «AD», que hoje constitui o Governo de Portugal, e os partidos que a compõem, têm objetivos e prosseguem uma política externa que, por si mesmos, contrariam o desenvolvimento de relações de amizade e cooperação com Angola (assim como Moçambique e outros Estados independentes de África).

Em primeiro lugar, o Governo «AD» mostra uma completa subserviência ao imperialismo norte-americano e à sua política agressiva.

Subserviência nas facilidades que está pronto a dar para a criação de novas bases militares em território português (designadamente Porto Santo) e para o alargamento das existentes (designadamente a das Lages).

Subserviência na prontidão para autorizar a instalação no nosso território dos novos mísseis nucleares norte-americanos.

Subserviência no alinhamento imediato e incondicional com as provocações norte-americanas, particularmente as anti-soviéticas e anticubanas.

Em segundo lugar, em relação à África Austral, o Governo «AD» mostra nas palavras e nos actos o seu seguidismo em relação à política agressiva do imperialismo norte-americano, a sua simpatia e apoio aos racistas sul-africanos.

Essa atitude fica patente na participação de Portugal nas manobras no Atlântico Sul, cujo significado é o apoio aos racistas sul-africanos e da provocação antiangolana e antimoçambicana.

Fica patente nas facilidades para os frequentes envios para a África do Sul de armamento e munições fabricadas em Portugal.

Fica patente nas relações estreitas e regulares dos partidos do Governo com os dirigentes e os círculos racistas na África do Sul, designadamente fascistas e colonialistas portugueses ali residentes.

E ficou ainda patente na apresentação como candidato da «AD» à Presidência da República do general Soares Carneiro, que se celebrou em Angola porque, por indicação da PIDE, despachava Patriotas angolanos para as torturas e a morte no campo de S. Nicolau.

Em terceiro lugar, em relação à RPA, o Governo «AD» e os partidos que o compõem não escondem o seu apoio aos fantoches da UNITA, como o fizeram em relação aos fantoches da FNLA.

Essa atitude fica patente nos encontros de deputados da «AD» com Savimbi.

Fica patente na autorização dada à UNITA para comemorar em Portugal o seu aniversário e no telegrama de felicitações que por esse motivo foi enviado à UNITA assinado por um membro da Comissão de relações internacionais do PSD («Tempo», 19.3.81).

Fica patente no silêncio em relação aos repetidos actos de agressão militar sul-africanos contra a RPA.

Fica patente na campanha sistemática das mais vis calúnias contra o MPLA-PT e seus dirigentes, de elogios constantes à UNITA, a Savimbi e a todos os inimigos da RPA, de apoio às

acções militares e terroristas antiangolanas por parte dos órgãos de informação que apoiam a «AD» e a sua política.

Em quarto lugar, o Governo «AD» não só não toma as decisões e as medidas necessárias para o desenvolvimento das relações de amizade entre os dois países como em muitos casos as sabota, mesmo quando diz querer melhorá-las.

Essa é mais uma razão para reclamarmos a demissão do Governo «AD»/Balsemão e para reclamarmos que com a demissão do Governo «AD»/Balsemão não seja só Balsemão, mas a própria «AD» que vá para a rua.

Urge desenvolver relações fraternais Portugal-Angola

Já depois da chegada dos nossos hóspedes, certos comentadores perguntaram se a visita do MPLA-Partido do Trabalho a Portugal a convite do Partido Comunista, partido que está em oposição ao Governo, não poderia prejudicar as relações interestatais entre a República Portuguesa e a RPA, uma vez que em Portugal existe um Governo da «AD», combatido pelo PCP.

A essa questão gostaríamos de dar pela mesma parte uma resposta clara.

As relações entre o PCP e o MPLA-Partido do Trabalho não só não afectam as relações entre os dois Estados, como constituem uma contribuição positiva para que essas relações se venham a desenvolver, conforme o interesse dos dois povos e dos dois países.

Nas nossas relações fraternais com o MPLA-PT nada se trata que possa prejudicar as relações entre os Estados.

Pelo contrário, em tudo quanto se diz e em tudo quanto se trata, se expressa o acordo dos dois partidos quanto ao interesse que têm para os dois povos e para os dois países as relações de amizade e cooperação entre Portugal e a RPA. Tudo quanto se diz e tudo quanto se trata apenas podem ser considerados como uma contribuição para o desenvolvimento das relações entre Portugal e a RPA.

Nós temos defendido e continuaremos a defender o estabelecimento e o desenvolvimento das relações de estreita amizade e cooperação entre Portugal e a RPA.

Temos defendido persistentemente o reforço e o desenvolvimento das relações políticas, económicas, comerciais, culturais e relações noutros domínios de actividade.

Alegram-nos sempre os passos positivos que são dados.

Mas o desenvolvimento das relações não poderá jamais atingir o nível desejável e possível para o bem dos dois países se a política não assentar numa base firme.

Então em que base podem desenvolver-se essas relações? É uma evidência que não é na base da ajuda à conspiração antiangolana e anti-MPLA. Não é na base de apoios a actividades subversivas dentro de Angola. Não é na base de novos planos de subjugação económica de Angola. Não é na base de novos planos de revanche neocolonialista. Não é na base de apoio e ajuda directa dada aos racistas sul-africanos contra o próprio povo sul-africano, contra o povo da Namíbia, contra o povo de Angola.

A base em que podem desenvolver-se as relações de amizade e cooperação entre Portugal e a República Popular de Angola implica que sejam respeitados certos princípios fundamentais nas relações entre Estados: igualdade, o respeito pela soberania e a independência nacionais, a reciprocidade de interesses, a não ingerência nas questões internas.

Essa é a base que gostaríamos que fosse imutável duma política externa digna de Portugal de Abril.

Ela corresponde não apenas ao dever de Portugal respeitar a soberania e a independência nacionais do Povo angolano e da Nação angolana, mas ao dever de respeitar os próprios interesses, a própria independência e a própria dignidade do Povo português.

E é por isso também que reclamamos, não só que cessem todos os apoios mas que sejam proibidas quaisquer actividades contra-revolucionárias antiangolanas (designadamente da UNITA) em território português; que cessem os envios de armas e munições para os racistas sul-africanos; que o Governo português adopte uma política de verdadeira amizade e cooperação com a República Popular de Angola respeitando definitivamente a opção socialista do seu Partido de vanguarda do seu governo e do seu povo.

Amizade dos partidos amizade dos povos, amizade dos países

Defrontando a repressão mais cruel, o Partido Comunista Português sempre condenou severamente a exploração e a opressão colonialistas. Sempre reconheceu aos povos submetidos ao colonialismo o direito à independência. Sempre apoiou a justa luta do Povo angolano pela sua libertação.

Por seu lado, o MPLA sempre distinguiu o Povo português dos colonialistas portugueses. Sempre afirmou que a sua luta era, não contra o nosso povo, mas contra o colonialismo. Sempre apoiou activamente a luta do Povo português, dos comunistas portugueses, dos antifascistas portugueses.

A acção revolucionária educativa dos dois partidos desempenhou um papel decisivo para que séculos de opressão, a educação chauvinista, a exploração colonialista e a guerra colonial não criassem entre os dois povos uma barreira intransponível de ódio e incompreensão.

Na luta, na consciência, nos sacrifícios comuns dos revolucionários portugueses e angolanos encontramos as sementes donde brota a amizade imperecível entre os dois povos.

A Revolução angolana e a Revolução portuguesa tiveram cursos diferentes.

A Revolução portuguesa alcançou êxitos históricos, realizou transformações profundas na vida económica, social e política de Portugal. Mas o seu desenvolvimento foi interrompido pela ofensiva contra-revolucionária que o Povo português ainda hoje defronta.

A Revolução angolana conduziu à independência de Angola, mas não ficou aí o seu processo. Conquistada a independência, sob a direcção do MPLA e do seu presidente Agostinho Neto, o Povo angolano empreendeu corajosamente o caminho das grandes transformações progressistas da sociedade.

Nós saudamos com entusiasmo a transformação do movimento revolucionário de libertação nacional MPLA, na vanguarda revolucionária marxista-leninista do Povo angolano, o MPLA-Partido do Trabalho.

Nós saudamos com entusiasmo a decisão do MPLA-Partido do Trabalho e do Povo de Angola de, uma vez conquistada a independência, escolherem uma via de desenvolvimento económico, político, social e cultural conducente à construção de uma sociedade sem explorados e exploradores — a sociedade socialista.

A experiência de Angola, junta-se a outras experiências que mostram que, na época contemporânea, a libertação social e a independência nacional só podem conquistar-se no caminho do socialismo.

PCP e MPLA-Partido do Trabalho, Povo português e Povo angolano estão hoje mais próximos que nunca.

Esta visita ao nosso país de uma delegação do MPLA-Partido do Trabalho a tão alto nível a convite do nosso Partido pode considerar-se a muitos títulos uma visita histórica.

Ela testemunha as relações de fraternal amizade e cooperação existentes entre os dois partidos.

Ela é uma elevada expressão da amizade existente entre os dois povos.

Ela constitui uma contribuição positiva para o desenvolvimento de relações normais de amizade e cooperação mutuamente vantajosas entre os dois Estados.

Pedimos ao camarada Lúcio Lara e à delegação do MPLA-Partido do Trabalho, que de regresso à sua Pátria, transmitam ao seu Partido e ao seu Povo que em Portugal a luta continua e que os comunistas portugueses, os trabalhadores e as forças progressistas de Portugal confiam em que serão capazes de derrotar a reacção, defender as conquistas da Revolução portuguesa, proceder a uma viragem democrática na política nacional.

Pedimos ao camarada Lúcio Lara, que transmita ao camarada José Eduardo dos Santos, Presidente do MPLA-Partido do Trabalho e Presidente da República Popular de Angola e à Direcção do MPLA-Partido do Trabalho as saudações fraternais e calorosas do PCP com sinceros votos de novas vitórias do MPLA-Partido do Trabalho, do Povo angolano, da República Popular de Angola, na luta contra a agressão, na solução dos problemas económicos e sociais, na construção da sociedade socialista.

Viva a amizade entre o MPLA-Partido do Trabalho e o PCP!

Viva a amizade entre o Povo português e o Povo angolano!

Viva a República Popular de Angola! Viva Portugal de Abril!

Viva o Internacionalismo Proletário!



O Comício de Amizade no Pavilhão dos Desportos

COMÍCIO

Tratava-se de amizade. Mais, tratava-se de solidariedade internacionalista. Por isso havia ali quem tivesse chegado com a cor das férias interrompidas, por isso na noite de calor o calor humano era ainda maior no grande recinto do Pavilhão dos Desportos completamente cheio. Ia começar uma jornada de fraternidade entre irmãos: o PCP convidara o MPLA/Partido do Trabalho para um comício conjunto. Comunistas de Lisboa estavam lá. E amigos também.

Enquanto se aguardava a entrada na sala das camaradas que iam tomar lugar na mesa, a festa já tinha começado. Saudava-se vibrante a entrada na sala de faixas que organizamos do Partido ali traziam em homenagem ao MPLA/PT e da República Popular de Angola arrancavam aos milhares de pessoas aplausos emocionados, várias personalidades que tomavam lugar nas primeiras filas eram aclamadas por todos todos — o general Vasco Gonçalves e o almirante Rosa Coutinho, homens do MFA que se destacaram pelas suas ideias e actos em prol da independência angolana; Lopes Graça, o maestro cujo «Requiem pelas Vítimas do Fascismo» fora aplaudido na véspera na Aula Magna da Universidade, numa acção a que assistiram os dois mais destacados participantes no comício, os camaradas Lúcio Lara e Álvaro Cunhal.

Quando entraram na sala a delegação angolana e os camaradas do PCP que tomaram lugar na mesa, alguns minutos de emoção vibraram nos aplausos e nos gritos saudando o MPLA/Partido do Trabalho, até que os primeiros acordes de «A Internacional» encheram a sala e as vozes dos milhares de pessoas em sonoridade tão solene como a que é costume nos Congressos do Partido.

Cravos e beijos

O camarada Octávio Pato abriu o comício, lembrando a todos que se tivesse sido possível, aquela realização deveria ter tido lugar no Campo Pequeno, lugar maior que pudesse acolher muitos mais portugueses dos que sempre lutaram pela liquidação do fascismo e do colonialismo. Saudou a delegação do MPLA-PT considerando o comício como «um testemunho da luta comum travada no passado e no presente pelos nossos dois partidos irmãos e pelos nossos dois povos».

Na mesa, além do camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, que presidiu, tomaram lugar os membros da delegação do MPLA/PT, camarada Lúcio Lara, do Bureau Político e do Secretariado do CC, Alfredo Van Dunen, Secretário do CC para as Relações Exteriores, Pedro Malaquias, chefe do Departamento de Organização e Luis Bonfim, chefe do Departamento de Relações Exteriores e, ainda a camarada A. Silva, secretária. Pelo PCP estavam o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC, Rogério de Carvalho e Albano Nunes, do Comité Central e, ainda, representantes da DORL, da DORS, da Juventude Comunista Portuguesa.

A primeira intervenção do comício foi proferida por Glória Cristina, que leu uma saudação em nome dos Pioneiros de Portugal, especialmente dirigida aos Pioneiros e às crianças de Angola, a quem enviaram um abraço de amizade. Cravos e beijos distribuiu depois um grupo de Pioneiros por todos os membros da mesa. Cravos e beijos que os camaradas angolanos levam na memória para a sua pátria, sinal de fraternidade que

marcou o princípio de uma jornada inesquecível.

Saudações e prendas

Em nome da Juventude Comunista Portuguesa falou a camarada Maria da Conceição Martins, da Comissão Central, que leu também uma saudação e recordou aos presentes o papel destacado que a juventude também tem, em Angola, na defesa do seu país e no desenvolvimento da sua pátria. Foi a primeira vez nessa noite, que o nome do camarada Agostinho Neto foi proferido. E logo toda a gente se levantou, prestando homenagem sentida à memória do primeiro Presidente de Angola.

Falaram depois Joaquim Silvério, da Organização de Mulheres Comunistas e Eduardo Nunes, operário da «Progresso Mecânico», em nome das organizações operárias de Lisboa. Em todas as intervenções, uma constante: exprimiram sempre a solidariedade ao povo angolano que se empenha na batalha contra a agressão imperialista da África do Sul, em defesa da independência nacional.

Foi então a vez do camarada Lúcio Lara, que comemorou o seu imprevisto, que transcrevemos noutro local, com um vibrante viva ao PCP e ao povo trabalhador de Portugal, correspondendo aos aplausos que iam frequentemente interrompê-lo durante a alocução e de modo especial quando o camarada evocou os heróis comuns, angolanos e portugueses, caídos na luta contra o inimigo comum, o fascismo e o colonialismo.

No intervalo entre cada intervenção, o camarada Octávio Pato lia uma extensa lista de saudações que chegavam à mesa, enviadas pelos mais diversos organismos do Partido — DORL, Comité Local de Lisboa, Comissões Concelhias, Comissões de

Freguesia, Sectores Profissionais, células, zonas. E, no final do discurso do camarada Lúcio Lara, houve prendas.

A delegação do MPLA/PT, através do camarada Lara, ofereceu ao museu do PCP, entregando nas mãos do camarada Álvaro Cunhal, em nome dos operários e dos camponeses angolanos, um emblema do MPLA, um almotariz e um álbum. O camarada Octávio Pato, rompendo a custo os aplausos, anunciou por sua vez que vários organismos do PCP pretendiam ofertar à delegação convidada algumas recordações, ofertas que eram labor e produto das mãos de operários, homens, mulheres e jovens. «Algumas», disse, «vão ser entregues».

Uma longa fila começou então a dirigir-se ao camarada Lúcio Lara, a quem entregavam as prendas. Quantas não sabemos dizer, tantas foram. Metal, vidro, madeira, louça, matérias transformadas em objectos — onde abundavam os símbolos do MPLA/PT e do PCP ligados. Um longo aplauso, continuo, saudava as prendas e os abraços, e muitos presentes reconheciam aquelas que mais directamente lhes diziam respeito. Ouvia-se: «Olha, aquela é da célula da EPAL». Ou da Carris, ou da Covina.

Depois foi a intervenção do camarada Álvaro Cunhal, que também publicamos, discurso que deu alguns traços da história da solidariedade antiga que liga os dois partidos e que, dos tempos actuais, sublinhou o empenhamento, sempre, dos comunistas portugueses, em trabalhar para que melhorassem as relações entre os dois estados, embaraçados pelos interesses dos que, hoje no poder em Portugal, continuam ligados ao imperialismo e animados pelo espírito revanchista.

Toda a sala de pé ouviu, no final, os dois hinos nacionais. Foi uma jornada de amizade.

«Cooperação de igual para igual com respeito mútuo, uma cooperação desejada e possível», reafirmada por Lúcio Lara em Lisboa

Camaradas, Calculam certamente com que emoção a nossa delegação participa neste tão significativo comício de amizade que o Partido Comunista Português e os seus bravos militantes quiseram organizar para testemunhar a perene amizade entre os nossos partidos e os nossos povos.

Permitam-me que comece por manifestar uma profunda gratidão a todos os que, aqui, desde os pioneiros à juventude, as mulheres, aos representantes operários, as dezenas de delegações de freguesias, concelhias, de fábricas, de células, quiseram manifestar com calor esta grande amizade que nos encoraja, que nos dá certeza na vitória dos nossos povos e dos nossos partidos e que nos garante que os objectivos por que há várias dezenas de anos lutamos serão conseguidos para bem dos nossos povos. Queria em particular dizer aos camaradas que aqui tomaram antes a palavra que serão transmitidas, se possível com o mesmo calor, aos destinatários — aos nossos pioneiros, à nossa juventude, à nossa organização de mulheres, ao nosso Sindicato e à nossa classe operária, aos trabalhadores do campo — as vossas saudações, que em seu nome a nossa delegação agradece.

É pois com emoção que eu quero aqui lembrar que não participam infelizmente deste momento de alegria comum muitos dos camaradas das nossas respectivas organizações que lutaram como nós, destacaram-se nessa luta e tombaram heroicamente nas mãos da PIDE na tortura, nas masmorras do fascismo, nas balas assassinas do colonial-fascismo, em terras de Portugal, em terras de Angola e nas outras antigas colónias portuguesas, hoje orgulhosas nações da comunidade internacional.

Permitam-me ainda que, para melhor nos situarmos, eu lembre a memória de Catarina Eufémia, de Declinda Rodrigues, de Bento Gonçalves, de Hoji la Henda e de todos esses milhares entre os quais colocamos o nosso saudoso presidente António Agostinho Neto. E eu não quis deixar de trazer a esta sala a memória do nosso saudoso presidente porque ele partilhou com muitos de vós, muitos daqueles que aqui se encontram presentes, a tortura, os cárceres da PIDE, no Tarrafal, em Caxias, no Porto, que sei eu. Eu queria portanto situar bem a memória de todos estes nossos heróis comuns, camaradas que, afinal foram os verdadeiros construtores das vitórias de que nós hoje beneficiamos e que nos apontaram o caminho de uma longa luta até à vitória final.

Camaradas, Camaradas também dizer-vos que tal como em Luanda, em Benguela, em Dalatando, a delegação do Partido Comunista Português conduzida pelo camarada Álvaro Cunhal foi alvo de calorosas manifestações de amizade, também esta delegação do MPLA desde a sua chegada a Lisboa, para esta visita a convite do PCP, se tem sentido objecto de um comovedor carinho e de uma extrema atenção, testemunhas da profunda amizade que une os nossos dois partidos e os nossos povos. Aqui exprimimos por isso a nossa gratidão a todos os que em Lisboa, desde a visita que efectuamos aos terrenos do Alto da Ajuda onde se constrói a Festa do «Avante!», em Almada, no Barreiro, na Quimigal, na Associação de Amizade Portugal-Angola, quiseram manifestar a sua amizade e a sua dedicação à luta do nosso povo. E não podíamos deixar de dizer aqui quanto nos agradou o termos podido participar ontem na consagração do insigne maestro Lopes Graça com a estreia mundial da sua obra, «Requiem pelas vítimas do fascismo em Portugal». Este ilustre e tão modesto companheiro de luta continua assim a engrandecer o património cultural da Humanidade, inspirado sempre em valores de alto significado humano, popular e revolucionário que muito ajudam e beneficiam a luta dos nossos povos. Permitam-me que lhe dirija a ele, Lopes Graça, que eu não sabia que estava aqui, uma fraternal saudação e um grande abraço de admiração.

Uma longa solidariedade

Camaradas, se é longa a marcha, 60 anos de glória, do Partido Comunista Português, também é já longa a marcha dos patriotas angolanos para a sua libertação total conduzidos pelo MPLA, hoje Partido do Trabalho. E nessas marchas houve momentos de perfeita e útil colaboração, em que uns e outros beneficiamos da contribuição recíproca que cada um trazia ao enriquecimento do próprio projecto da nossa luta. Quantos patriotas das ex-colónias beneficiaram da experiência clandestina do Partido Comunista Português? Quantos comunistas portugueses aperfeiçoaram a sua atitude e agilizaram a sua sensibilidade relativamente aos problemas coloniais nos contactos que por via das nossas duas lutas se iam estabelecendo entre militantes de uma e de outra causa? Inúmeras vezes, ante o desencadeamento da luta armada, problemas transcendentes para as dificuldades organizativas dos patriotas das colónias portuguesas encontraram o necessário e eficaz apoio dos comunistas portugueses para a sua solução. Permitam-me que apenas refira um caso que pelo seu significado merece ser aqui hoje recordado. O MPLA, já em plena actividade, em preparação de grandes avanços da luta armada de libertação, pediu a colaboração do Partido Comunista Português para a fuga de Cabo Verde do nosso então presidente de honra, Agostinho Neto. Vários processos foram tentados e nós mesmos de Conacri e do Senegal, enviámos ao encontro do nosso saudoso presidente um barco para preparar a sua fuga. Infelizmente o agente dessa operação não foi suficientemente cauteloso e deu nas vistas da PIDE, que pouco depois transferiu para Portugal, para residência fixa, o nosso saudoso presidente. Uma vez mais lembrámos ao Partido Comunista Português que seria talvez possível com o seu apoio a fuga de Portugal do nosso saudoso camarada, para que ele pudesse enriquecer com a sua presença a luta armada de libertação que então se preparava. E, camaradas, não me cabe a mim revelar os processos, mas realmente num belo dia de Julho de 1962 o nosso camarada presidente Agostinho Neto foi posto em Marrocos graças aos militantes e à direcção do Partido Comunista Português.

Creio que não é necessário realçar o valor político, moral e militante de uma tal contribuição. E foi assim sempre durante os anos da luta. Entre o Partido Comunista Português e o MPLA da altura sempre houve a mais estreita colaboração no sentido de combatermos dentro dos nossos princípios, o regime fascista português que levava já a cabo uma tremenda guerra colonial nas antigas colónias de Portugal.

Hoje ainda o Partido Comunista Português aparece como um factor de segurança e até de restabelecimento das boas relações entre os povos de Angola e de Portugal, cuja ruptura por vezes pareceu inevitável. Lembro os momentos difíceis da nossa independência, em que encontramos da parte do Partido Comunista Português a maior compreensão para a agressão a que o nosso povo estava a ser sujeito e o maior apoio na explicação política que foi então necessário dar ao povo português. Muitas vezes nas dificuldades que aparecem nas relações entre os nossos Estados nós temos contacto com o apoio do Partido Comunista Português para tentar e conseguir fazer ressaltar a amizade verdadeira que existe entre os nossos povos, que nem um nem outro foram culpados das taras da colonização, das taras do fascismo, que ambos tiveram que sofrer. Ainda hoje, em que certos círculos em Portugal insistem em minar as relações entre os nossos países e os nossos povos, o Partido Comunista Português aparece como elo perene da ligação que não deixará de existir entre os nossos povos. E ele provocou este convívio militante e a possibilidade de que o povo português uma vez mais se dê conta de que o povo angolano de modo algum nutre quaisquer sentimentos de revolta ou de inimizade em relação ao povo de Portugal.

Hoje também quando finalmente numerosas empresas, numerosas firmas portuguesas procuram estabelecer relações económicas com os nossos respectivos organismos oficiais, hoje ainda, em Portugal, aparece gente que aposta em não querer essa cooperação, aposta em que essa cooperação, a fazer-se, se faça nos moldes antigos, que aposta em que de modo algum a direcção política de Portugal deve estabelecer relações práticas de amizade com a direcção política de Angola. Mas, graças uma vez mais ao Partido Comunista Português, nós vimos demonstrar que mesmo com esses métodos a nossa amizade permanecerá e toda a possibilidade de cooperação de igual para igual com respeito mútuo, com respeito pela soberania de cada um, pela dignidade de cada um. Essa cooperação é desejada, é possível.

Camaradas, eu não venho sinceramente contar-vos o muito que gostaria de contar em círculos mais reduzidos. Mas não gostaria de deixar de vos dizer, e porque pela primeira vez uma tal oportunidade é dada a uma delegação do MPLA numa visita

oficial que, apesar de tudo, apesar das dificuldades criadas à volta do nosso país e do nosso Partido, o nosso povo marcha serenamente para a conquista de todos os objectivos que se traçou quando MPLA e se afinou quando se transformou em MPLA Partido do Trabalho.

Em 1980, para realizar o último voto do nosso saudoso presidente António Agostinho Neto, o povo todo, conduzido pelo MPLA-PT, lançou-se à tarefa de criar a sua Assembleia do Povo, a sua assembleia nacional, as assembleias populares provinciais, como órgãos do poder popular que nós instituímos em Angola. E esses órgãos, apesar das dificuldades, apesar de que tínhamos além dessa tarefa durante o ano de 80 a necessidade de reunir o Congresso Extraordinário, em memória do nosso saudoso presidente e com o amor de todo o nosso povo pela sua memória e pelo MPLA-PT, nós construímos a nossa Assembleia do Povo, que hoje funciona como Assembleia Nacional.

A fundação do Partido

Quando fundámos o Partido, em 1977, melhor dizendo quando constituímos o antigo MPLA em MPLA-PT, nós traçamos determinadas orientações socioeconómicas que necessariamente careciam de ser postas à prova e de ser experimentadas na possibilidade da sua concretização. E por isso mesmo em 77 decidimos fazer em 1980 o Congresso Extraordinário que analisasse a rectidão das orientações então estabelecidas, e que eventualmente as corrigisse. Efectivamente em 1980 nós realizámos o nosso Congresso Extraordinário, depois de uma aturada análise feita em todos os escalões do nosso Partido a partir da base e pudemos concluir pela correcção dessas orientações que hoje são o guia para o quinquénio 1981-1985. O nosso caminho está no entanto cheio de obstáculos. Os camaradas não ignoram — e aqui já foi redito pelos camaradas que me antecederam — que Angola vive uma situação praticamente de guerra, guerra ainda não declarada mas que é evidente em cada dia que passa. Se essa guerra é feita a pretexto de que a África do Sul pretende combater a Namíbia no nosso território, a verdade é que ela atinge sectores dos mais estratégicos da nossa economia. A verdade é que ela, dia a dia, noite após noite, destrói o melhor do nosso equipamento, equipamento que já foi refeito pela revolução, depois da independência, e que cada dia é destruído pelas balas, pelos roquetes, pelas bombas da aviação sul-africana, juntamente com os massacres que fazem da nossa população. Perante isso o nosso Partido e o nosso Povo só têm uma escolha — reforçar a sua defesa. E os camaradas imaginaram quanto é difícil a um Estado jovem, a um Estado que mal conseguiu transformar o seu exército guerrilheiro em exército regular, suportar uma guerra desta natureza com a África do Sul racista, o país mais bem armado do nosso continente. E no entanto são testemunhas todos os comunistas que lá estiveram, todos os portugueses não comunistas que têm estado em Angola, de como o nosso povo luta para a vitória final, de como nem um momento o nosso povo acredita que estas agressões continuas podem fazer recuar, no que quer que seja, as conquistas da nossa revolução.

As ameaças sobre Angola

E no entanto, camaradas, nós não podemos dizer que a situação tenda para melhor. Pelo contrário. Cada dia que passa os círculos agressivos do imperialismo reforçam a sua agressão contra Angola, quer através da África do Sul quer através de ameaças de suporte a movimentos fantoches que trabalham a soldo da África do Sul quer até com ameaças indirectas como as que agora se observam nas manobras que o pseudotratado do Atlântico Sul faz na parte sul do Atlântico, ao largo das costas da África do Sul. O único resultado que isso pode ter é aumentar ainda mais a arrogância, a agressividade da África do Sul racista em relação aos países vizinhos e particularmente em relação a Angola. E a única coisa que o nosso povo sente no seu coração em relação a esta agressividade permanente é que ela é feita perante uma impunidade total aos olhos de todo o mundo, com todas as condenações das Nações Unidas, mas perante uma passividade revoltante, uma passividade dos círculos que poderiam eventualmente trazer alguma modificação à situação que não o fazem. Pelo contrário, cada vez mais a nova administração americana, cuja política africana continua muito indefinida, ou por definir, insiste na sua amizade com a África do Sul, na possibilidade de ajudar os movimentos fantoches para expulsar de Angola os russos e os cubanos. Pois, camaradas, são pretextos falaciosos que mais não visam do que desestabilizar o nosso território, do que criar dificuldades ao nosso Partido, ao nosso Governo, à nossa economia, ao nosso Povo. Mas podemos aqui dizer, junto de vós, militantes, que esses objectivos nunca serão alcançados.

Camaradas, o pretexto que a África do Sul invoca para esta guerra é, como disse, o apoio total que o nosso Povo e o nosso Partido dão à Namíbia. É verdade que nós não estamos sozinhos. Os países da Linha da Frente, como a Zâmbia, a Tanzânia, Moçambique, o Botswana, estão empenhados connosco em lutar para que o SWAPO consiga a independência. Mas a verdade é que é a Zâmbia e a muito particularmente Angola quem sofre em maior número, no seu sangue, na sua economia, neste apoio. E no entanto, camaradas, vocês sabem-no bem, aqueles que já lá estiveram, que nem por um minuto os nossos pioneiros, as nossas mulheres, os nossos camponeses, os nossos operários, os nossos militantes hesitaram em continuar com toda a força, com todo o vigor até à vitória final a dar o seu apoio, apoio de sangue, ao povo da Namíbia.

E quando eu falo da indefinição norte-americana em relação à África é porque a nova administração americana nunca escondeu, quer durante a campanha eleitoral, quer nos primeiros meses da sua governação as intenções bélicas e destrutivas que tem em relação a Angola. No entanto, quando através do seu Senado a administração americana pretendeu legalizar a intervenção, corrigindo ou emendando a célebre emenda Clark, os povos africanos todos, independentemente dos seus sistemas, levantaram-se contra essa atitude e fizeram com que a nova administração repensasse o problema e explicasse que ainda não tem uma política definida em relação à África. No entanto nós em Angola sentimos já os efeitos de uma certa política norte-americana. Sentimos, que em países vizinhos do nosso, volta a dar-se a conjunção CIA-DORS. Quer dizer: a central de espionagem americana e os serviços de segurança da África do Sul, que pretendem novamente reacivar os planos de 1974/75 no sentido de porerem em Angola governos fantoches. Mas não o conseguiremos como não o conseguiremos em 74/75.

Neste contexto, em que se formou o chamado grupo de contacto constituído por países ocidentais como a Alemanha Federal, a França, a Inglaterra, o Canadá e os EUA, neste contexto em que o tal grupo de contacto nada faz senão aprovar algumas piedosas moções em relação à África do Sul, apaz-nos registar e esperar que a mudança de situação na França possa ser um factor que venha ajudar não só a África Austral, particularmente a Namíbia, mas sobretudo impedir que novas agressões sejam perpetradas por um «partenaire» desse grupo de contacto, na circunstância os EUA. Apaz-nos registar também que o novo governo francês chefiado por Mitterrand, dirigente do PS, tem um programa em relação a África.

E não é só o facto, já de si bastante positivo e clarividente, de Mitterrand ter incluído no seu governo elementos do Partido Comunista Francês, não é só esse facto que nos faz acreditar na inteligência de um tal governo; é particularmente a declaração objectiva que foi feita logo no início, relativamente à política africana da França: é sobretudo a circunstância feliz de, na altura da vitória de Mitterrand, se ter realizado em Paris uma importante conferência de denúncia do *apartheid* e o PS francês ter dado sob a orientação de Mitterrand a todos os lutadores contra o *apartheid* a certeza do seu ineffectivo apoio.

E por isso que nós acreditamos que embora tenhamos que fazer guerra à guerra com armas na mão, podemos também continuar na senda dos nossos princípios, aqueles que conjuntamente com o PCP sempre praticámos: sermos grandes lutadores pela paz, lutarmos pela paz em todo o Mundo, lutarmos pela paz em África, lutarmos pela paz na Ásia, lutarmos pela paz na América Latina, lutarmos para que na Europa se evite definitivamente a instalação dos mísseis norte-americanos.

Viva o Partido Comunista Português!

• Nota: o discurso do camarada Lúcio Lara foi pronunciado de improviso e aqui reproduzido segundo o registo magnético. Os substitutos são da responsabilidade da redacção do «Avante!».



Lúcio Lara fala aos comunistas e ao povo de Lisboa

PCP

Festas Serranas em Tortosendo

Começam amanhã em Tortosendo as Festas Serranas, grande iniciativa do PCP aberta a todos os trabalhadores, a todos os democratas.

Centenas de ofertas destinadas ao «Sal Sempre» e mais de 20 mil escudos em dinheiro representam o balanço do «porta-a-porta» organizada pelos camaradas do Tortosendo junto do comércio e das casas particulares, balanço incompleto uma vez que continuam a chegar mais contributos ao Partido, com destino às Festas Serranas.

Como temos vindo a divulgar, as Festas são promovidas conjuntamente pelo PCP e JCP da Covilhã, Castelo Branco e Idanha-a-Nova e prolongam-se até

dia 2 de Agosto (domingo).

Do seu vasto programa, salientamos:

Dia 31 — «Rock» ao vivo com a banda «Sul Generis»

Dias 1 e 2 — Mini-mercado da Reforma Agrária (participação do distrito de Santarém)

Dia 1 — Almoço-convívio; tarde de cinema às 16 horas; concurso de fado amador; actuações de Carlos do Carmo, grupo «Jornada» (Tomar) e da fadista Suzy Quaresma.

Dia 2 — Almoço-convívio, actuações de Ary dos Santos, «Jornada» e o Apoloni; tarde infantil; cinema às 18 horas; comício com intervenção do camarada Raimundo Cabral, suplente da Comissão Política do CC do PCP.

Paranhos e V. Nova de Gaia

No próximo sábado, Paranhos (Porto) estará em festa. A iniciativa pertence à Comissão de Freguesia do PCP, denominada **Festa da Unidade** e tem o seguinte programa: manhã infantil, baile, Canto Livre, serviço de bar, sessão sobre a revisão constitucional com a deputada comunista Ilda Figueiredo e um comício em que falará o camarada António Mota, deputado e membro do CC do Partido.

Ainda no sábado, a confraternização popular e a alegria combativa vão certamente estar em

evidência na Festa que decorrerá no jardim do Morro, em Vila Nova de Gaia, a partir das 21 e 30. Haverá uma intervenção política a cargo do camarada Edgar Correia, membro do Comité Central do PCP, e espectáculo com os artistas Manuel Freire, Carlos Cunha, Manuel Freitas, conjuntos «7 de Maio» e «Vanguarda», palhaços e fados.

Entretanto, foram adiadas as festas anunciadas anteriormente para Granido (Valbom/Gondomar) e S. Pedro da Cova. A sua realização ocorrerá em data a divulgar oportunamente.

Sines

Entra hoje no seu segundo dia a Festa de Sines, iniciativa da Comissão Concelhia do PCP que decorre no Salão do Povo daquela vila.

Hoje serão projectados dois filmes («O Lutador Comunista» e «O Último Assalto») e um documentário (Festa do «Avante!»).

Amanhã há baile e no sábado **Noite de Fado** e intervenção política. Paralelamente, decorre a 4.ª Feira do Livro e do Disco.

Cascais

A Comissão de Freguesia de Cascais do PCP realiza no próximo dia 1 de Agosto (sábado) a Festa Verão-81. Do seu diversificado programa destacamos: iniciativa columbófila, cinema para crianças, intervenção por Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP (às 18 horas), Canto Livre com Samuel, apresentação do filme «Festa do «Avante!»», baile, sardinhada e febras na brasa.



A promoção da Festa do «Avante!» é o objectivo principal da «Verão-81» em Cascais.

Montemor-o-Novo

Culminando um profundo trabalho preparatório que mobilizou centenas de camaradas, realizou-se há dias um encontro concelhio de quadros do PCP em Montemor-o-Novo, sob o lema «Reforçar o Partido, Defender a Democracia».

Participou o camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

O encontro efectuou-se nas instalações da Casa do Povo de Montemor.

Setúbal

A presença do PCP na Feira de Santiago

Por iniciativa da Comissão Concelhia de Setúbal, o PCP está representado, com um auditório, na tradicional Feira de Santiago, ponto de encontro para milhares de pessoas na cidade do Sado.

Das actividades programadas no auditório, destacamos as sessões-debate sobre autarquias no próximo domingo (com

Francisco Lobo, presidente da Câmara); sobre a situação internacional no dia 3, segunda-feira (com António Ângelo, membro da Secção Internacional do Partido); e sobre a situação política e social no nosso país, no dia 5 (com Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central).

Carlos Costa na Figueira da Foz

Foi um êxito a edição da Festa **Férias-81**, realizada na Figueira da Foz, em três fins-de-semana consecutivos. Iniciativas de carácter político, cultural, desportivo, recreativo e artístico preencheram os programas da Festa, que encerrou no último domingo.

O camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP, falou sobre o actual momento político no comício de encerramento da **Férias-81**, iniciativa do Organismo do Baixo Mondego do PCP.

«Para provar o descalabro económico, o agravamento da crise económica com que o País se debate, bastará dizer que, ao contrário do que o *banha da cobra* Cavaco e Silva foi dizendo durante o ano passado, o défice da nossa Balança de Transacções Correntes, que reflecte todos os défices da nossa economia, que exprime de certo modo, quanto de imediato a nossa economia devia produzir (mais do que produz), esse défice atingiu já no ano passado cerca de 1400 milhões de dólares e calcula-se que atingirá no corrente ano os 2000 milhões de dólares, ou seja 130 milhões de contos», afirmou Carlos Cos-

ta a dado passo da sua intervenção.

«O descalabro da política financeira imposta pelos imperialistas do Fundo Monetário Internacional», disse ainda o dirigente comunista, «comprova-se com o monstruoso crescimento da dívida externa portuguesa que atingiu já 500 milhões de contos (só durante Governo Sá Carneiro/F. do Amaral aumentou 200 milhões), estando o Governo a negociar novos e ruinosos empréstimos com o FMI.

«Não é certamente por animosidade para com o Governo reaccionário português que o jornal dos grandes capitalistas ingleses, *Financial Times*, no seu último suplemento dedicado à economia portuguesa, conclui que a AD está agora a enfrentar as consequências da sua ruína política eleitoral do ano passado.»

Na sua intervenção, Carlos Costa teve ainda oportunidade de se referir a outros aspectos da actualidade política.

A Festa «Férias» na Figueira da Foz, cujo êxito se deve ao empenho e determinação de dezenas de camaradas, será no próximo ano e ainda com mais impacto a Festa **Férias-82**.

Festa do Avante!



Festa do Avante!

Acampamento da Juventude

A juventude está acampada no Alto da Ajuda! Há cerca de duas semanas que ali se instalou a tempo inteiro o primeiro grupo de jovens comunistas, oriundos na sua maior parte da zona de Lisboa e também de Santarém.

A reportagem do «Avante!» contactou dois camaradas que estão a acompanhar de perto a iniciativa e foram eles que nos disseram:

José Luis: O acampamento da juventude no Alto da Ajuda funciona na zona dos serviços de apoio, junto ao acampamento do Partido. A actividade dos cerca de 15 camaradas que participam no nosso acampamento reparte-se pela Cidade da Juventude e pelo trabalho geral de implantação da Festa. Até ao fim da primeira semana de Agosto pensamos ter mais de 25 camaradas, incluindo já jovens da organização do Ensino Superior de Lisboa e das organizações de Setúbal e Leiria.

Artur: Numa recente



jornada de trabalho com jovens de Lisboa participaram mais de 30 camaradas, número que se repetiu na jornada geral de trabalho voluntário realizada no último fim-de-semana.

José Luis: Além do calor, os nossos principais problemas relacionam-se com o extenso programa de

exames de avaliação escolar em que muitos dos nossos camaradas estão empenhados — vendo-se assim impossibilitados de participar no acampamento — e com a falta de pessoal especializado na concretização de tarefas bem específicas. No entanto, é de salientar o

avanço em que se encontram os trabalhos na Cidade da Juventude, por exemplo no que diz respeito à montagem dos tubos, tarefa realizada por jovens que não são propriamente especialistas na matéria... **Artur:** Para o conjunto de jovens acampados está previsto um diversificado programa cultural e recreativo, que incluirá, entre outras iniciativas, fogos de campo e debates.

Um apelo: os jovens que já tenham os seus exames escolares feitos ou os jovens trabalhadores que possam, — enfim, todos os jovens disponíveis — participem no acampamento juvenil do Alto da Ajuda ou nas jornadas de trabalho voluntário aos fins-de-semana. Ano após ano, a juventude tem dado uma contribuição de primeiro plano para a edificação da Festa do «Avante!». Este ano, estamos certos, essa ajuda não faltará e vai reforçar-se!



3ª BIENAL O PRAZO TERMINA HOJE

Termina hoje o prazo para a entrega das obras e fichas de inscrição para a 3.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!».

Os locais de recepção funcionam na Avenida António Serpa, 26, 2.º, esquerdo, em Lisboa (telefone: 76 91 47) e na Avenida da Boavista, 931 a 937, no Porto (telefone: 69 79 48).

Como já salientámos em edições anteriores, a 3.ª Bienal tem como objectivos essenciais reunir obras que testemunhem as diferentes modalidades, técnicas e formas de expressão das Artes Plásticas, e, por outro lado, renovar o encontro entre dezenas de artistas nossos contemporâneos e um público que lhes não é habitual (as muitas dezenas de milhar de pessoas que visitam a Festa). Um encontro que é também entre essas pessoas e os múltiplos caminhos das Artes Plásticas no nosso País.

Recorde-se que no âmbito da 3.ª Bienal decorrerá uma homenagem ao artista Cipriano Dourado, recentemente falecido.

Vieram de Évora trabalhar na Festa

Enxadas às costas, regressavam da sua frente de trabalho para irem almoçar e descansar um pouco à sombra dos pinheiros. Tinham vindo de Évora nessa mesma manhã de domingo. Era um grupo de sete. Alguns ainda jovens. Outros viveram e sofreram durante dezenas de anos esse Alentejo de agraños e de exploração que só o 25 de Abril permitiu modificar.

Dos sete, apenas dois não eram trabalhadores agrícolas. Este grupo de camaradas é a primeira vez que veio trabalhar voluntariamente na Festa do «Avante!». Dispostos a voltarem mais vezes, se for preciso, como nos afirmou o camara-

da Porfírio Tirapicos. Muitos têm sido os camaradas da zona da Reforma Agrária que este ano têm vindo a dar uma ajuda. A maior parte deles ao domingo, porque ao sábado trabalham. E no único dia de descanso que têm não hesitam: se é preciso... faz-se. E de enxada na mão abrem valas, desmatam, preparam, enfim, o terreno onde se começam já a erguer as estruturas metálicas.

Mas se falamos da vinda destes camaradas da Reforma Agrária justo é falar também dos camaradas que de locais afastados de Lisboa, fazem excursões ou utilizam os próprios meios de transporte para virem dar uma

ajuda ao Alto da dita. E só do Norte do país e do Algarve não têm vindo porque a distância não compensa — a maior parte do tempo seria passado na viagem, para além de ser dispendioso.

Mas a ideia das excursões é de pensar. Para já, o transporte fica muito mais barato e uma camioneta cheia de gente é a garantia de que durante o fim-de-semana o trabalho avança. Vamos organizar estas excursões que podem e devem, no caso de ser possível, trazer também camaradas especializados nas profissões que noutro local fazemos apelo para o seu trabalho voluntário.

USAR

1. Chapéu
2. Luvas
3. Meias de algodão
4. Sapatos fechados (tipo ténis)
5. Camisa leve (de preferência algodão) e calça comprida

BEBER

6. Água com frequência

EVITAR

7. Bebidas alcoólicas (vinho, cervejas, etc.) e refeições pesadas.



Desporto

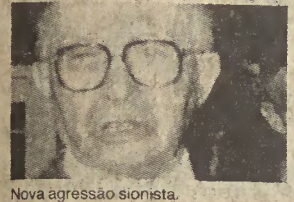
Terminou no último fim-de-semana o torneio de chinquillo — malha grande na área de Setúbal, relativo ao torneio da Festa do «Avante!». Apurados: 1.º Amigos do Chinquillo/Bairro Afonso Costa; 2.º Estrelas do Faralhão; 3.º Chinquillo da Gâmbia; 4.º Amigos do Chinquillo do Viso.

No Alentejo registam-se alguns avanços no programa desportivo da Festa, enquanto em Mafra decorreu com êxito o torneio de futebol de salão.

A equipa «Fórmula 8» (Magalhães Lima) venceu o torneio de apuramento de futebol de salão de Lisboa, no âmbito do torneio da modalidade da Festa do «Avante!». Na final, os homens da «Fórmula 8» venceram os «Estrelas do Monte» por 7-2. Nas posições seguintes (3.º e 4.º lugares) classificaram-se, respectivamente «Os Manacas» e os «Onze Unidos»; no jogo que disputaram o resultado foi de 7-6.

SEMANA Internacional

22 Quarta-feira



Nova agressão sionista. Jactos israelitas desencadeiam uma série de ataques ao litoral sul do Líbano, ateando um gigantesco incêndio numa refinaria de petróleo, destruindo pontes e matando pelo menos 18 civis. Este ataque tem lugar horas após o Conselho de Segurança das Nações Unidas lançar um apelo unânime a favor de um cessar-fosse no Líbano. A polícia argentina prende os oito membros do Secretariado da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), na sequência de uma greve geral de 24 horas decretada em todo o país para apoiar as exigências de aumentos de salários, e que fora proibida pelo governo argentino. É proclamado de novo o estado de emergência na República Centro-Africana. Em alocução difundida pela rádio, o presidente da República, David Doko encarrega o exército e as forças policiais de manter a ordem, apelando por outro lado à população para que redobre a vigilância. É a segunda vez que o estado de emergência é proclamado no país desde Setembro de 1979, data em que o actual presidente tomou o poder com o apoio das forças militares francesas.

23 Quinta-feira

A revista "New Scientist", de Londres, anuncia que o Paquistão vai ter a sua primeira bomba atómica ainda este ano e poderá vir a testá-la em território da China, país com o qual mantém negociações nesse sentido. A Noruega recusa participar nas manobras da NATO, "Ocean Venture 81", que abrangem o Atlântico Sul e ameaçam os países africanos e da América Latina. Quatro centenas de irlandeses iniciam, a partir dos seis condados do Ulster ocupados pelas forças britânicas, uma marcha até Dublin, com o objectivo de conseguirem do governo irlandês apoio para a resolução do caso dos grevistas da fome encarcerados em Belfast. Um candidato ao parlamento iraniano é assassinado a tiro à saída da sua residência, na véspera das eleições que vão preencher a presidência da República e 50 lugares no parlamento.

24 Sexta-feira



Rajai ganha no Irão. Israel aceita finalmente o cessar-fogo, após 15 dias de violentas agressões contra o Líbano. As autoridades de Nova Delhi anunciam que o primeiro saldo das inundações provocadas pelas chuvas de Várão na Índia eleva o número de mortos a mais de três centenas e os deslocados a mais de um milhão. Numa eleições marcadas por atentados, prisões e execuções, os iranianos vão às urnas e elegem para Presidente da República o primeiro-ministro Mohamed Ali Rajai, apoiado pelo Partido Republicano Islâmico. A Dinamarca reconsidera a sua participação nas manobras da NATO "Ocean Venture 81". O ministro dinamarquês da Defesa, reúne-se com o seu homólogo norueguês que já declarara que o seu país não participaria em tais manobras, para debaterem a possível desistência da Dinamarca.

25 Sábado



O Ministério angolano da Defesa divulga em Luanda um comunicado no qual se faz um balanço dos ataques desferidos pelas tropas sul-africanas contra a República Popular de Angola durante o mês de Junho, elevando-se a 53 o número de mortos e a 16 o de feridos. Nesse período, as tropas racistas realizaram pelo menos 175 voos de reconhecimento, nove bombardeamentos aéreos, três desembarques de tropas helicópteros e cinco ataques terrestres ao território da RPA. Yasser Arafat, presidente da Comissão Executiva da OLP, em declaração pública após o cessar-fogo, sublinha que o conflito de duas semanas com Israel provou que os palestinos são o elemento mais importante na busca da paz no Médio Oriente. O Ministro soviético da Defesa volta a propor a redução dos mísseis nucleares soviéticos apontados à Europa Ocidental, se a NATO renunciar aos seus planos de instalação de mísseis americanos "Cruise" e "Pershing 2", apontados à URSS.

26 Domingo

Jactos da força aérea israelita voltam a sobrevoar o território do Líbano, interrompendo o cessar-fogo que o governo de Israel se tinha comprometido a respeitar. A OLP, cujas unidades anti-aéreas abrem fogo contra os agressores, denunciaram a violação do acordo de cessar-fogo que, entretanto, não significa a paz com Israel. Ali Rajai vê confirmada a vitória nas eleições presidenciais iranianas de sexta-feira, obtendo 10 899 650 dos 12 177 491 votos contados. Em alocução proferida na rádio nicaraguense, Carlos Nuñez, membro da direcção nacional da Frente Sandinista de Libertação afirma que ex-guardas de Somoza, com o apoio dos Estados Unidos, estão a preparar uma invasão da Nicarágua em Setembro próximo e participam entretanto em algumas operações militares integradas nos exércitos da Guatemala e das Honduras, enquanto outros se treinam em campos da Flórida.

27 Segunda-feira

Poucos dias após a recusa da Noruega em participar nas manobras da NATO "Ocean Venture 81", aquela organização agressiva divulga em Bruxelas um comunicado afirmando que tais manobras navais são exclusivamente meras demonstrações de força, que simultaneamente decorrerão outros exercícios da aliança em outros mares. Ministros africanos do petróleo de países da OPEP decidem em Trípoli trabalhar para acabar com um excedente no mercado mundial que está a ameaçar os seus preços. O Partido Social-Democrata e o Partido Liberal da RFA iniciam o debate sobre o orçamento de 1982, cujo processo de adaptação à crise económica tem criado tensões na coligação no poder naquele país. O Partido Trabalhista britânico anuncia que um futuro governo seu retirará a Grã-Bretanha do Mercado Comum, ao fim de um ano após o regresso ao poder, estimando que o processo de afastamento definitivo demore mais tempo. O documento divulgado por aquele partido na oposição sublinha que a adesão à CEE poucos ou nenhuns benefícios trouxe à Grã-Bretanha.

28 Terça-feira

O cosmonauta cubano, coronel Arnaldo Tamayo Mendes, chega a Luanda, à frente de uma delegação do seu país, em visita oficial à RPA, onde tomará parte nas cerimónias do 7.º aniversário da proclamação das FAPLAS, marcado para 1 de Agosto.

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 27 de Julho de 1953 é assinado o armistício que pôs fim à agressão norte-americana contra o povo da Coreia. Este acto consagra a primeira derrota do imperialismo após o início das hostilidades que desencadeia no quadro da política de guerra fria e de agressão contra os povos.

A marca da hegemonia dos EUA na reunião de Ottawa

A sétima cimeira dos sete países capitalistas mais industrializados reuniu em Ottawa, Canadá, com o pouco ambicioso objectivo que tem nortado (falhando sistematicamente) as anteriores reuniões: o estabelecimento de algumas directrizes gerais por consenso. Presentes no encontro, para além do primeiro-ministro canadiano Pierre Trudeau, os presidentes Reagan, dos EUA, e Mitterrand, da França, os chefes de Governo da Grã-Bretanha, da Itália, da RFA e do Japão, respectivamente Margaret Thatcher, Giovanni Spadolini, Helmut Schmidt e Zenzo Suzuki, e ainda, pela CEE, Gaston Thorn.

Finda a cimeira poderemos falar de um consenso em Ottawa? Sem dúvida que saiu um comunicado final. Mais um. Mas é manifestamente impossível falar de consenso quando não se conseguiu obter acordo praticamente em nenhum domínio (a não ser onde já havia tal acordo à partida — o acordo na ingerência, como é o caso do Afeganistão e do Kampuchea).

A nota que ressaltava de Ottawa, não é, nem poderia ser, o consenso. Ressalta sim a pretensão realçada por parte dos Estados Unidos ao domínio hegemónico.

As pretensões hegemónicas dos EUA

Uma das questões fundamentais levadas a Ottawa foi a das elevadas taxas de juros bancários praticadas pelos Estados Unidos. Que a prática de tais taxas agrava a crise na Europa capitalista é inegável. Através destas taxas os EUA "aspiram" (é o termo) as reservas monetárias europeias, para consolidar o dólar, cuja contrapartida em ouro é mais que discutível. Que se passa no concreto. Com taxas de juro superiores a 20% e uma inflação da ordem

dos 12% os EUA oferecem excelentes perspectivas de lucro ao capital. Como as considerações de ordem nacional de lucro ao capital. Como as considerações de ordem nacional para o capital são obviamente inexistentes, os capitalistas da Europa investem nos EUA. O que significa descapitalização das economias oeste-europeias, queda das taxas de câmbio das moedas nacionais. Para os EUA advém os lucros: aumentam as reservas de divisas.

Se nos referirmos aos países em vias de desenvolvimento as consequências são ainda muito mais graves. Um exemplo: enquanto que o montante da divida dos países em vias de desenvolvimento quintuplicou entre 1971 e 1980, a soma das amortizações aumentou quase nove vezes durante o mesmo período.

A indiferença dos Estados Unidos face a este problema é mais que evidente. O recente relatório da OCDE é bem elucidativo a esse respeito. Aí se afirma que dominam as incertezas quanto ao futuro. E porquê? - "As moedas europeias desvalorizaram-se em mais de 20% em relação ao dólar, entre Outubro de 1980 e Maio de 1981". A prosseguir, esta evolução das taxas de câmbio, "afectará todas as perspectivas de evolução relativa entre os diferentes países e numa certa medida, as da economia no conjunto da zona". Entretanto, a conclusão de Ottawa é — as taxas de juro praticadas pelos EUA não vão baixar.

As pretensões hegemónicas e a indiferença dos Estados Unidos face aos problemas da Europa, capitalista reflectiram-se em todos os domínios. Um outro exemplo: os Estados Unidos pretendem pressionar os seus aliados europeus a reduzir as suas relações, nomeadamente de carácter económico, com os

países socialistas. Ainda antes da cimeira, o secretário de Estado norte-americano Haig manifestara a pretensão de Washington de subordinar as relações económicas entre os países capitalistas da Europa e a comunidade socialista a padrões mais conformes com a estratégia global dos EUA. No concreto Reagan pretendeu mesmo — sem o conseguir — que o governo da RFA cancelasse o projecto da construção de gasoduto que transportará gás natural da União Soviética para a Alemanha Federal.

É evidente que as relações múltiplas no domínio económico, porque estabelecidas numa base de vantagem mútua, contribuem para atenuar alguns problemas que se vivem no mundo capitalista. Mas contribuem também para alimentar um clima internacional de desanuviamento. O que não se coaduna nada, mas mesmo nada, com a estratégia seguida pelo imperialismo. E aí temos os Estados Unidos a atacar uma prática que — sendo benéfica para os povos da Europa — atinge os seus interesses de potência imperialista empenhada em alimentar, não a paz, mas a guerra, a corrida aos armamentos, os lucros dos monopólios que produzem e comercializam armas.

O aval à corrida aos armamentos

A nota mais preocupante do comunicado final de Ottawa é a afirmação, partilhada pelo menos formalmente por todos os participantes, da corrida aos armamentos como «base» das «relações leste-oeste». Depois da reunião da NATO, em Roma, em que a actual política externa norte-americana ficou de facto consagrada, com a ténue promessa de que um dia, num prazo indefinido, os EUA encetarão negociações com a

Partido Comunista Sul-africano 60 anos de luta

«No nosso 60.º aniversário apelamos a todos os sectores do povo sul-africano — trabalhadores, camponeses, jovens, mulheres, e às camadas médias oprimidas, para combater o inimigo em todas as frentes, fortalecer o trabalho clandestino, construir e reforçar as suas organizações de massas, isolar os colaboracionistas, destruir os Bantustões e todos os que tentam vender o direito dos seus povos à existência, e desferir cada vez mais profundos golpes armados contra a república branca da miséria negra» — afirma-se no comunicado do Comité Central do Partido Comunista Sul-africano, por ocasião do seu 60.º aniversário, que se comemora hoje. E conclui-se: «No nosso 60.º aniversário lutamos por fortalecer e cimentar cada vez mais a unidade das forças de libertação encabeçadas pela ANC, e por nada poupar nas lutas do futuro».

O Partido Comunista Sul-africano é o mais antigo partido comunista do continente. Foi fundado em Julho de 1921, na cidade do Cabo, através da fusão de vários grupos marxistas, dos quais o mais importante era a Liga Socialista Internacional, criada em 1915.

Alguns dos fundadores do Partido Comunista da África do Sul (actualmente Partido Comunista Sul-africano), tinham sido dirigentes do Partido Trabalhista, que exprimia fundamentalmente os interesses dos operários brancos, à margem da massa dos trabalhadores negros. Em 1924, o Congresso do

Partido Comunista da África do Sul (PCAS) adoptou uma das mais importantes decisões da sua história, ao recusar a proposta de reintegração no Partido Trabalhista e ao decidir voltar-se definitivamente para a defesa dos interesses dos trabalhadores africanos.

Durante os seus primeiros 30 anos de existência o PCAS pôde agir na legalidade, ainda que uma legalidade relativa. Entretanto, em 1950, o governo sul-africano promulgou a lei da «repressão do comunismo», de que resultou a proibição da actividade dos comunistas.

Após um período de adaptação à nova e bem mais difícil realidade, o Partido realizou em 1953 um congresso na clandestinidade em que foram aprovados novo programa e estatutos, eleito o CC e alterado o seu nome para a designação actual — Partido Comunista Sul-africano.

O V Congresso, realizado em 1962, aprovou o programa que continua hoje a vigorar — «O caminho para a libertação da África do Sul», em que se aponta como tarefa principal dos comunistas sul-africanos a criação e consolidação da frente unida de libertação nacional, com a sua organização militar própria. O poderoso avanço da luta de massas que se tem verificado no país, o prestígio alcançado pela ANC, a audácia das acções militares registadas, atesta da justiça da linha então traçada e que sem dúvida conduzirá à vitória final das massas populares na África do Sul.



Nicarágua o dia da alegria nacional

«O 19 de Julho será uma data decisiva para a consolidação do poder revolucionário» — afirmava-se nas páginas do «Barricada», órgão oficial da Frente Sandinista de Libertação Nacional, em artigo assinado pelo director do jornal. 2 dias antes das comemorações do segundo aniversário da revolução na Nicarágua e do 20.º aniversário da constituição da Frente Sandinista, que conduziu o povo da Nicarágua à vitória sobre Somoza.

Pelas decisões aí tomadas, pela imensa multidão presente, pela afirmação inequívoca de apoio popular à Junta revolucionária e ao avanço de um processo marcadamente anti-imperialista, o 19 de Julho constitui, de facto uma data histórica. Tanto mais de salientar quanto se aperta o cerco do imperialismo na América Latina, face à evidente vitalidade do movimento popular.

O povo decidiu

«Estamos a criar uma nova sociedade em que o indivíduo não seja uma mercadoria, uma sociedade onde não existam tigres e cordeiros, onde não haja homens que vivam da exploração de outros homens. A nossa luta visa criar uma sociedade onde os trabalhadores sejam a força fundamental do seu desenvolvimento, mas em que caibam também outros sectores sociais, sempre e quando se identifiquem com os interesses da nação, com os interesses das grandes maiorias» — afirmou na sua intervenção o comandante da revolução Tomás Borges Martínez.

Com este objectivo, e correspondendo às mais sentidas exigências populares, o 19 de Julho não foi só um dia de festa, foi também um dia de acção, de importantes decisões relativas ao futuro, a defesa, ao aprofundamento da revolução.

No dia 19 de Julho foram estabelecidas — de acordo com as reivindicações populares, agora feitas lei — as «regras do jogo»: a lei da Reforma Agrária, lei particularmente aplaudida, que estabelece limites para a proprie-

dade particular da terra, distribuindo as terras assim confiscadas aos camponeses, cooperativas e propriedades de Estado; a lei das Cooperativas Agropecuárias, que coloca sob a protecção do Estado o movimento cooperativo nacional; a confiscação de todos os bens, móveis e imóveis, títulos, valores e acções de qualquer natureza, dos proprietários nicaraguenses que se tenham ausentado ou estejam ausentes do país e não tenham regressado após seis meses; a reforma da lei da descapitalização, que permite aos trabalhadores denunciarem qualquer manobra descapitalizadora; a nacionalização de catroze empresas de comercialização de açúcar e de bens não tradicionais e de outras empresas onde foram detectadas manobras de descapitalização e de baixa de produção; a confiscação dos bens de todos os que sejam inculcados em actividades contra-revolucionárias; a abolição da pena de morte.

O PCP esteve presente na Nicarágua

«A nota mais saliente do duplo aniversário que se comemorou na Nicarágua, a 19 de Julho, e o grande apoio de massas à Junta revolucionária e à Frente Sandinista de Libertação Nacional» — declarou ao Avante! o camarada Domingos Abrantes, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, que esteve presente às comemorações dos aniversários da revolução e da Frente em Manágua — A grandeza da manifestação de dia 19 atesta da inegável adesão popular».

A par do apoio de massas à revolução da Nicarágua, o camarada Domingos Abrantes salientou o grande apoio internacional.

«Estavam presentes partidos revolucionários e movimentos de libertação nacional, os partidos comunistas, numerosas delegações estatais, incluindo delegações de todos os países da comunidade socialista, personalidades de prestígio internacional».

Um outro aspecto foi salientado ao «Avante!» pelo representante do PCP às comemorações de Manágua: as medidas tomadas e uma evolução que garantem a consolidação do processo revolucionário e a sua defesa.

«A revolução consolida-se — afirmou Domingos Abrantes — e este aniversário marca o sentido bem claro do processo em curso, que envolve profundas transformações».

«São grandes os êxitos alcançados, apesar da difícil situação interna, das ameaças externas, da catástrofica situação económica: a alfabetização, que mobilizou dezenas de milhares de jovens, a melhoria das condições de vida, de que o principal beneficiário é o camponês, as liberdades».

«As medidas anunciadas no 2.º aniversário da revolução apontam para aprofundamento e consolidação das conquistas revolucionárias e para o reforço da participação popular em toda a vida económica e sociopolítica do país. É um facto significativo o esforço dirigido no sentido da institucionalização de uma central sindical única. Tomam-se igualmente importantes medidas visando a defesa do país com a colocação, sob um comando único, das milícias e do Exército».

ex-guardas de Somoza, em grande parte concentrados nas Honduras, estão a preparar, com o apoio dos Estados Unidos, uma invasão da Nicarágua para Setembro — temos na mão dados suficientes para compreender o que significa o cerco da reacção, os esforços duplicados que tal cerco exige de uma revolução. O processo revolucionário em curso na Nicarágua está a demonstrar saber dar ao imperialismo e às forças da reacção interna a resposta adequada.

De Salvador à Argentina

A realidade da Nicarágua não se pode separar do curso dos acontecimentos por toda a América Latina.

A Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), de Salvador, divulgou recentemente um comunicado em que «denuncia perante os povos progressistas, democráticos e revolucionários do mundo que a escalada intervencionista da administração Reagan nos problemas internos do país está a tomar proporções que podem desembocar na regionalização do conflito salvadoreño e toda a América Central». Ingerência que passa por manobras como umas eleições-farsa. E que, a nível militar, conta também com o território das Honduras. Tal como nos ataques militares organizados contra a Nicarágua. Manobras e ingerência que testemunham por outro lado da envergadura do movimento popular na zona.

Também na Argentina — um dos países da América Latina com uma mais forte classe operária — se assiste a um recrudescimento da luta. Realizou-se dia 23 uma greve geral de um dia, convocada pela maior organização sindical argentina a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). A greve tinha como objectivo central apoiar as reivindicações de relançamento da produção nacional, de aumento de salários e de restauração do direito à greve. Esta greve é a primeira grande manifestação de força sindical desde a proibição das greves em 1976.

Solidariedade com o PC do Paraguai

Maidana novamente preso

O Paraguai detém o sombrio «record» mundial das mais longas prisões por motivos políticos. O estado de sítio foi sucessivamente prolongado por mais de cem vezes. A dureza da luta que estas condições impõem a todas as forças democráticas e muito em particular aos comunistas, levou uma vez mais à prisão do secretário-geral do Partido Comunista do Paraguai, camarada António Maidana que recentemente fora libertado face à envergadura do movimento de solidariedade internacional que se seguiu à sua última prisão, juntamente com Emilio Roa, em Agosto de 1980, na Argentina.

A vida de António Maidana constitui um exemplo vivo de activa participação



na batalha contra o fascismo, e do que essa batalha representa nas difíceis condições em que se trava no Paraguai.

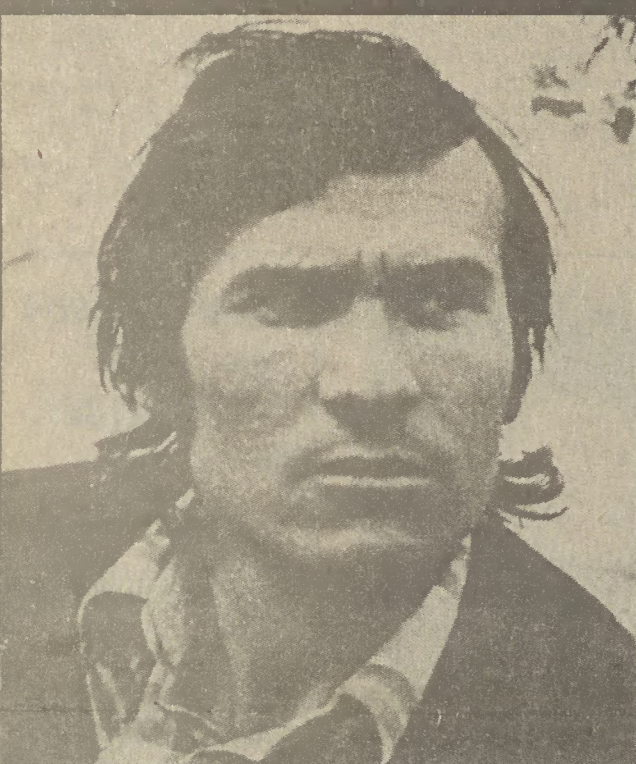
Quando foi preso na Argentina, em 1980, Maidana tinha vivido apenas três anos em liberdade após vinte de prisão. Vinte anos de prisão alternados com curtos períodos de liberdade em que Maidana participava nos mais importantes momentos da luta do povo paraguaio contra a opressão.

Dois exemplos. Maidana é preso em 1947, quando de um golpe de Estado apoiado pelo imperialismo norte-americano; que levou à prisão de todo o Comité Central e ao encarceramento em campos de concentração de cerca de três mil e quinhentos comunistas e outros patriotas. Em 1958, o camarada António Maidana é preso, como outros destacados dirigentes do Partido Comunista do Paraguai, quando dirige a greve que constitui a maior manifestação das massas trabalhadoras contra a política anti-nacional e anti-popular do ditador Stroessner.

Hoje, uma vez mais, o secretário-geral do Partido Comunista do Paraguai volta a ser preso quando participa activamente na luta do povo paraguaio contra a ditadura.

Os artistas da Festa do «Avante!»

2.º



Manuel Gerena

O Flamenco vai brilhar na Festa. Flamenco é música que parece trazer a terra agarrada às vibrações da guitarra ou da voz que canta. E a voz que anunciamos hoje e que nos vai acompanhar em Setembro no alto da Ajuda vem de Sevilha, da garganta de um camponês. Falamos de Manuel Gerena, Manuel Gerena, intérprete vigoroso do flamenco, nasceu em Puebla de Casalla, nos arredores de Sevilha. É simples e directo como as palavras que usa para cantar, ou mesmo as que usa simplesmente para comunicar no quotidiano.

De origem camponesa, as suas palavras trazem a marca do falar directo dos trabalhadores de Andaluzia. Homem ligado ao viver do povo que o viu nascer, Gerena traz a vida para dentro do Flamenco que canta. O que dá Flamenco político. Muito simplesmente.

E não é de agora esta atitude. Já no tempo do franquismo Gerena não vergava as palavras dos seus textos. Proibições não o impediram de levar a voz mais longe. Ameaças também não. E uma vez pagou 200 mil pesetas de multa. Por ter cantado num recital trechos políticos.

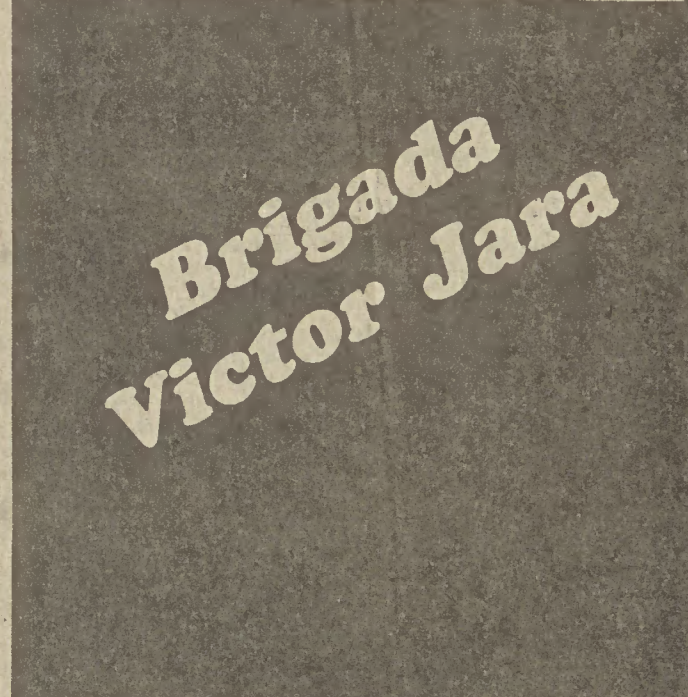
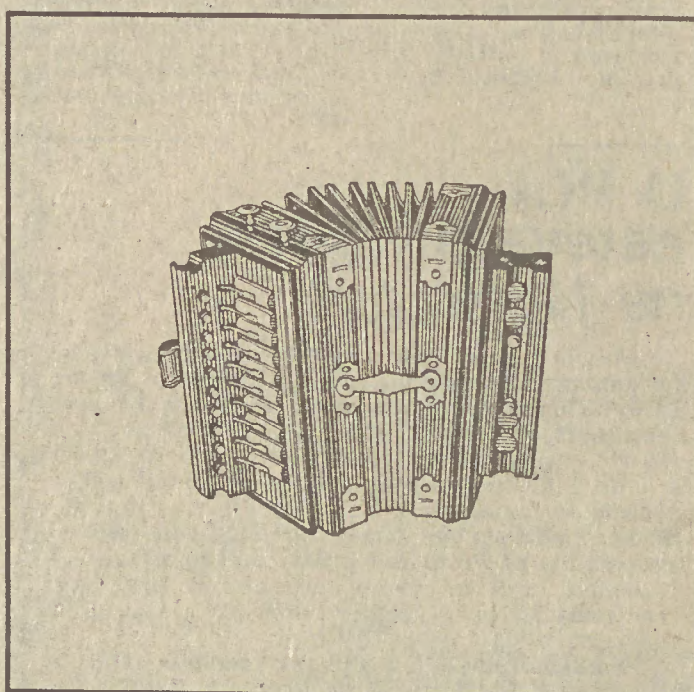
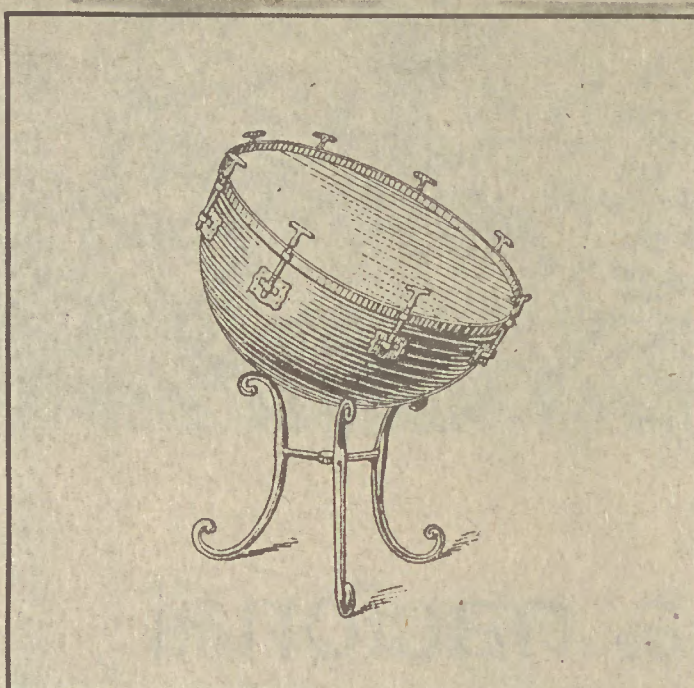
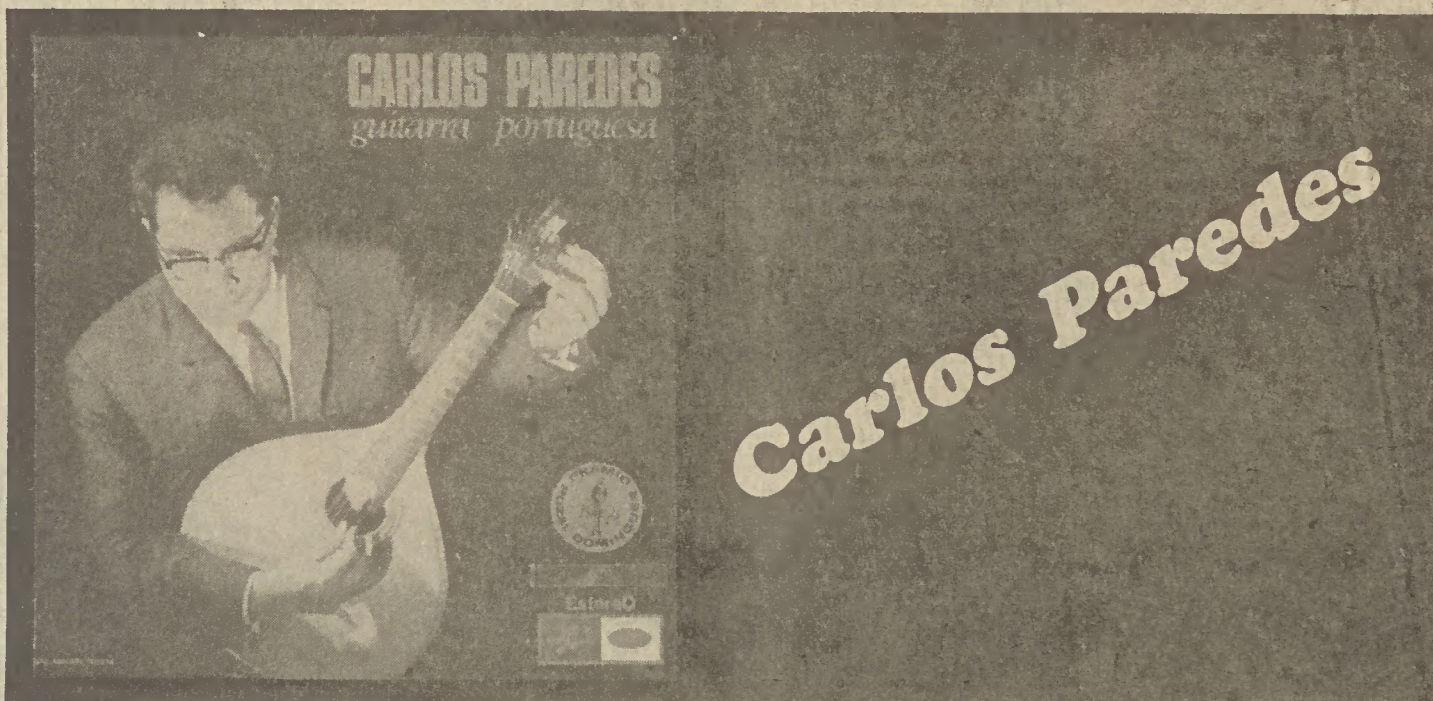
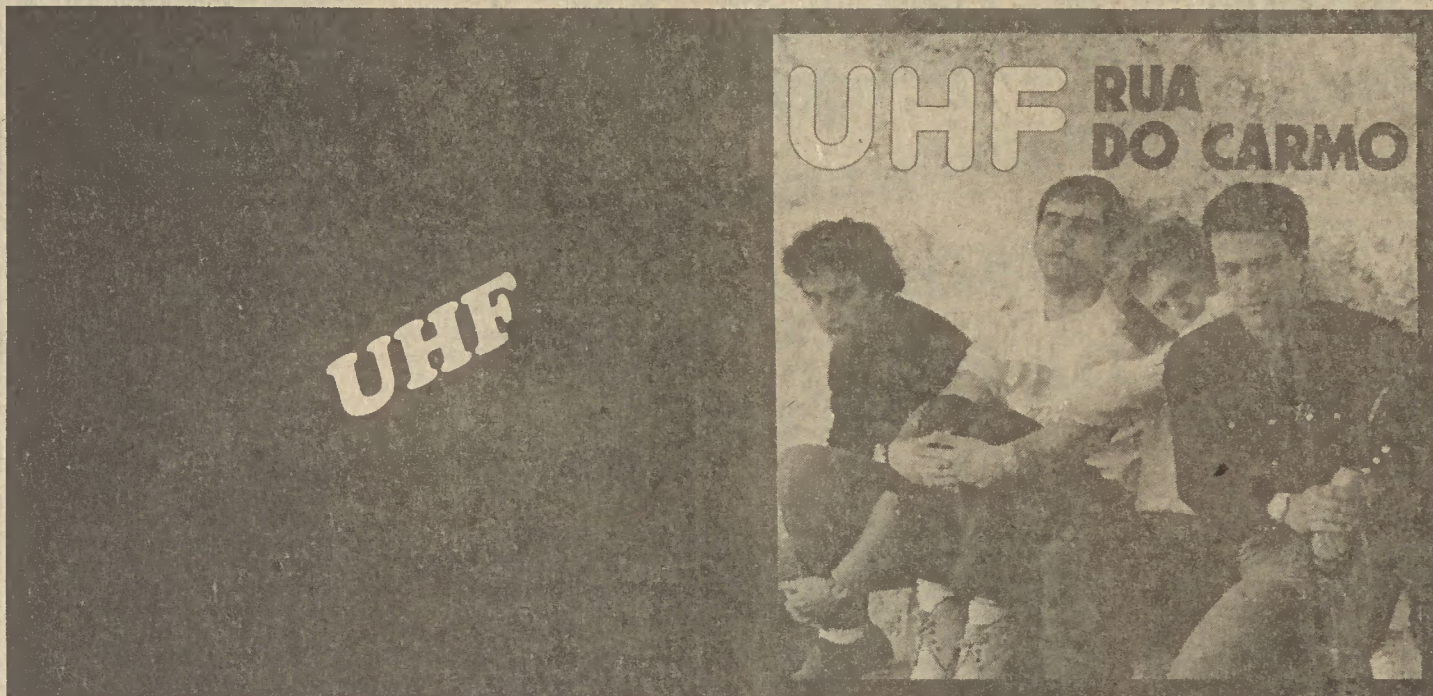
Símbolo de resistência, portanto. Apesar do silêncio — nós sabemos bem o que é silêncio — imposto pelo franquismo na rádio às suas canções, Manuel Gerena tornou-se conhecido em toda a Espanha.

Agora a nossa vez de conhecê-lo. De lhe pesar as palavras e a música e a poesia que ele próprio escreve.

Escreveu ele uma vez:

«Quero dizer neste livro de poemas, letras ou como lhe queiram chamar, um pouco do meu passado, que foi o de muitos outros, e do meu presente, que é o de todo aquele que creia na mesma voz: voz da igualdade e da justiça nesta terra em que tanto mal nos querem».

Não admira que também quizessem amordaçá-la. Mas no espaço livre do alto da Ajuda, em Setembro, a voz de Gerena vai soltar-se de novo. Para nós.



Pirammis

Grupo rock?

Sim! Os «Piramis», grupo que chega de Budapeste para a Festa do «Avante!».

Começaram em 1975, levando a novidade para dentro da música rock húngara. E pode dizer-se que muito fizeram, com o seu trabalho, para alargar a audiência do rock no seu país. As actuações dos «Piramis» foram desde logo aceites com entusiasmo por várias audiências conquistadas antes por outros grupos famosos.

Com Lajos Som em viola-baixo, Janos Závodi em viola, Sándor Révész em viola-solo, Péter Gallai nas teclas, Miklós Koves na percussão, este grupo não viu o êxito confinar-se às fronteiras da Hungria. Construindo eles próprios o seu repertório, introduzindo no hard-rock novas sonoridades instrumentais, recorrendo ao improvisado, a sua audiência cresceu e estendeu-se sobretudo aos países socialistas mais próximos, incluindo a União Soviética.

Na Polónia participaram num espectáculo com o grupo britânico MUD Group.

Na RFA apareceram ao lado dos «Steppenwolf».

Estiveram vários meses no top húngaro com duas canções do seu primeiro single «Honour» e «Fly Up High».

A «Hungaroton» grava, entre 1977 e 1979 quatro LP's para os «Piramis», lançando-os internacionalmente. Aparecem regularmente na TV húngara, os estádios e os grandes auditórios abrem-se-lhes.

E nós vamos ver, nos grandes espaços da Festa, como é este som que nos vem da Hungria.



Cantiga das Sandalias Pretas

